

O OUTRO LADO DA NOTÍCIA

O mundo sombrio e golpista de Flávio Bolsonaro

A tesoura dos cruéis cortes sociais, o punhal do golpismo contra
a democracia e a Constituição e a corrupção miliciana
internacional

Oswaldo Bertolino

Coletânea de 16 reportagens

Sumário

01. O escritório do crime organizado de Flávio Bolsonaro
02. O dinheiro sujo da Meta na campanha de Flávio Bolsonaro
03. O punhal golpista de Flávio Bolsonaro
04. A perigosa tesoura de Flávio Bolsonaro escondida pela mídia
05. Um "tesouraço" de Flávio Bolsonaro para sangrar o povo
06. A corrupção internacional da campanha de Flávio Bolsonaro
07. A máscara fascista do sionismo "cristão" bolsonarista
08. O Destino Manifesto do falso cristianismo
09. O evangelismo anticomunista da CIA contra o catolicismo progressista
10. Por que o fascismo venceu no primeiro turno
11. US\$ 1 milhão para uma campanha contra o STF
12. Ministro André Mendonça se candidata a Napoleão cristão
13. A desfaçatez nada santa de André Mendonça
14. Rockbridge: dinheiro pesado, religião e corrupção na campanha de Flávio Bolsonaro
15. O sentido estratégico da relação do PCdoB com Lula
16. Crimes de Dallagnol e Moro expostos na Câmara dos Deputados

O escritório do crime organizado de Flávio Bolsonaro

Uma família. Uma rede de poder. Uma sucessão de investigações criminais que envolve gabinetes políticos, relações de parentesco, negócios privados e círculos de confiança. Ao seguir o dinheiro, identificar os personagens, recuperar os vínculos e percorrer a sequência dos acontecimentos, emerge Flávio Bolsonaro em suas dimensões políticas e financeiras. Ele chega às urnas sob investigações e revelações sobre relações com suspeitas de lavagem de dinheiro e fraudes financeiras.

Quando esses episódios são reunidos e examinados em sua extensão, emerge um quadro que ultrapassa os limites de cada processo isolado e alcança o núcleo da estrutura política que sustenta Flávio Bolsonaro, candidato da extrema direita à Presidência da República. É uma história que percorre décadas, envolve personagens que se repetem em diferentes investigações e expõe a dimensão das relações que ligam a família Bolsonaro a antigos assessores, militares, empresários e operadores financeiros. Há condenações, suspeitas submetidas à Justiça, investigações ainda abertas e casos arquivados.

Começa com seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão por participação na trama golpista que incluía planos de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

A história envolve também seus irmãos. Eduardo Bolsonaro foi condenado pelo STF. Carlos Bolsonaro é investigado por suspeitas de desvio de salários de assessores e de utilização irregular da Agência Brasileira de Inteligência. Jair Renan foi investigado em um caso relacionado a documentos empresariais e crédito bancário.

A saga criminosa do clã começou a aparecer em 1986, quando Jair Bolsonaro, então capitão do Exército, assinou na revista *Veja* um artigo criticando os salários dos militares. O texto resultou em punição disciplinar e quinze dias de prisão. Em 1987, a revista publicou uma reportagem sobre um plano de explosões em instalações militares para pressionar o comando do Exército a conceder reajustes.

A reportagem atribuiu a iniciativa a Bolsonaro e ao capitão Fábio Passos da Silva. O Conselho de Justificação do Exército considerou que havia elementos para responsabilizá-lo, entre eles uma análise grafotécnica, mas o Superior Tribunal Militar (STM) o absolveu por oito votos a quatro, em 16 de junho de 1988. Bolsonaro foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1990.

A defesa da violência política

A trajetória pública de Jair Bolsonaro é marcada pela defesa da ditadura militar, pela exaltação da tortura e por declarações que pregam a violência. Em 1999, o então deputado federal defendeu o fechamento do Congresso Nacional e afirmou que daria um golpe de Estado no mesmo dia se fosse presidente.

Na mesma entrevista, declarou que o país estaria melhor se o regime militar tivesse matado mais pessoas, citou o então presidente Fernando Henrique Cardoso entre os possíveis alvos e defendeu uma guerra civil como saída para a crise política. Naquele ano, também declarou ser favorável à tortura.

Em julho de 2016, ao atacar a então presidente Dilma Rousseff, Bolsonaro afirmou que o “erro” da ditadura havia sido torturar, e não matar. Em 2018, durante a campanha presidencial, declarou que pretendia fuzilar adversários políticos no Acre e, semanas depois, ameaçou enviar opositores para a “ponta da praia”, expressão associada a um local de execução clandestina durante a ditadura. Essas declarações integram um histórico de manifestações públicas em defesa da violência política e de ruptura com as instituições democráticas.

Em 17 de abril de 2016, ao anunciar seu voto favorável ao impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, Bolsonaro dedicou a decisão à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, a quem chamou de “o pavor de Dilma Rousseff”. Ustra comandou o Destacamento de Operações

de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo entre 1970 e 1974, período em que presos políticos foram submetidos a torturas, estupro e assassinatos.

A Comissão Nacional da Verdade atribuiu a Ustra responsabilidade por graves violações de direitos humanos, incluindo torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. A homenagem de Bolsonaro provocou repúdio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que a classificaram como exaltação de um agente da repressão.

O desprezo pelos desaparecidos políticos

A defesa da ditadura também se manifestou nos ataques à busca pelos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, resistência armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Desde 2005, um cartaz afixado diante de seu gabinete parlamentar ridicularizava a procura pelos restos mortais dos guerrilheiros, com a mensagem de que “quem procura osso é cão”.

Em maio de 2009, o PCdoB apresentou representação por quebra de decoro parlamentar em razão do cartaz. Dois meses depois, na tribuna da Câmara, Bolsonaro atacou a expedição que procurava as ossadas, chamou a iniciativa de fraude, acusou seus responsáveis de comprar depoimentos e qualificou os guerrilheiros de marginais. Também elogiou a operação militar que os aniquilou.

As agressões de Bolsonaro no Congresso Nacional também ficaram registradas em declarações públicas. Em dezembro de 2014, durante um debate no plenário da Câmara, dirigiu-se à deputada Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, declarando que não a estupraria porque ela “não merecia”. A fala retomava uma agressão verbal anterior, ocorrida em 2003. Em 2016, o STF recebeu denúncia por incitação ao crime de estupro e queixa-crime por injúria relacionadas às declarações.

As relações com grupos criminosos

As relações de Bolsonaro com personagens ligados ao crime organizado também integram essa trajetória. Em 2004 e 2005, ele visitou na prisão, ao lado do filho Flávio, o ex-capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) Adriano Magalhães da Nóbrega. Em 2005, os dois participaram da entrega da Medalha Tiradentes a Adriano, homenagem proposta por Flávio na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Anos depois, o Ministério Público do Rio de Janeiro apontou Adriano como integrante da milícia de Rio das Pedras e do grupo de matadores de aluguel conhecido como Escritório do Crime. Ele foi investigado por homicídios e outros delitos e morreu em 2020, durante uma operação policial na Bahia, depois de permanecer foragido. A visita e a homenagem são fatos documentados, assim como as acusações que recaíram sobre Adriano.

A interferência na Polícia Federal foi outra controvérsia do governo Bolsonaro. Em abril de 2020, o então ministro da Justiça Sergio Moro, ex-juiz responsável por processos da Operação Lava Jato, deixou o cargo e acusou o presidente de tentar interferir politicamente na corporação, especialmente na direção-geral. O episódio teve como ponto central a exoneração de Maurício Valeixo, então diretor-geral da Polícia Federal. Bolsonaro negou irregularidades e sustentou que tinha competência para nomear e exonerar dirigentes.

A compra da vacina Covaxin, produzida pela empresa indiana Bharat Biotech e intermediada no Brasil pela Precisa Medicamentos, gerou outra investigação envolvendo Bolsonaro. O deputado federal Luis Miranda e seu irmão, servidor do Ministério da Saúde, afirmaram que haviam alertado o presidente sobre possíveis irregularidades no contrato. A suspeita era de prevaricação, crime caracterizado pela omissão de um funcionário público diante de um dever funcional para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instalada no Senado em 2021, investigou a atuação do governo federal durante a pandemia, a compra de vacinas, a promoção de medicamentos sem eficácia comprovada e a condução das políticas sanitárias. O relatório final propôs encaminhar suspeitas contra Bolsonaro e integrantes do governo a órgãos de investigação.

Outra investigação examinou a inserção de dados falsos de vacinação nos sistemas do Ministério da Saúde. Em março de 2024, a Polícia Federal indiciou Bolsonaro e Mauro Cid por suspeitas de associação criminosa e falsidade ideológica relacionadas à emissão de certificados de vacinação contra a Covid-19. Os investigadores sustentaram que dados falsos teriam sido inseridos nos sistemas oficiais para emitir comprovantes destinados a Bolsonaro, familiares e outras pessoas, inclusive para viagens aos Estados Unidos.

O caso das joias e dos presentes oficiais começou com objetos recebidos por Bolsonaro durante viagens presidenciais, entre eles itens oferecidos por autoridades da Arábia Saudita, do Bahrein e dos Emirados Árabes Unidos. A Polícia Federal apurou que objetos de alto valor foram retirados do acervo público e vendidos no exterior, com posterior circulação do dinheiro por intermediários. Em julho de 2024, a corporação indiciou Bolsonaro e outras onze pessoas por suspeitas de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa. O valor dos bens examinados foi estimado em R\$ 6,8 milhões.

As conexões com outros crimes

A morte da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018, também foi associada, no debate público, ao ambiente político e às relações com personagens ligados a milícias. A investigação apontou a participação de agentes e ex-agentes vinculados a esses grupos. Em fevereiro de 2026, o Supremo iniciou o julgamento dos irmãos Domingos e Chiquinho Brazão e de outros acusados de planejar os assassinatos. O processo trata da autoria e das circunstâncias do crime.

A família Bolsonaro também foi relacionada a pessoas envolvidas no comércio ilegal de ouro e na mineração clandestina. Em 2023, a Polícia Federal prendeu o empresário Harley Sandoval, suspeito de participar de um esquema de exportação ilegal de aproximadamente 294 quilos de ouro para destinos como Estados Unidos, Dubai e Itália.

A investigação examinou suspeitas de que ouro extraído ilegalmente no Pará, inclusive em áreas indígenas, teria recebido documentação para simular origem legal no Tocantins. Outras operações federais examinaram redes de compradores, empresas e intermediários que movimentaram toneladas de ouro entre 2020 e 2022.

A situação judicial de Jair Bolsonaro também envolve o episódio de uma arma de fogo mantida em sua residência durante a prisão domiciliar. Em junho de 2026, a Polícia Civil do Distrito Federal ouviu o ex-presidente depois que uma arma foi apreendida com um de seus seguranças.

Bolsonaro confirmou ser o proprietário do armamento e afirmou que o mantinha em casa por razões de segurança. Alexandre de Moraes solicitou manifestação da Procuradoria-Geral da República sobre a possibilidade de falta grave no cumprimento das medidas judiciais. O episódio acrescentou uma questão à execução da pena.

O caso da cinebiografia de Jair Bolsonaro, conhecida como Dark Horse, é uma das frentes mais recentes de investigação financeira. A Polícia Federal identificou transferências internacionais relacionadas ao financiamento da produção. Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, aparece como personagem central da investigação sobre os recursos destinados ao filme. A apuração examina negociações que chegam a US\$ 24 milhões, dos quais pelo menos US\$ 10,6 milhões foram transferidos, além de um repasse adicional superior a US\$ 1,6 milhão ao fundo Havengate Development Fund, no Texas, Estados Unidos.

Flávio Bolsonaro foi incluído no inquérito em julho de 2026, sob relatoria do ministro do STF André Mendonça. A investigação também alcança Eduardo Bolsonaro e pessoas relacionadas à estrutura financeira do fundo Havengate, associado ao advogado Paulo Sergio Camin Calixto, conhecido como Paulo Calixto e ligado à família.

A investigação sobre Dark Horse tem outra frente no STF, sob relatoria do ministro Flávio Dino, que examina suspeitas de desvio de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares destinadas ao Instituto Conhecer Brasil e à Academia Nacional de Cultura. Os recursos foram destinados por meio de emendas propostas pelo deputado federal Mario Frias, do Partido Liberal (PL) de São Paulo, ex-secretário especial da Cultura durante o governo Jair Bolsonaro e participante da produção do filme.

As relações financeiras sob investigação

Outra investigação abrange as relações empresariais de Flávio Bolsonaro e as despesas de viagens realizadas por ele e seus familiares. Em outubro, a Polícia Federal obteve e-mails que indicavam que uma conta bancária registrada em nome do senador no Santander estava associada a um perfil de usuário principal ligado ao advogado e empresário Willer Tomaz. O banco foi mencionado nos registros examinados durante a investigação sobre fraudes contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Willer Tomaz é investigado no contexto da Operação Sem Desconto, que apura descontos indevidos em benefícios previdenciários e uma rede de intermediários financeiros. A operação investiga um esquema de fraudes que, segundo as apurações, pode ter movimentado bilhões de reais. O advogado também aparece em documentos relacionados ao pagamento de voos em jatos executivos utilizados por Flávio e familiares.

Empresas internacionais associadas a Willer, entre elas a Cathedral Holdings e a Alcazar Holdings, sediada na Ilha da Madeira, em Portugal, financiaram trechos de viagens, inclusive deslocamentos entre Portugal e França. A apuração também examina conexões com a Rede Loto, operadora da marca BestBet, autorizada a atuar no mercado de apostas do Rio de Janeiro pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj).

A administradora da sociedade individual de advocacia de Flávio Bolsonaro, Letícia Caetano dos Reis, também apareceu no contexto das relações examinadas. Seu irmão, Alexandre Caetano dos Reis, foi investigado por serviços contábeis prestados a Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, apontado pela Polícia Federal como operador financeiro de parte do esquema de descontos indevidos.

A investigação sobre salários desviados

O caso da chamada rachadinha de Flávio Bolsonaro antecede essas investigações. Quando era deputado estadual no Rio de Janeiro, ele manteve Fabrício José Carlos de Queiroz, ex-policia militar, como assessor. A movimentação bancária de Queiroz chamou a atenção das autoridades por causa de depósitos, saques e transferências considerados atípicos.

O Ministério Público do Rio de Janeiro apurou se funcionários do gabinete devolviam parte dos salários, em um esquema de recolhimento de vencimentos conhecido como rachadinha. Em novembro de 2020, os promotores denunciaram Flávio por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Queiroz foi apontado como operador do mecanismo. A apuração examinou as contas de funcionários, a circulação de dinheiro e os vínculos entre assessores e pessoas próximas ao gabinete. As movimentações de Queiroz também alcançaram Michelle Bolsonaro. Cheques e transferências destinados à então primeira-dama somaram aproximadamente R\$ 24 mil. Jair Bolsonaro declarou que o dinheiro correspondia ao pagamento de um empréstimo feito ao antigo assessor.

Adriano Magalhães da Nóbrega, o ex-capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, também apareceu no contexto das relações de Queiroz e Flávio. O Ministério Público fluminense apontou Adriano como chefe de uma organização criminosa ligada a milícias e suspeita de envolvimento em homicídios. Sua mãe e sua então companheira trabalharam no gabinete de Flávio Bolsonaro quando ele exercia o mandato de deputado estadual. A contratação delas foi examinada na investigação sobre a rachadinha. Adriano morreu em fevereiro de 2020, durante uma operação policial na Bahia.

As suspeitas nos gabinetes familiares

Carlos Nantes Bolsonaro, segundo filho de Jair, foi vereador no Rio de Janeiro por vários mandatos. Seu gabinete também foi investigado por suspeitas de rachadinha. A apuração examinou a contratação de parentes de Ana Cristina Valle, ex-mulher de Jair Bolsonaro e mãe de Jair Renan. Oito familiares de Ana Cristina ocuparam cargos no gabinete de Carlos. Os investigadores examinaram saques de salários, transferências e a hipótese de que funcionários devolvessem parte dos vencimentos.

Em fevereiro de 2026, a Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro rejeitou o arquivamento do procedimento sobre a rachadinha no gabinete de Carlos e determinou novas diligências. Em junho, a Justiça recebeu denúncia contra Jorge Luiz Fernandes, antigo chefe de gabinete de Carlos, e outros seis suspeitos, em ação sobre o desvio de salários de assessores. O Ministério Público atribuiu ao grupo a movimentação de aproximadamente R\$

1,7 milhão.

Ana Cristina Valle também enfrentou uma cobrança da Justiça Eleitoral relacionada à campanha de 2022. Candidata a deputada distrital pelo Progressistas no Distrito Federal, não foi eleita. Sua prestação de contas declarou despesas de aproximadamente R\$ 303,5 mil, mas não comprovou a aplicação de cerca de R\$ 134,4 mil em recursos públicos. Em julho de 2026, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) determinou o bloqueio de R\$ 227.669,95 de suas contas, valor atualizado com correção, multa e honorários, para ressarcimento à União.

Jair Renan Bolsonaro, filho mais novo do ex-presidente, foi investigado por suspeitas de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro em um caso relacionado à empresa Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia. A Polícia Civil do Distrito Federal examinou documentos financeiros apresentados para obter crédito bancário.

A investigação apontou a suspeita de que informações falsas sobre a situação da empresa foram utilizadas para facilitar a concessão de um empréstimo pelo Santander. Maciel Alves de Carvalho, instrutor de tiro e amigo de Jair Renan, também foi investigado. Em março de 2024, a Justiça recebeu a denúncia contra Jair Renan, que passou à condição de réu.

As relações políticas da família

Rogéria Nantes Bolsonaro, primeira mulher de Jair Bolsonaro e mãe de Flávio, Carlos e Eduardo, foi vereadora no Rio de Janeiro e manteve atuação política local. Em 2026, seu nome apareceu em uma composição eleitoral anunciada com Márcio Canella, do União Brasil. A composição não se concretizou, e Canella voltou-se para a disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa fluminense. Em julho, ele foi preso em uma fase da Operação Unha e Carne, que investiga suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa, e voltou a ser preso em outubro.

Eduardo Nantes Bolsonaro, terceiro filho de Jair, foi deputado federal por São Paulo e escrivão da Polícia Federal. Nos Estados Unidos, intensificou sua atuação junto à extrema direita norte-americana para pressionar autoridades brasileiras. O STF examinou sua participação na articulação de sanções contra integrantes do Judiciário e de medidas econômicas contra o Brasil.

Em junho de 2026, a Primeira Turma condenou Eduardo a quatro anos e dois meses de prisão por coação no curso do processo. Os ministros concluíram que ele procurou constranger autoridades e interferir no julgamento criminal de seu pai. A condenação também determinou a perda do cargo público de escrivão da Polícia Federal e a comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fins de inelegibilidade. Em setembro, a Primeira Turma rejeitou por unanimidade o recurso de Eduardo.

A atuação de Eduardo nos Estados Unidos incluiu articulações favoráveis a sanções contra o ministro Alexandre de Moraes e a tarifas comerciais impostas pelo governo de Donald Trump a produtos brasileiros. O processo criminal concluiu que as medidas foram empregadas para pressionar o Supremo durante o julgamento de Jair Bolsonaro.

O dinheiro sujo da Meta na campanha de Flávio Bolsonaro

Anúncios pagos nos Estados Unidos e distribuídos no Brasil, serviços de consultoria ligados a uma rede de extrema direita norte-americana e sistemas privados de publicidade e inteligência artificial expõem uma estrutura transnacional de intervenção na comunicação eleitoral, ligada a Flávio Bolsonaro. Essas são as principais estruturas de um sistema centrado numa trama que envolve dinheiro grosso e sujo interferindo no processo eleitoral brasileiro.

O episódio mais recente é a revelação de que a Meta – empresa norte-americana proprietária do Facebook, do Instagram e do WhatsApp – boicotou a campanha à reeleição do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A equipe do presidente estimou que o problema reduziu o alcance de anúncios para cerca de 1,3 milhão de pessoas. Em sentido oposto, o mecanismo de busca do WhatsApp passou a recomendar o canal do senador Flávio Bolsonaro.

A agência de notícias Associated Press revelou uma decisão da Justiça Eleitoral que determinou tratamento igualitário a Lula e Flávio Bolsonaro nas plataformas da Meta. A ordem proibiu práticas que produzem desequilíbrio político por meio do alcance, da facilidade de localização ou da remoção de conteúdos e estabeleceu multa diária de R\$ 500 mil em caso de descumprimento. A decisão surgiu de uma ação apresentada pela campanha de Lula, que denunciou favorecimento algorítmico ao candidato da extrema direita.

Não é o primeiro episódio. Entre julho e setembro de 2026 a Meta veiculou no Brasil 1.613 anúncios político-eleitorais pagos no exterior e classificados como irregulares pelo Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NetLab/UFRJ).

As peças movimentaram aproximadamente R\$ 2 milhões e acumularam 171,1 milhões de impressões. Entre os anúncios que informam a localização dos pagamentos, 98,1% apontam os Estados Unidos. O levantamento identificou 187 anunciantes e apontou a Corporativo Lam, LCC, como principal fonte pagadora, com cerca de R\$ 1,6 milhão em anúncios.

O levantamento identificou páginas com nomes genéricos, algumas criadas recentemente, que promoveram ou atacaram candidatos e, em determinados casos, veicularam mensagens contraditórias. Parte dos anúncios foi inicialmente publicada sem a classificação adequada de conteúdo político e só depois foi reclassificada ou retirada. As peças já haviam alcançado usuários brasileiros durante o período de veiculação.

O mecanismo é concreto. Anunciantes situados fora do Brasil compraram publicidade por meio de uma infraestrutura digital global, os anúncios foram distribuídos a usuários brasileiros e a empresa responsável pela distribuição recebeu pagamentos.

A operação envolveu publicidade paga, não apenas a circulação espontânea de opiniões estrangeiras. O dinheiro, os anunciantes, as páginas e o sistema de distribuição pertencem a uma cadeia comercial que ultrapassam fronteiras. A principal fonte pagadora identificada, a Corporativo Lam, LCC, aparece associada a anúncios que promovem e atacam diferentes candidatos.

Uma rede internacional de comunicação

Os registros remetem a Fernando Cerimedo, consultor político argentino e fundador do portal La Derecha Diario; Brad Parscale, estrategista digital norte-americano que comandou a campanha presidencial de Donald Trump em 2020; Javier Negre, jornalista espanhol ligado à expansão internacional da La Derecha Diario; e Damián Merlo, consultor argentino dedicado à articulação política internacional.

Os quatro aparecem em um ambiente transnacional de comunicação, consultoria e contatos políticos. A expansão internacional do portal La Derecha Diario, as relações comerciais atribuídas a ele com operadores da consultoria política norte-americana, os documentos sobre a Rockbridge Network, a campanha de Flávio Bolsonaro e as recentes denúncias sobre o funcionamento dos algoritmos da Meta oferecem elementos concretos para

examinar essa infraestrutura.

Uma investigação publicada em setembro de 2026 pela organização colombiana La Silla Vacía, em colaboração com a organização norte-americana de checagem Factchequeado e a argentina Chequeado, examinou 186.635 publicações da La Derecha Diario em onze países, entre 2025 e agosto de 2026. O levantamento identificou 2.644 mensagens replicadas entre diferentes edições nacionais do portal. Desse total, 2.255 envolviam a Argentina, aproximadamente 85,3% das ocorrências.

A distribuição dos conteúdos mostra a centralidade argentina no fluxo analisado e oferece uma base para compreender como falsas informações atravessam fronteiras. Uma mensagem publicada em uma edição nacional pode reaparecer em outro país, ser adaptada ao contexto local e alcançar novos públicos. A repetição em diferentes locais também pode produzir a impressão de que determinado assunto possui repercussão internacional espontânea.

O levantamento identificou predominância de conteúdos que exploravam a indignação em oito edições em publicações sobre governos de esquerda. O padrão permite comparar a seleção de temas, o enquadramento das notícias, a frequência de ataques e o desempenho das mensagens nas plataformas. A atuação do jornalista Javier Negre a partir dos Estados Unidos, inclusive por meio do programa The Right News Show, acrescenta uma dimensão empresarial à circulação internacional do portal La Derecha Diario.

Desinformação e redes coordenadas

A agência argentina de checagem Chequeado identificou, em publicações do portal La Derecha Diario entre 2022 e 2023, conteúdos falsos sobre o atentado contra Cristina Fernández de Kirchner, em setembro de 2022; alegações falsas de fraude nas eleições brasileiras de 2022; dados distorcidos sobre o derretimento do gelo antártico; e acusações infundadas de que a educação sexual integral promoveria a sexualização de crianças. A publicação também identificou vídeos editados para alterar o sentido de certas declarações políticas.

Na mesma investigação, Cerimedo reconheceu, em entrevista à revista argentina Noticias, em outubro de 2022, o uso de campanhas negativas e de granjas de trolls. O termo designa estruturas que coordenam perfis falsos ou

artificiais para disseminar mensagens, atacar adversários e simular apoio popular. Ele relatou o envio de milhares de mensagens pelo WhatsApp para reverter a repercussão negativa de declarações homofóbicas de Jair Bolsonaro durante a campanha de 2018.

Uma investigação da Agência Pública também examinou declarações de Cerimedo sobre o uso de trolls para impulsionar conteúdos e interferir no funcionamento dos algoritmos. Perfis coordenados, publicações repetidas e contas automatizadas podem ampliar a distribuição de mensagens. Essas práticas podem elevar artificialmente o engajamento, alterar a percepção sobre a popularidade de uma versão e aumentar sua visibilidade em sistemas de recomendação.

Os recursos que sustentam os veículos de comunicação constituem outra parte importante dessa história. Levantamentos publicados em 2026 identificaram pagamentos de publicidade oficial à Madero Media Group, empresa ligada a La Derecha Diario.

Um levantamento da Chequeado identificou pelo menos 32 milhões de pesos argentinos em publicidade oficial provenientes de administrações de Córdoba, Tucumán, Cidade de Buenos Aires e Rosário. Registros também apontaram a empresa como fornecedora de serviços de publicidade em Santa Fe e Entre Ríos. O levantamento identificou anúncios do Banco Nación e da petrolífera estatal YPF.

Outro levantamento, publicado pela rede argentina Ruido e reproduzido pela Chequeado, identificou pagamentos de pelo menos 64,7 milhões de pesos argentinos à Madero Media Group pelo governo da província de Córdoba em 2026, equivalentes a cerca de US\$ 42,1 mil pela cotação de 16 de outubro. Em 2025, os pagamentos somaram 51,6 milhões de pesos, aproximadamente US\$ 33,6 mil pela mesma taxa de referência, provenientes de diferentes áreas administrativas, entre elas comunicação e turismo.

A relação entre Cerimedo e o consultor norte-americano Brad Parscale amplia a investigação para o mercado de tecnologia eleitoral. Brad Parscale comandou a estratégia digital da campanha de Donald Trump em 2016 e assumiu a direção de sua campanha presidencial em 2020.

A associação entre Cerimedo e Parscale passou pela consultoria Numen. Em março de 2025, Cerimedo anunciou que representaria na América Latina as

plataformas Campaign Nucleus e EyesOver, ligadas ao ambiente empresarial de Parscale. As ferramentas são apresentadas como soluções que utilizam inteligência artificial para segmentar públicos e personalizar mensagens políticas. Informações do jornal The New York Times também relacionaram a consultoria a trabalhos políticos na Bolívia e em Honduras em 2025.

A análise dessas ferramentas permite compreender uma transformação da atividade eleitoral. A comunicação deixa de depender exclusivamente de mensagens gerais dirigidas a grandes públicos e passa a utilizar sistemas que organizam informações, identificam segmentos e personalizam a distribuição dos conteúdos.

A articulação da Rockbridge no Brasil

A atuação da Rockbridge Network – organização que reúne magnatas das big techs e financiadores do evangelismo de extrema direita – no Brasil também se insere nessas manipulações. Reportagens do jornal Folha de S. Paulo e do site Intercept Brasil descreveram documentos relativos a um projeto de expansão no Brasil, com propostas para atuar em mídia, formação de jovens, articulação legislativa e criação de um conselho de tecnologia para auxiliar Flávio Bolsonaro. O material também previa contribuições elevadas de seus participantes.

Em 1º de outubro de 2026, a Folha publicou informações segundo as quais dois empresários ligados à rede teriam auxiliado Flávio Bolsonaro com relatórios, monitoramento de redes sociais, pesquisas e aconselhamento sobre a comercialização de infraestrutura de inteligência artificial no Brasil. Um dos nomes citados foi Pedro Sang, apresentado em documentos como dirigente da iniciativa brasileira da Rockbridge.

A reportagem também descreveu o uso de uma sala na sede da campanha de Flávio Bolsonaro, em São Paulo, para reuniões e atividades relacionadas à rede. Entre os documentos examinados havia uma apresentação confidencial, datada de abril de 2026 e dirigida ao então pré-candidato da extrema direita. O material sobre a formação de um conselho de tecnologia descrevia benefícios que a iniciativa poderia oferecer à campanha e a um eventual governo extremista.

A Folha informou que os serviços de monitoramento, pesquisa e consultoria atribuídos aos empresários não apareciam na prestação de contas eleitoral

consultada. A legislação eleitoral brasileira restringe o recebimento de recursos estrangeiros por partidos e candidatos, inclusive por formas indiretas.

A soberania digital depende de quem controla os dados, a infraestrutura, os sistemas de recomendação e os recursos necessários para distribuir informações. Também depende da capacidade das instituições nacionais de obter registros, fiscalizar contratos e verificar como as plataformas aplicam suas próprias regras.

No Brasil, a Lei das Eleições e a Lei dos Partidos Políticos estabelece restrições concretas ao financiamento e à propaganda eleitoral. Mas a campanha de Flávio Bolsonaro declarou R\$ 600 mil em pagamentos à Elytron, empresa de cibersegurança cuja atuação comercial inclui ferramentas de inteligência artificial e serviços de inteligência digital. O partido registrou outros R\$ 131,9 mil em despesas com a companhia.

Em julho de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ampliou a cooperação com Meta, X, Telegram, TikTok, Kwai, LinkedIn e Google para enfrentar as falsas notícias durante as eleições. Em setembro, o Google apresentou ao tribunal um plano para lidar com desinformação, conteúdos gerados por inteligência artificial, canais que violem regras e práticas de engajamento artificial no YouTube.

Contudo, os registros eleitorais identificam os pagamentos da campanha como despesas de consultoria em tecnologia da informação. Entre as atividades descritas nas notas fiscais estão apoio forense, investigação de phishing*, testes de segurança e monitoramento de infraestrutura. Duas notas de R\$ 500 mil foram emitidas em 16 de setembro de 2026, uma delas posteriormente cancelada.

Outra, de R\$ 100 mil, foi emitida em 2 de outubro. A soma dos lançamentos considerados na prestação de contas chega a R\$ 600 mil. Na prestação parcial entregue ao TSE, a campanha havia informado despesa de R\$ 1 milhão com a empresa. O Partido de Flávio Bolsonaro, o Partido Liberal (PL), por sua vez, declarou pagamento de R\$ 131,9 mil.

A natureza dos serviços descritos nos documentos fiscais contrasta com o conteúdo atribuído a uma apresentação comercial da Elytron destinada a clientes interessados em operações políticas. O material descreve uma

estrutura que combina coleta e cruzamento de dados, identificação de segmentos eleitorais, distribuição direcionada de mensagens e atuação sobre redes sociais.

Entre as práticas apresentadas estão a criação de contas falsas, a propagação de rumores e informações falsas, o uso de avatares produzidos por inteligência artificial e ações para atacar adversários. A proposta comercial descrita não se limita, assim, ao monitoramento de redes ou à identificação de ameaças digitais, mas abrange métodos de intervenção sobre a circulação de informações e a percepção dos eleitores.

O nome da Elytron também aparece em sua própria apresentação institucional. No site da companhia, a empresa anuncia uma ferramenta exclusiva de inteligência artificial, menciona um conceito denominado Cyber Army e oferece consultoria, auditoria de segurança da informação e relatórios de inteligência.

O ex-consultor Vincent Edward Reed é apontado como a pessoa que entregou os documentos relativos à oferta comercial. Reed trabalhou como consultor da Elytron entre 2024 e 2025 e participou de contatos para apresentar a tecnologia a pessoas ligadas à campanha presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2024.

As regras internacionais

A legislação eleitoral brasileira estabelece restrições específicas para essa atividade. O artigo 57-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, proíbe a propaganda eleitoral paga na internet, ressalvado o impulsionamento contratado nos termos legais. A contratação é restrita aos agentes autorizados pela norma e a publicidade impulsionada deve identificar o responsável.

O artigo 24 da mesma lei proíbe que candidatos e partidos recebam doações de origem estrangeira, inclusive benefícios estimáveis em dinheiro nas hipóteses abrangidas pelo dispositivo. A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, proíbe, em seu artigo 31, contribuições e auxílios de origem estrangeira aos partidos políticos.

A questão ultrapassa as regras de financiamento eleitoral. A Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, estabeleceu princípios para as relações entre Estados, entre eles a igualdade soberana, a independência política e o

respeito à autodeterminação dos povos. O artigo 2º, parágrafo 1, estabelece a igualdade soberana dos membros da Organização. O artigo 2º, parágrafo 7, delimita a competência da própria ONU em matérias essencialmente pertencentes à jurisdição interna dos Estados, ressalvadas as medidas coercitivas previstas no capítulo VII.

O artigo 1º, parágrafo 2, da Carta estabelece como propósito desenvolver relações amistosas entre as nações com base no respeito à igualdade de direitos e à autodeterminação dos povos. A autodeterminação abrange a capacidade dos povos de determinar livremente seu estatuto político. O princípio se relaciona à independência dos processos pelos quais uma nação escolhe seus representantes e define a organização do poder público.

A Assembleia Geral das Nações Unidas desenvolveu esses princípios em instrumentos posteriores. A Resolução 2131, de 1965, que contém a Declaração sobre a Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Internos dos Estados e a Proteção de sua Independência e Soberania, afirma que nenhum Estado tem o direito de intervir direta ou indiretamente, por qualquer motivo, nos assuntos internos ou externos de outro. O texto também condena a intervenção armada e outras formas de ingerência ou ameaça dirigidas contra a personalidade do Estado ou seus elementos políticos, econômicos e culturais.

A Resolução 2625, de 1970, que contém a Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional relativos às Relações Amistosas e à Cooperação entre os Estados, reafirma a igualdade soberana, a autodeterminação e o dever de não intervenção. O documento afirma que nenhum Estado deve organizar, auxiliar, fomentar, financiar, incitar ou tolerar atividades armadas, subversivas ou terroristas destinadas à derrubada violenta do regime de outro Estado, nem intervir em conflitos civis de outro país.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, estabelece no artigo 25 o direito de todo cidadão de participar da condução dos assuntos públicos, votar e ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, de modo a garantir a livre expressão da vontade dos eleitores.

O artigo 19 do mesmo pacto protege a liberdade de expressão, incluindo a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias. Essas

garantias convivem no direito internacional. A liberdade de expressão protege a circulação de opiniões e informações, enquanto o artigo 25 trata da participação política e das condições para eleições autênticas.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, também trata da participação política. Seu artigo 23 reconhece o direito de participar da condução dos assuntos públicos, votar, ser eleito e ter acesso às funções públicas em condições gerais de igualdade. O artigo 13 protege a liberdade de pensamento e expressão. O Brasil é parte da convenção, que integra o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

A Carta da Organização dos Estados Americanos contém, por sua vez, disposições expressas sobre soberania e não intervenção. O artigo 19 determina que nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, nos assuntos internos ou externos de outro Estado. O artigo 20 condena medidas coercitivas de caráter econômico ou político destinadas a forçar a vontade soberana de outro Estado e obter vantagens de qualquer natureza.

O controle da infraestrutura digital

A circulação internacional de dados acrescenta outra camada à operação. Sistemas de publicidade e inteligência artificial podem processar informações, classificar públicos, medir reações e distribuir conteúdos a partir de estruturas empresariais instaladas em diferentes países. Os dados, os pagamentos, os contratos e os serviços não precisam permanecer no mesmo território.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira, Lei nº 13.709/2018, disciplina o tratamento de dados pessoais e estabelece regras para sua transferência internacional. O Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, regula direitos, deveres e princípios relacionados ao uso da internet no país. A legislação eleitoral, por sua vez, estabelece condições para propaganda, impulsionamento e prestação de contas.

A concentração de informações nas plataformas privadas afeta a capacidade de fiscalização. A empresa que distribui anúncios dispõe de dados sobre anunciantes, pagamentos, critérios de classificação e alcance. A empresa que fornece uma ferramenta de inteligência artificial pode controlar os registros de processamento e os critérios de funcionamento do sistema.

Quando a operação transcende fronteiras, autoridades nacionais podem depender de documentos mantidos por empresas sujeitas a outras jurisdições.

O problema não se restringe à localização física dos servidores. Também envolve o controle empresarial sobre a infraestrutura, os termos contratuais, a possibilidade de obter registros e a capacidade de identificar quem financiou e executou cada serviço. A soberania digital compreende, entre outros aspectos, a competência do Estado para aplicar suas leis e fiscalizar atividades que produzem efeitos em seu território.

É o caso da China, que aprovou a Lei de Segurança de Dados em 10 de junho de 2021, com entrada em vigor em 1º de setembro daquele ano. O texto relaciona a proteção dos dados à soberania, à segurança e aos interesses de desenvolvimento do Estado. Seu artigo 2º prevê a aplicação da lei a determinadas atividades de processamento realizadas fora do território chinês quando prejudicam a segurança nacional, os interesses públicos ou direitos legalmente protegidos na China.

A Lei de Proteção de Informações Pessoais, também de 2021, regula a coleta, o uso e a transferência de dados pessoais. Seu artigo 40 exige armazenamento doméstico para determinadas categorias de operadores e processadores de dados. O artigo 41 determina que pedidos de autoridades judiciais ou de aplicação da lei estrangeiras para obter informações armazenadas na China sejam tratados pelas autoridades competentes chinesas, de acordo com a legislação e os instrumentos internacionais aplicáveis.

As regras chinesas sobre recomendações algorítmicas, em vigor desde março de 2022, estabelecem obrigações para serviços que distribuem informações por sistemas de recomendação. As normas incluem disposições sobre personalização, registros e supervisão de serviços abrangidos. São medidas que integram a política de soberania digital do país.

A Rússia adotou uma lei, em 2014, que estabelece exigências relacionadas ao armazenamento de dados pessoais no território nacional. Em 2019, a lei conhecida como legislação da internet soberana, ampliou os instrumentos públicos de controle e gerenciamento da infraestrutura de internet. O órgão regulador Roskomnadzor participa da supervisão das comunicações e da aplicação de normas relacionadas aos serviços digitais.

A Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime foi adotada em 2001, sob a estrutura do Conselho da Europa, e entrou em vigor em 2004. Estabelece instrumentos de cooperação internacional para investigar crimes informáticos e preservar e obter provas eletrônicas. Seu alcance inclui acesso ilícito, interferência em dados ou sistemas, falsificação informática e fraude informática.

A Convenção das Nações Unidas contra o Cibercrime foi adotada em dezembro de 2024. O tratado foi concebido para ampliar a cooperação internacional na investigação de crimes abrangidos por suas disposições e no compartilhamento de provas eletrônicas. Sua entrada em vigor depende do depósito de 40 instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

O Pacto Digital Global, adotado pelas Nações Unidas em setembro de 2024 como parte do Pacto para o Futuro, estabelece compromissos de cooperação digital, governança de dados, acesso à tecnologia e desenvolvimento responsável da inteligência artificial. Não é um tratado penal que estabeleça, por si só, crimes e penas para a ingerência eleitoral.

A Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Inteligência Artificial e Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito foi aberta à assinatura em setembro de 2024. O instrumento estabelece obrigações para os Estados que se vincularem a ele, conforme suas disposições, e trata dos efeitos dos sistemas de inteligência artificial sobre direitos humanos, democracia e Estado de Direito.

O punhal golpista de Flávio Bolsonaro

A candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência da República recoloca no centro da disputa eleitoral o funcionamento das instituições democráticas, a independência do Poder Judiciário, a liberdade de imprensa, a legitimidade do processo eleitoral e a responsabilização dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. As declarações do candidato, as propostas inscritas em seu programa de governo e as iniciativas de sua campanha perante a Justiça Eleitoral constituem elementos documentais para examinar o alcance de suas posições e suas possíveis consequências institucionais.

O ponto de partida é o próprio discurso do candidato. Em seu programa de governo, apresentado em agosto, Flávio Bolsonaro propõe mudanças nas competências do Supremo Tribunal Federal (STF), restrições às decisões individuais de ministros, alterações no foro por prerrogativa de função e modificações nas regras de acesso à Corte. Em manifestações públicas, defendeu mudanças constitucionais, prometeu a saída do ministro Alexandre de Moraes do tribunal, contestou a caracterização dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 como tentativa de golpe e anunciou a intenção de conceder indulto ao pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na área eleitoral, o histórico inclui declarações sobre a origem das urnas eletrônicas brasileiras e iniciativas judiciais destinadas a retirar publicações de circulação e suspender perfis de adversários.

A investigação desses episódios exige confrontar as declarações com os documentos, as regras constitucionais, os registros oficiais e as decisões judiciais. É dessa comparação que emerge o problema central: até que ponto as mudanças anunciadas e as iniciativas políticas da candidatura podem alterar as condições de funcionamento das instituições responsáveis por

assegurar a liberdade eleitoral, a separação dos Poderes e a proteção dos direitos fundamentais?

A Constituição sob ameaça

Em 6 de outubro, durante um evento político em Goiânia, Flávio Bolsonaro declarou que pretendia aproveitar a composição do Congresso Nacional para promover mudanças constitucionais. Segundo o candidato, a direita teria condições de eleger os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de construir uma maioria parlamentar para modificar a Constituição. Ele associou essa iniciativa à necessidade de “redemocratizar” o país e fazer com que as instituições voltassem a respeitar o texto constitucional.

No dia seguinte, o senador afirmou que não defendia uma ruptura constitucional e mencionou mudanças que, segundo ele, poderiam ser implementadas por emendas à Constituição. Entre os temas citados estavam a reforma do Judiciário, a redução da maioridade penal, alterações tributárias e o fim da reeleição presidencial.

A distinção entre reforma constitucional e ruptura institucional é indispensável para compreender o alcance dessas declarações. A Constituição de 1988 prevê mecanismos próprios para sua alteração, mas também estabelece limites que não podem ser eliminados pela simples formação de uma maioria parlamentar.

O artigo 60 determina que uma proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada pelo presidente da República, por um terço dos integrantes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das Assembleias Legislativas estaduais, nas condições estabelecidas pelo texto constitucional. A proposta precisa ser aprovada em dois turnos em cada Casa do Congresso, com o apoio de três quintos dos respectivos membros.

O mesmo artigo proíbe emendas durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio e impede a deliberação de propostas destinadas a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. São as chamadas cláusulas pétreas.

O programa de Flávio Bolsonaro defende mudanças relevantes na organização do Estado, mas a extensão de algumas delas ainda depende de

formulação legislativa. Para avaliar o alcance das propostas, é necessário distinguir o que está expressamente previsto no documento do que foi anunciado em discursos e do que ainda não possui texto normativo definido.

Essa distinção também se aplica à promessa de extinguir a reeleição presidencial. Em outubro, o candidato afirmou que uma eventual mudança deveria valer para seu próprio mandato, deixando ao Congresso a definição da duração do período presidencial. A proposta suscita uma questão constitucional específica: a periodicidade do voto é protegida como cláusula pétrea, e a aplicação imediata de uma ampliação de mandato poderia afetar o período para o qual o eleitor escolheu determinado candidato.

Especialistas em Direito Constitucional apontaram controvérsia sobre a possibilidade de a mudança atingir o mandato em curso. O debate envolve a diferença entre estabelecer uma regra para eleições futuras e alterar a duração de um mandato já conferido pelo voto.

O programa de governo de Flávio Bolsonaro, intitulado Para o Brasil Vencer o Atraso, foi divulgado em agosto e tem 76 páginas. O documento propõe limitar os poderes do STF, privilegiar decisões colegiadas em determinadas situações, restringir o conjunto de pessoas e entidades autorizadas a propor ações perante a Corte e modificar regras relacionadas ao foro por prerrogativa de função.

O candidato afirma que o STF acumulou atribuições excessivas e que a revisão de suas competências seria necessária para restabelecer o equilíbrio entre os Poderes. O programa apresenta a limitação das decisões monocráticas como uma das medidas centrais da reforma, sob o argumento de que a decisão de um único ministro não deveria se sobrepor ao trabalho do Congresso Nacional.

A discussão sobre decisões monocráticas tem consequências concretas para o funcionamento do tribunal. Uma decisão individual pode ser necessária em situações urgentes, inclusive para impedir a produção de efeitos potencialmente irreversíveis antes do julgamento colegiado.

O programa também pretende restringir a legitimidade de pessoas físicas e jurídicas para propor determinadas ações perante a Corte. A Constituição estabelece, no artigo 103, quais autoridades, partidos políticos, entidades de classe e organizações podem ajuizar ações de controle concentrado de

constitucionalidade.

A alteração desse conjunto de legitimados teria consequências sobre a possibilidade de contestar leis e atos normativos federais ou estaduais. A depender da redação, poderia reduzir o número de atores autorizados a provocar o tribunal e modificar as condições de acesso ao controle constitucional de medidas aprovadas pelo poder público.

O documento ainda propõe acabar com o foro especial de deputados federais e senadores e impedir que parentes até o terceiro grau de magistrados advoguem nos tribunais em que esses juízes atuam. São medidas distintas, que exigem análises jurídicas próprias e não podem ser tratadas como uma única alteração institucional, distinção ignorada pelo programa da extrema direita.

O foro por prerrogativa de função determina qual órgão judicial é competente para processar e julgar determinadas autoridades em razão do cargo. A proposta de extingui-lo para parlamentares modificaria a distribuição de competências judiciais e precisaria ser examinada em relação às normas constitucionais que definem as atribuições do STF e dos demais tribunais.

O STF tem competência constitucional para julgar ações de controle de constitucionalidade e processos originários previstos no artigo 102. A Corte também atua na resolução de conflitos entre órgãos e autoridades nas hipóteses estabelecidas pela Constituição.

Uma reforma que altere esse sistema pode ser discutida pelo Congresso, mas precisa observar os procedimentos legislativos e os limites constitucionais. A questão é saber como as propostas de Flávio Bolsonaro redistribuiriam competências, alterariam o acesso à Justiça e modificariam os mecanismos de controle sobre os atos dos Poderes Executivo e Legislativo.

O STF e a trama golpista

Em 7 de setembro, durante um ato na Avenida Paulista, em São Paulo, Flávio Bolsonaro pediu a saída do ministro Alexandre de Moraes do STF e declarou que, caso fosse eleito presidente, indicaria cinco ministros para a Corte. Moraes foi o relator da Ação Penal 2668, na qual a Primeira Turma do STF condenou Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por cinco crimes relacionados à trama golpista: organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de

Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

O processo examinou a articulação para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva após as eleições de 2022 e mantê-lo no poder, incluindo o plano denominado “Punhal Verde Amarelo”, que previa o assassinato do presidente, do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e do próprio Moraes.

Segundo a acusação, o plano previa ações armadas contra o ministro e o envenenamento de Lula. Os métodos para o assassinato de Alckmin não foram descritos. O general da reserva Mário Fernandes admitiu ter elaborado o documento, mas alegou que se tratava de um “estudo de situação”.

Na sabatina concedida à TV Globo em 16 de outubro, Flávio Bolsonaro voltou a negar que os ataques de 8 de janeiro de 2023 tivessem constituído uma tentativa de golpe de Estado. O candidato classificou o julgamento de Jair Bolsonaro como uma “farsa” e afirmou que o processo teria sido montado para retirar seu pai da vida pública.

No discurso na Paulista, Flávio Bolsonaro afirmou que Moraes deixaria o tribunal e associou sua permanência ao que chamou de consórcio entre o ministro e o presidente Lula. A fala não se limitou à defesa genérica de uma reforma institucional. Ao declarar que o ministro “vai cair” e prometer indicar cinco integrantes para o STF, o candidato vinculou a composição futura do tribunal à sua perspectiva de governo e ao afastamento de um magistrado nominalmente identificado.

A Constituição estabelece que o STF é composto por onze ministros, escolhidos pelo presidente da República e nomeados após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal. Os ministros devem cumprir os requisitos constitucionais e estão sujeitos à aposentadoria compulsória aos 75 anos, além das demais hipóteses legais de vacância.

O presidente da República não dispõe de poder para destituir unilateralmente um ministro por discordar de suas decisões. A saída do cargo depende das hipóteses e dos procedimentos previstos no ordenamento jurídico. A escolha de novos ministros, por sua vez, ocorre quando há vaga e deve respeitar o procedimento constitucional.

Essa diferença é central para compreender a promessa feita na Paulista. A possibilidade de nomear ministros quando surgem vagas constitui prerrogativa presidencial. A declaração de que um magistrado específico

deixará a Corte, vinculada à eleição de determinado candidato, suscita uma questão distinta: a tentativa de transformar uma divergência política ou judicial em objetivo de composição do tribunal.

A nomeação de ministros tem efeitos duradouros sobre a interpretação constitucional, o controle de leis e a resolução de conflitos entre os Poderes. Por isso, a Constituição exige participação do Senado no processo de escolha. O mecanismo foi concebido para impedir que a composição da Corte dependa exclusivamente da vontade individual do chefe do Executivo.

Flávio Bolsonaro também acusou Lula de utilizar instituições públicas para perseguir adversários políticos e afirmou que a relação entre o presidente e Moraes chegaria ao fim. Na manifestação, não apresentou elementos documentais que comprovassem a existência de um acordo ilícito entre os dois.

O episódio ganha relevância quando colocado ao lado do programa de governo. A proposta de limitar decisões monocráticas pode ser defendida como reforma de procedimento. A promessa de afastar Moraes, entretanto, identifica um alvo individual e associa a mudança na composição do tribunal a uma disputa política concreta. A associação entre as duas questões leva à inequívoca conclusão de se trata de uma intenção golpista.

Urnas eletrônicas e liberdade de imprensa

Em julho de 2026, durante encontro com diplomatas em Brasília, Flávio Bolsonaro afirmou que as urnas eletrônicas brasileiras tinham a mesma origem das urnas de uma empresa venezuelana, a Smartmatic, e mencionou informações relacionadas a supostas fraudes eleitorais na Venezuela.

A afirmação sobre a origem dos equipamentos brasileiros foi confrontada com informações oficiais da Justiça Eleitoral. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Smartmatic não forneceu as urnas eletrônicas nem os programas utilizados na votação brasileira. A empresa prestou serviços auxiliares, entre eles conexão de dados e voz e treinamento de profissionais de suporte.

O sistema brasileiro está submetido à administração da Justiça Eleitoral e a procedimentos de fiscalização e auditoria. O processo envolve a preparação dos equipamentos, a geração de mídias, a votação, a apuração e a divulgação dos resultados, com mecanismos de verificação por

representantes de partidos e entidades habilitadas.

A trajetória política do bolsonarismo inclui sucessivas afirmações falsas sobre o sistema eleitoral. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o então presidente fez declarações sobre a possibilidade de fraude nas eleições e promoveu encontros com diplomatas para apresentar dados irreais sobre as urnas, conforme demonstrou a Justiça Eleitoral.

A liberdade de imprensa constitui outro eixo central da candidatura da extrema direita. Durante o governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022, entidades profissionais registraram numerosos episódios de violência, intimidação, ameaças e ataques verbais contra jornalistas e veículos de comunicação.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) contabilizou 1.442 casos de violência contra jornalistas e ataques à imprensa no período. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), por sua vez, registrou 1.507 alertas de violações à liberdade de imprensa entre 2019 e 2022.

Em 2022, a Abraji registrou 557 episódios de ataques contra jornalistas, dos quais 41,6% envolveram ao menos um integrante da família Bolsonaro, segundo o monitoramento divulgado pela entidade. No mesmo ano, a Fenaj identificou Jair Bolsonaro como responsável por 104 ocorrências, entre tentativas de desacreditar a imprensa e agressões diretas a profissionais.

Em outubro de 2026, a campanha da extrema direita passou a protagonizar uma disputa judicial sobre publicações críticas nas redes sociais. Em representação protocolada no dia 9, a campanha pediu a remoção de 221 publicações e a suspensão de 32 perfis no Instagram, dentro de uma lista de 48 perfis identificados. Entre os alvos estavam parlamentares, artistas, movimentos sociais, entidades sindicais e apoiadores da candidatura de Lula.

A campanha alegou que os perfis divulgavam informações falsas ou descontextualizadas sobre o candidato. O pedido foi submetido ao TSE, que solicitou informações adicionais para individualizar as condutas apontadas, ainda inexistentes.

O histórico de ataques à imprensa durante o governo de Jair Bolsonaro, as declarações de Flávio Bolsonaro sobre o sistema eleitoral, as propostas de reforma do STF e as iniciativas judiciais de sua campanha compõem um conjunto de fatos que permite acompanhar a relação entre o projeto político

golpista do candidato da extrema direita e as instituições democráticas.

A candidatura de Flávio Bolsonaro reúne, em seu próprio repertório de declarações e propostas, questões que atingem o funcionamento dos Poderes da República. Não se trata de episódios isolados do debate eleitoral.

A disputa pela Presidência, nesse contexto, não se limita à escolha de um programa de governo. Envolve também o destino das instituições democráticas. O golpismo de Flávio Bolsonaro aparece em compromissos públicos, vinculados a acontecimentos documentados, cujo alcance estará submetido ao julgamento dos eleitores e aos limites estabelecidos pela Constituição.

A perigosa tesoura de Flávio Bolsonaro escondida pela mídia

Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, os carros-chefes da mídia brasileira, vêm construindo, em seus editoriais, uma linha de ataque a Lula que associa a defesa do “ajuste fiscal” leonino do mercado financeiro, abraçado pelo candidato da extrema direita Flávio Bolsonaro, a cortes de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e benefícios sociais. Trata-se de um programa de governo, que orienta o conjunto da mídia e seus produtos em todos os meios de comunicação – sobretudo as redes sociais –, disfarçado de jornalismo.

O Estadão condensou essa interpretação no título Lula quebra o Brasil para se reeleger. Meses depois, O Globo recorreu à expressão Surto eleitoral de Lula não parece ter fim. Entre uma formulação e outra, o ataque à proteção social inserida nas contas públicas se combinou com acusações sobre a conduta do presidente e com uma ofensiva política contra a harmonia entre os Poderes da República, sobretudo na razia contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e seu ministro Alexandre de Moraes, simbolicamente o mais efetivo no enfrentamento com o golpismo bolsonarista.

O exame desses editoriais, confrontados com os indicadores econômicos, os atos do governo e os programas registrados pelas candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permite identificar onde terminam os dados e começam as manobras políticas e ideológicas. Também permite comparar o rigor aplicado às medidas de Lula com o tratamento dado às propostas de Flávio Bolsonaro, sabidamente envolvido em negociações escusas com agentes do mercado financeiro. A questão central é verificar como os jornais enquadram os dois projetos, quais interesses econômicos e sociais estão implicados nas alternativas apresentadas e de que maneira os argumentos editoriais tratam a cobertura política.

No editorial Lula quebra o Brasil para se reeleger, o Estadão reuniu 33 medidas sociais, estimadas em R\$ 215 bilhões, com base em levantamento do economista Marcos Mendes, em relatório da XP Investimentos, um ícone do mercado financeiro. A primeira verificação necessária diz respeito à composição do valor anunciado. A soma reúne iniciativas diferentes, com efeitos fiscais distintos. Aumento de despesas, renúncia de arrecadação e alterações que produzem efeitos em períodos diferentes não representam desembolsos equivalentes, imediatos ou concentrados no mesmo exercício orçamentário.

O montante de R\$ 215 bilhões corresponde a uma estimativa agregada de 33 medidas de aumento de despesas ou redução de receitas, com efeitos fiscais distintos, e não a uma despesa nova executada de uma só vez. Segundo o levantamento de Marcos Mendes citado pelo Estadão, apenas cerca de R\$ 9 bilhões entrariam na contabilidade do arcabouço fiscal. O governo contestou essa análise e afirmou estar cumprindo as regras. A cifra total, isoladamente, não comprova que o país esteja sendo quebrado nem demonstra a intenção eleitoral atribuída ao presidente. Para avaliar o impacto fiscal, é necessário examinar a composição das medidas, seus efeitos sobre as contas públicas e o tratamento de cada uma pelas regras vigentes.

A atribuição de finalidade eleitoral exige ainda outra etapa de verificação. Medidas de transferência de renda, incentivos tributários, subsídios e investimentos podem produzir efeitos políticos, sobretudo em ano de eleição, mas também respondem a objetivos econômicos e sociais. Para estabelecer que uma iniciativa foi adotada exclusivamente para beneficiar uma candidatura, é necessário examinar sua fundamentação, seus destinatários, o calendário de implementação, as regras legais e os efeitos esperados.

O ataque do Estadão se insere, portanto, numa disputa mais ampla sobre a função do Estado. O programa de Lula propõe preservar investimentos públicos, estimular a indústria e a infraestrutura, sustentar políticas de proteção social e manter o arcabouço fiscal como referência para a condução das contas. O programa de Flávio Bolsonaro prioriza cortes indiscriminados para a “economia” exigidos pelo mercado financeiro.

O programa de governo de Lula associa a estabilização das contas ao crescimento econômico, ao investimento e à arrecadação. O de Flávio Bolsonaro enfatiza o “tesouração” indiscriminado e radical. Para avaliá-los, é

necessário conhecer os custos, os prazos, os efeitos efetivamente alcançáveis e os efeitos sobre os serviços públicos e sociais.

O “ajuste” prometido pela extrema direita

A necessidade de aplicar o mesmo critério às duas candidaturas aparece no debate sobre o tamanho do “ajuste fiscal”. Em reportagem publicada em 7 de outubro, a Folha informou que integrantes da equipe econômica de Flávio Bolsonaro discutiam um “ajuste” de até R\$ 250 bilhões, incluindo cortes drásticos na área social - atingindo o Sistema Único de Saúde (SUS) e itens como salário mínimo, seguridade social e aposentadoria - e mudanças na correção de despesas obrigatórias e nas vinculações de recursos para saúde e educação.

O programa de Flávio Bolsonaro propõe retomar o Programa Nacional de Desestatização, que devastou a infraestrutura do país nos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, enquanto o candidato da extrema direita declara, cinicamente, que não privatizaria Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O ataque da mídia ao governo ultrapassou as contas públicas e passou a concentrar-se no calendário e na finalidade das políticas sociais. Em 9 de julho, a Folha publicou o virulento editorial Papagaiada e hipocrisia eleitoral, um ataque bestial a Lula. Em 27 de julho, a virulência se repetiu no editorial A ‘herança maldita’ que o PT esconde, com os mesmos falsos argumentos do editorial do Estadão sobre dívida pública, déficits, estatais e “expansão fiscal”. O encadeamento dos textos aproximou episódios distintos de uma interpretação geral sobre o governo, na qual decisões econômicas, comportamento eleitoral e perspectiva de reeleição passaram a compor uma mesma linha de ataque.

Em 15 de outubro, O Globo entrou na ciranda de agressividade com o editorial Surto eleitoreiro de Lula não parece ter fim. O jornal empregou expressões como “demagógicas” e “populismo em estado puro” ao atacar anúncios de benefícios sociais pelo governo. O editorial levantou falsos questionamentos sobre o impacto fiscal e a legalidade de iniciativas anunciadas. As expressões utilizadas por O Globo pertencem ao campo da avaliação editorial, claramente desprovida de seriedade jornalística.

A disputa chega às instituições

Os ataques se estendem à relação entre Lula, a Justiça Eleitoral e as regras da campanha. Em 3 de outubro, a Folha publicou Eleição presidencial acirrada tende a ganhar com 2º turno, um jogo de palavras para desaprovar uma eventual vitória de Lula no 1º turno. Nos dias 1º e 2 de outubro, respectivamente, O Globo e o Estadão publicaram Sem liberdade não há debate e Juízes fazem o diabo para ajudar Lula, uma orquestração abusiva para atacar decisões judiciais que desmontaram a armadilha do debate na Globo contra Lula.

A cronologia do cancelamento, entretanto, contém etapas que precisam ser consideradas. Lula já havia anunciado que não participaria do debate e optara por conceder entrevista ao podcast Flow. Flávio Bolsonaro também retirou sua participação, alegando censura após decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as regras do encontro. A Globo acabou cancelando o debate quando o candidato do Missão, Renan Santos, foi confirmado no debate por decisão do ministro do STF Gilmar Mendes.

Atribuir o cancelamento exclusivamente à ausência de Lula ou exclusivamente às decisões judiciais reduz uma sequência de acontecimentos a uma única causa, prática que a mídia usou ad nauseam para atacar Lula, sem separar a legalidade das regras eleitorais, a responsabilidade de cada candidato por comparecer e a decisão da emissora de cancelar o encontro. As decisões judiciais e as desistências são fatos documentáveis. A afirmação de que os juízes agiram para favorecer especificamente Lula constitui uma interpretação sobre a finalidade dos atos desprovida de lógica elementar.

Essa distinção também permite avaliar o alcance do ataque à atuação do Judiciário. Uma decisão pode produzir efeitos favoráveis ou desfavoráveis a uma candidatura sem ter sido tomada com esse objetivo. Para estabelecer favorecimento deliberado, não basta identificar quem foi beneficiado pelo resultado. É necessário examinar os fundamentos da decisão, os precedentes aplicáveis, o tratamento dado a situações comparáveis e os elementos que sustentariam a hipótese de intenção política, condição totalmente ignorada pela mídia.

O almoço com Flávio Bolsonaro

Em 16 de outubro, a cúpula do Grupo Globo recebeu Flávio Bolsonaro para um almoço realizado no mesmo dia de sua sabatina no Jornal Nacional e um dia após a entrevista de Lula à emissora. A diferença de tratamento é uma evidente quebra de isonomia entre os candidatos e confissão de alinhamento ao projeto da extrema direita. A Globo afirmou que o encontro teve caráter institucional e não contou com a participação de jornalistas, mas a explicação não passa de dissimulação.

No mesmo dia, durante ato político em Ipatinga (MG), Lula declarou: “Então, eu quero dizer para vocês que a partir de hoje, a Globo está sob suspeição da minha candidatura. Não vai ter confiança. Não vai ter.” A afirmação recolocou em debate a responsabilidade pública de um conglomerado de comunicação cuja atividade de radiodifusão depende de concessão pública, bem como a transparência das relações entre empresas de mídia e candidaturas durante a disputa eleitoral.

O episódio também remete a 1989, quando a edição do debate presidencial entre Lula e Fernando Collor de Mello, exibida pelo Jornal Nacional, favoreceu Collor na apresentação dos desempenhos dos candidatos, fato posteriormente reconhecido pela própria emissora. A concentração de poder midiático, somada à atuação das grandes plataformas digitais e à circulação de publicidade política irregular, amplia o campo do jogo sujo da direita no processo eleitoral.

Ameaça à democracia

A influência dos editoriais não depende apenas da publicação de seus argumentos nas páginas de opinião. Eles fornecem uma moldura para a cobertura posterior, na qual acontecimentos diferentes passam a ser apresentados sob uma mesma chave interpretativa. Uma decisão fiscal pode ser noticiada como “risco econômico”, como medida social ou como cálculo eleitoral. Uma decisão judicial pode ser examinada por seus fundamentos legais ou enquadrada pelo efeito que produz sobre a campanha. A seleção dos aspectos destacados e a linguagem utilizada alteram a forma como o leitor recebe o acontecimento. Ou seja: a parcialidade da mídia é incontestável.

O projeto De Olho na Imprensa, vinculado ao Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, acompanha manchetes, chamadas, colunas, artigos e editoriais da Folha, do Estadão e de O Globo. Em seu levantamento referente à primeira metade de setembro, identificou diferenças entre os veículos e os gêneros jornalísticos, com concentração de textos desfavoráveis a Lula.

Quando os grandes grupos de comunicação transformam suas páginas editoriais em instrumentos de combate político, o problema ultrapassa a disputa entre candidaturas. Está em jogo o direito da sociedade de receber informação sem que interesses econômicos sejam apresentados como verdades universais e programas de governo sejam julgados por critérios diferentes. A mídia não pode reivindicar para si a autoridade de árbitro imparcial enquanto participa da disputa que afirma apenas noticiar. Quando a opinião se disfarça de informação e a seletividade se apresenta como rigor, não é apenas um candidato que está sob julgamento: é a própria democracia.

Um "tesouração" de Flávio Bolsonaro para sangrar o povo

O mercado financeiro impôs ao candidato da extrema direita, Flávio Bolsonaro, um corte imediato de cerca de R\$ 250 bilhões de políticas públicas e de seguridade social. Ele promete em público que não vai tirar dinheiro dos mais pobres, mas, nas portas dos fundos da Faria Lima, onde está o verdadeiro comando de sua campanha, sua equipe econômica apresenta propostas que atingem justamente aposentadorias, benefícios assistenciais, saúde e educação.

O “ajuste” que o candidato vende ao mercado financeiro não cabe no discurso tranquilizador que dirige à população. O povo brasileiro deveria ser amplamente informado sobre o preço dessa operação antes de correr o risco de entregar ao candidato da extrema direita um mandato presidencial. Mas isso é inviabilizado pelo bloqueio midiático em torno das verdadeiras propostas dos candidatos, e cabe à militância organizada cumprir esse papel democrático para garantir a soberania do voto.

A contradição está documentada. Em encontros com agentes do mercado financeiro, interlocutores da campanha de Flávio Bolsonaro apresentaram um pacote de “ajuste fiscal” da ordem de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a aproximadamente R\$ 250 bilhões. Entre as medidas discutidas estão a desvinculação dos reajustes das aposentadorias e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) dos aumentos reais do salário mínimo e o fim dos pisos constitucionais que vinculam os recursos destinados à saúde e à educação à arrecadação federal.

Não se trata de uma lista de cortes administrativos insignificantes. Trata-se de mexer nas regras que determinam quanto dinheiro chega a milhões de brasileiros e quanto o Estado é obrigado a destinar a serviços essenciais.

Diante do eleitor, porém, Flávio Bolsonaro afirma exatamente o contrário. Em entrevista ao Jornal Nacional, em 16 de outubro, negou que pretenda acabar com as aposentadorias ou privatizar determinadas empresas estatais, prometeu manter os reajustes do salário mínimo acima da inflação e disse que não pretende desmontar os programas sociais. Também apresentou um plano de “ajuste fiscal” de R\$ 200 bilhões, associado à extinção de pelo menos dez ministérios. A distância entre o valor anunciado e a falta de explicação detalhada sobre a origem de toda essa economia permanece sem resposta.

É essa a operação política que precisa ser exposta: a candidatura oferece ao mercado financeiro a perspectiva de um “ajuste” profundo e, ao mesmo tempo, promete à população que não haverá sacrifício social. Quando as medidas capazes de produzir a economia anunciada aparecem nas conversas reservadas e nos estudos da equipe, o candidato nega publicamente que pretenda adotá-las.

A campanha chama os relatos de conversas informais e afirma que as propostas não integram o programa oficial. Mas não apresenta uma conta pública que demonstre como pretende cortar centenas de bilhões de reais sem atingir as despesas obrigatórias que concentram a maior parte do orçamento federal.

A conta do mercado financeiro

A Faria Lima não está pedindo apenas que o governo elimine desperdícios ou reduza o número de ministérios. Há representantes do mercado financeiro defendendo que um eventual governo de Flávio comece cortando despesas com aposentados, servidores públicos e Judiciário, em vez de priorizar o combate às emendas parlamentares ou a revisão de renúncias fiscais.

Walter Maciel, presidente-executivo da gestora AZ Quest e apoiador declarado do candidato, defendeu a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo e afirmou que essa medida poderia gerar uma “economia” — na verdade, um desvio para o mercado financeiro — acumulada de até R\$ 1,2 trilhão. Sua posição deixa claro que, para o mercado financeiro, a redução dos gastos com aposentadorias e servidores deve estar entre as primeiras providências de um novo governo.

O chamado “tesouração” não é uma abstração. A equipe econômica discute limitar os reajustes das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do BPC à inflação, impedindo que esses benefícios acompanhem os aumentos reais do salário mínimo. Atualmente, a regra de valorização do piso nacional combina a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com a variação real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Assim, quando a economia cresce, esse crescimento é incorporado ao cálculo do reajuste, permitindo que o salário mínimo aumente acima da inflação. Os benefícios vinculados ao piso acompanham essa valorização. A mudança interromperia esse mecanismo para os beneficiários atingidos, restringindo seus reajustes à reposição inflacionária e impedindo que incorporassem os ganhos reais decorrentes do crescimento econômico.

A diferença aparece no orçamento doméstico. A inflação mede a variação dos preços; o aumento real do salário mínimo representa um ganho acima dessa variação. Se o salário mínimo cresce em termos reais, mas aposentadorias e benefícios assistenciais recebem apenas a reposição inflacionária, esses beneficiários deixam de acompanhar a valorização do piso nacional.

A regra pode preservar o poder de compra em relação à inflação medida, mas impede que aposentados e pessoas que recebem o BPC participem dos ganhos reais concedidos ao salário mínimo. Ao longo dos anos, a diferença se acumula. O alcance da medida seria enorme. Mais de 41 milhões de benefícios são pagos pelo INSS, e aproximadamente 70% correspondem ao valor do piso nacional.

No caso do BPC, a consequência pode ser ainda mais grave para famílias em situação de vulnerabilidade. O benefício atende idosos e pessoas com deficiência que cumprem os critérios legais de elegibilidade e renda. Não é um privilégio nem uma renda excedente: é uma garantia de sobrevivência para quem enfrenta limitações de acesso ao mercado de trabalho e depende de recursos públicos para despesas básicas. Impedir que esse benefício acompanhe os ganhos reais do salário mínimo significa restringir a evolução da renda de pessoas que já vivem com recursos limitados.

A segunda frente do “ajuste” atinge diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e a educação pública. A proposta em discussão prevê substituir os

pisos constitucionais que vinculam os gastos desses setores à arrecadação por uma regra de correção limitada à inflação. Hoje, a Constituição estabelece percentuais mínimos de aplicação de recursos nessas áreas. Retirar a vinculação à receita significa alterar a garantia de financiamento e permitir que a participação relativa desses setores no orçamento diminua quando a arrecadação crescer acima da inflação.

Na vida concreta, isso significa menos margem para ampliar equipes de saúde, construir e equipar unidades, manter hospitais, financiar a atenção básica, contratar profissionais e responder ao aumento da demanda. Na educação, restringe investimentos em escolas, infraestrutura, equipamentos, valorização profissional e expansão da oferta. O efeito não precisa aparecer imediatamente como o fechamento de um hospital ou de uma escola. Pode surgir como a vaga que não é aberta, a unidade que não recebe recursos suficientes, o equipamento que não é substituído ou o serviço que deixa de acompanhar as necessidades da população.

É justamente nessas áreas que o “tesouração” pretende agir. Estudos citados na cobertura do pacote imposto pelo mercado financeiro estimam que a limitação dos reajustes previdenciários e assistenciais produziria um corte acumulado de aproximadamente R\$ 1,1 trilhão em dez anos.

A mudança nas regras de financiamento da saúde e da educação, incluindo a complementação federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), pretende gerar outro corte de R\$ 800 bilhões no mesmo período. O dinheiro que deixaria de crescer nessas despesas para atender ao apetite voraz do mercado financeiro é justamente o que deixaria de acompanhar as regras atuais de proteção social e financiamento público.

Flávio Bolsonaro tenta apresentar o “ajuste” como uma operação contra desperdícios, privilégios e excesso de burocracia. Mas reduzir dez ministérios não equivale a cortar R\$ 250 bilhões. Cortar cargos comissionados também não. Combater fraudes é necessário, mas a campanha não demonstra quanto espera recuperar e em que prazo. Vender imóveis públicos pode gerar receita extraordinária, mas não cria, por si só, uma fonte permanente de economia.

A matemática é incontornável: se o “ajuste” anunciado é dessa magnitude e a equipe quer alcançá-lo por meio da contenção das despesas obrigatórias, não basta prometer que os direitos serão preservados. É preciso explicar

quais medidas produzirão a economia e quem será atingido.

A inspiração de Milei

A inspiração econômica de Flávio torna o problema ainda mais evidente. Daniella Marques, coordenadora da equipe econômica da campanha, apontou o governo de Javier Milei, na Argentina, como referência. Não se trata apenas de uma afinidade retórica, mas de um programa bem definido, assentado no projeto neoliberal, na imposição do capital financeiro sobre o Estado e no orçamento público. O governo argentino promoveu um “ajuste” que atingiu aposentadorias e políticas sociais, oferecendo um exemplo concreto do tipo de consequência que pode acompanhar essa orientação econômica.

Na Argentina, Milei encerrou a moratória previdenciária que permitia a trabalhadores que haviam alcançado a idade para se aposentar, mas não completado os 30 anos de contribuição, regularizar períodos sem recolhimento. Com o fim do mecanismo, o número de pessoas que ingressaram na Previdência caiu de 213,9 mil no primeiro semestre de 2024 para 99,6 mil no primeiro semestre de 2026. A redução foi de 53%. Trabalhadores que não conseguiram completar o tempo exigido perderam uma via de acesso à aposentadoria.

O governo Milei também alterou a fórmula de reajuste das aposentadorias, limitando sua atualização à inflação. Segundo cálculo do Centro de Economia Política Argentina, o benefício mínimo estava, em junho de 2026, cerca de 21% abaixo do valor que teria alcançado se a fórmula anterior tivesse sido mantida.

Na área dos medicamentos, o governo argentino restringiu as condições de acesso à gratuidade oferecida pelo Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas. Desde dezembro de 2024, a gratuidade passou a depender de critérios de renda e outras exigências. Para idosos com despesas elevadas de saúde, a restrição pode representar uma escolha brutal entre comprar remédios e pagar por alimentação ou outras necessidades básicas.

A soberania em risco

O mercado financeiro também defende a redução do Estado por meio de privatizações, concessões e desregulamentação. Flávio promete ampliar a

participação privada e rever a estrutura administrativa. Integrantes de sua equipe afirmaram que Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal não seriam privatizados, mas a campanha não esclarece quais empresas, ativos e serviços entrariam no programa de desestatização. A venda de patrimônio público não pode ser tratada como dinheiro gratuito: o Estado recebe recursos em um momento, mas deixa de controlar o ativo e pode perder rendimentos futuros e instrumentos estratégicos.

A questão da soberania econômica torna-se ainda mais importante quando a abertura ao capital privado é apresentada como solução universal. A entrega de ativos estratégicos a grupos privados pode restringir a capacidade do Estado de orientar investimentos, definir prioridades nacionais e assegurar que setores essenciais atendam ao interesse público. No caso de recursos naturais, energia, infraestrutura e tecnologia, o debate não pode se limitar à receita imediata de uma venda. É necessário saber quem controlará os ativos, quais compromissos de investimento serão exigidos, como serão reguladas as tarifas e quais garantias existirão para a população.

A orientação defendida por Flávio Bolsonaro ficou explícita nos Estados Unidos. Em 28 de março de 2026, durante a Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), ele apresentou o Brasil como “a solução para os Estados Unidos quebrar a dependência da China” em minerais críticos, especialmente terras raras, essenciais à fabricação de processadores, ao desenvolvimento da inteligência artificial e à indústria de defesa norte-americana. Em julho, durante sua passagem por Washington, voltou a defender uma zona de livre comércio nas Américas, com a participação dos Estados Unidos, do México, do Canadá e do Brasil, argumentando que as economias eram complementares e que havia oportunidades para ampliar os investimentos norte-americanos no país.

Em agosto, também defendeu a exploração de terras raras no Norte brasileiro e declarou: “Vamos acabar com essas amarras ambientais”. As declarações evidenciam sua defesa da abertura dos recursos minerais brasileiros ao investimento estrangeiro e da aproximação comercial com Washington. O ponto central para a soberania nacional é saber em que condições essa exploração ocorrerá, quem controlará os ativos estratégicos e quanto da riqueza extraída será convertido em tecnologia, industrialização e desenvolvimento dentro do Brasil.

No mercado de trabalho, Flávio Bolsonaro propõe mais precarização, como contratos ainda mais flexíveis, remuneração por hora e modalidades de contratação com custos reduzidos para determinados grupos, entre eles jovens e trabalhadores mais velhos. A candidatura sustenta que essas medidas podem facilitar a contratação. Mas a experiência mostra que essa precarização não garante empregos, salários suficientes ou crescimento da produtividade. Se os direitos e a remuneração forem proporcionais a jornadas reduzidas e a contratação se tornar mais instável, parte do risco econômico será transferida ao trabalhador.

Uma redução brusca dos gastos públicos pode diminuir a renda disponível das famílias e afetar o consumo. Quando aposentados e beneficiários do BPC deixam de receber ganhos reais, o impacto chega aos pequenos comércios, mercados, farmácias, prestadores de serviços e economias locais que dependem dessas compras. Se o governo também restringe investimentos e financiamento público, reduz a atividade econômica e dificulta a criação de empregos.

A promessa de reduzir impostos acrescenta outra contradição. Flávio quer diminuir a arrecadação e, ao mesmo tempo, melhorar o resultado fiscal em grande escala. Se o governo abre mão de receitas, precisa demonstrar como compensará a perda sem transferir a conta para aposentadorias, benefícios, saúde, educação ou investimentos. Não basta dizer que o Brasil é rico, que há dinheiro desperdiçado ou que o combate à corrupção resolverá o problema.

O discurso de “responsabilidade fiscal” também não pode excluir o custo dos juros da dívida pública do debate sobre as escolhas orçamentárias. A trajetória da dívida depende de receitas, despesas primárias, crescimento econômico, juros e condições de financiamento. Reduzir gastos sociais não é a única decisão possível para melhorar as contas públicas, e a dimensão dos cortes não determina automaticamente o sucesso econômico. A política fiscal precisa ser examinada em conjunto com a política monetária, o financiamento do Estado e as medidas capazes de elevar a produtividade e a capacidade de arrecadação.

Quem pagará a conta?

O ponto central, porém, é político. Os representantes do mercado financeiro que defendem cortes em aposentadorias, servidores e despesas sociais

estão dizendo com clareza quais gastos consideram prioritários para o ajuste. Flávio Bolsonaro, por sua vez, afirma diante do eleitor que não fará economia em cima de quem precisa. São coisas incompatíveis. Se o candidato aceitar as medidas que sua equipe discutiu com agentes financeiros, terá de explicar por que prometeu preservar benefícios que essas medidas terão de cortar. Se rejeitar as medidas, terá de mostrar como pretende cumprir a meta fiscal anunciada.

É isso que precisa ser dito sem rodeios: o custo do “ajuste” não desaparece porque a campanha evita detalhá-lo. Se a economia vier da limitação dos reajustes das aposentadorias e do BPC, os beneficiários deixarão de receber os ganhos reais previstos pelas regras atuais. Se vier da mudança dos pisos constitucionais, o financiamento da saúde e da educação perderá a vinculação vigente à arrecadação. Se vier da redução de investimentos, obras, serviços e contratações poderão ser afetados. Se vier da privatização de ativos, o país terá de avaliar o que está transferindo, a quem e em quais condições.

O eleitor tem direito de conhecer essas escolhas antes de votar. Não é honesto apresentar uma meta fiscal ao mercado financeiro e oferecer ao público uma promessa de proteção social. Não é honesto elogiar Milei sem explicar o que se pretende importar de sua política econômica. Não é honesto anunciar cortes de centenas de bilhões e atribuir a economia ao combate a desperdícios sem mostrar a conta.

Flávio Bolsonaro precisa ser obrigado a responder publicamente como tratará as medidas discutidas por sua equipe — desvincular aposentadorias e BPC dos aumentos reais do salário mínimo e alterar os pisos de saúde e educação — à luz dos interesses do povo e da nação.

A contradição não é um detalhe de campanha. É a diferença entre o que se promete ao povo e o que se apresenta aos agentes financeiros para obter apoio à política econômica. A conta tem endereço. Se o “ajuste” recair sobre a Previdência, chegará à mesa dos aposentados. Se limitar o BPC, atingirá idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Se restringir o financiamento da saúde, chegará aos pacientes e às unidades do SUS. Se limitar os recursos da educação, atingirá escolas, profissionais e estudantes. Se reduzir a demanda e os investimentos, poderá alcançar trabalhadores e pequenos negócios. A pergunta que a candidatura ainda precisa responder

não é se haverá ajuste, mas quem pagará por ele.

O país não pode aceitar uma política econômica como se fosse uma exigência natural, sem responsáveis e sem alternativas. O “ajuste fiscal” é uma escolha sobre prioridades, direitos e distribuição de recursos. Quando o mercado financeiro exige cortes, é necessário identificar quem está exigindo, quais despesas pretende atingir e quais interesses serão beneficiados. Quando Flávio Bolsonaro promete não cortar direitos, é necessário confrontar essa promessa com as medidas que sua equipe discute.

Antes de pedir o voto dos brasileiros, o candidato deveria ter a honestidade de parar de tratar a proteção social como promessa de palanque e o “ajuste” como compromisso reservado aos círculos financeiros. Se fosse honesto, enfrentaria o mercado financeiro para não atingir aposentadorias, BPC, saúde e educação e apresentaria os números para descartar expressamente essas medidas, como faz o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É óbvio que ele pretende executá-las. Mas não o diz porque é desonesto prometer proteção diante das câmeras e deixar sem resposta o custo social do “ajuste” que oferece ao mercado financeiro.

A corrupção internacional da campanha de Flávio Bolsonaro

Uma rede de interesses políticos, empresariais e eleitorais conecta a campanha presidencial de Flávio Bolsonaro a dirigentes da extrema direita norte-americana, magnatas de diferentes setores, consultores eleitorais e empresas de comunicação. Entre Brasil, Miami e Washington, organizações, contratos, redes de mobilização religiosa e operações de propaganda compõem um circuito internacional ligado à campanha da extrema direita brasileira.

Entre os principais atores dessa rede estão a Rockbridge Network, organização ligada a empresários e articuladores políticos republicanos, cofundada pelo empresário Chris Buskirk e pelo vice-presidente dos Estados Unidos, James David Vance, e Fernando Cerimedo, consultor argentino com atuação em campanhas latino-americanas. A tentativa de estabelecer uma estrutura da Rockbridge no Brasil, os contatos de empresários com pessoas próximas a Flávio Bolsonaro e a divulgação de anúncios patrocinados por contas estrangeiras em favor de sua candidatura colocaram sob escrutínio as conexões entre a extrema direita brasileira e seus interlocutores nos Estados Unidos.

Fernando Cerimedo é um consultor eleitoral argentino especializado em comunicação digital, propaganda política e estratégias de divulgação nas redes sociais. Sua atuação está associada à empresa Numen Advisors e ao veículo de comunicação La Derecha Diario, ligados à produção e à circulação de mensagens políticas da extrema direita latino-americana. Cerimedo participou de ações eleitorais em diferentes países da região, com atividades relacionadas à publicidade digital, à produção de conteúdo e à articulação com interlocutores políticos estrangeiros.

No Brasil, Cerimedo ganhou notoriedade em 2022 ao divulgar alegações de fraude nas eleições presidenciais. A Polícia Federal (PF) o indiciou no inquérito relacionado à tentativa de golpe de Estado.

Tentativa de feminicídio

Em agosto de 2026, Nadia Beller, ex-companheira de Cerimedo, sobreviveu a uma tentativa de assassinato em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Na noite de 17 de agosto, dois homens que se apresentaram como entregadores de comida aproximaram-se dela diante de um hotel e dispararam. Após sobreviver ao ataque, Beller apontou Cerimedo como responsável por ordenar o atentado. Segundo seu relato, ele havia marcado o encontro sob o pretexto de lhe transmitir informações.

Nadia Beller passou de candidata a deputada pelo Movimento ao Socialismo (MAS), partido do ex-presidente de esquerda Evo Morales, a interlocutora de Luis Fernando Camacho, dirigente da extrema direita boliviana e um dos principais articuladores da conspiração que culminou na renúncia de Evo Morales em novembro de 2019. Com essa mudança, ela se aproximou de Cerimedo durante a campanha do atual presidente boliviano Rodrigo Paz.

Na madrugada de 18 de agosto, a polícia boliviana deteve Cerimedo no Aeroporto Internacional de Viru Viru, em Santa Cruz de la Sierra, quando ele se preparava para viajar a Buenos Aires, na Argentina. Os agentes o conduziram à Força Especial de Combate ao Crime (FELCC), unidade policial responsável pela investigação de delitos.

O procurador-geral do Estado da Bolívia, Roger Mariaca Montenegro, responsável pela chefia do Ministério Público, denunciou Cerimedo por tentativa de feminicídio. Em 30 de setembro, Mariaca foi detido no aeroporto de Viru Viru. A Procuradoria boliviana contestou a operação policial, qualificou a detenção como ilegal e denunciou o que chamou de sequestro institucional.

O governo do presidente Rodrigo Paz alegou que Mariaca chefiava uma estrutura criminoso infiltrada no sistema de Justiça, acusação que não foi comprovada. Em 3 de outubro, o Poder Legislativo boliviano — formado pela Câmara de Senadores e pela Câmara de Deputados, que compõem a Assembleia Legislativa Plurinacional — destituiu-o do cargo. No dia seguinte, a Justiça determinou sua prisão preventiva por 180 dias no presídio de

Cantamarca, no departamento de Potosí. A detenção ocorreu depois de Mariaca fazer declarações sobre as repercussões políticas internacionais da investigação contra Cerimedo.

A Rockbridge no Brasil

O caso se liga ao registro, em maio de 2026, no estado norte-americano de Wyoming, de uma sociedade empresarial denominada Rockbridge Brazil. A iniciativa previa atuação em áreas como imprensa, universidades, formação de jovens, Poder Legislativo e setores estratégicos da economia. Os documentos da organização descrevem um projeto de interlocução com diferentes segmentos da sociedade e do poder público brasileiro.

O plano previa um Conselho de Tecnologia com 23 nomes potenciais, dos quais 19 seriam estrangeiros. O grupo assessoraria o candidato Flávio Bolsonaro e, em caso de vitória, o presidente da República, em áreas como tecnologia, defesa, energia e minerais estratégicos. A proposta estimou um impacto econômico superior a US\$ 100 bilhões em dez anos.

A Rockbridge Network reúne iniciativas de mobilização eleitoral, comunicação política, pesquisas e formação de quadros. Entre os projetos associados estão Better Tomorrow e Over the Horizon, relacionados à mobilização eleitoral; Faithful in Action, voltada à participação política de frequentadores de igrejas; e Firebrand Action, apresentada como iniciativa de financiamento de reportagens e pesquisas.

Um projeto eleitoral

Uma investigação do Factchequeado, organização jornalística dedicada à checagem de fatos e à investigação da desinformação, com foco especial nas comunidades latinas de língua espanhola nos Estados Unidos, examinou a expansão internacional da rede de comunicação La Derecha Diario e suas conexões com o sistema político e midiático do movimento Make America Great Again (MAGA).

O MAGA reúne apoiadores da agenda política de Donald Trump e utiliza redes sociais, vídeos e outros canais digitais para difundir suas posições. A investigação foi realizada em parceria com o argentino Chequeado, organização especializada em checagem de fatos e jornalismo de dados, e o colombiano La Silla Vacía, veículo digital que se diz dedicado ao jornalismo investigativo e à cobertura das relações de poder. A série começou a ser

publicada em 24 de setembro de 2026.

Em 22 de setembro de 2026, o jornal Folha de S. Paulo também examinou o sistema midiático ligado a Trump e a circulação de conteúdo político dirigido ao público latino-americano. A reportagem abordou a divulgação, por influenciadores digitais, de propaganda paga favorável a Flávio Bolsonaro. As publicações patrocinadas, segundo a investigação, promoviam o senador e sua candidatura por meio de perfis vinculados à rede La Derecha Diario.

Essas informações se somam a relatos sobre a relação da Rockbridge Network com a candidatura de Flávio Bolsonaro. Pedro Vasques Sang, empresário carioca dos setores de consultoria empresarial e turismo, foi apresentado em documentos da Rockbridge Network como responsável pela articulação da estrutura brasileira do projeto. Ele produzia relatórios de monitoramento, frequentava a sede eleitoral de Flávio Bolsonaro e ajudava a procurar um imóvel para instalar a operação.

Sua aproximação com a rede teria ocorrido por intermédio de André Marinho, empresário e comunicador ligado ao partido Novo, pelo qual concorreu ao governo do Rio de Janeiro. Filho de Paulo Marinho, suplente de Flávio Bolsonaro no Senado, André atua como apresentador e comentarista político no programa Pânico, da Rádio Jovem Pan.

Tallis Gomes, fundador da Easy Taxi e dirigente da G4 Educação, também apareceu nos relatos. A Easy Taxi foi uma plataforma de intermediação de corridas entre passageiros e taxistas. A G4 Educação atua na formação empresarial e na capacitação de gestores. Gomes confirmou conversas com Flávio Bolsonaro e afirmou que o candidato demonstrou interesse em ideias discutidas. Os contatos incluíram uma reunião com Chris Buskirk, em Nova York, durante a Brazil Week, evento voltado às relações empresariais entre brasileiros e norte-americanos.

Em março de 2026, durante a Conservative Political Action Conference (CPAC), realizada no Texas, Flávio Bolsonaro defendeu a entrega aos Estados Unidos de minerais críticos. O candidato afirmou que o Brasil era a “solução para os Estados Unidos quebrarem a dependência da China por minerais críticos, especialmente terras raras”.

A agenda também apareceu nas conversas relatadas por Tallis Gomes. Em entrevista ao podcast Os Sócios, o empresário mencionou terras raras, água,

energia, território para centros de processamento de dados, inteligência artificial e indústria de defesa como ativos estratégicos brasileiros para os Estados Unidos. Gomes afirmou ter se encontrado dezenas de vezes com Flávio Bolsonaro para discutir esses temas e declarou que o candidato lhe pedia para colocar as propostas por escrito, com o objetivo de incorporá-las ao plano de governo.

Mario Araripe, empresário do setor de energia renovável e fundador, e David Peixoto, ligado à empresa de inteligência artificial Pax AI, também apareceram nos documentos relacionados à proposta.

Peixoto foi incluído entre os nomes associados ao Conselho de Tecnologia, concebido para reunir empresários e especialistas com a finalidade de assessorar a campanha de Flávio Bolsonaro em questões tecnológicas e econômicas. O documento estimava um impacto econômico potencial superior a US\$ 100 bilhões em dez anos. A proposta mencionava a expansão de centros de processamento de dados e projetos associados à energia renovável.

O Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou representação ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que fossem investigadas possíveis interferências estrangeiras nas eleições. A iniciativa incluiu suspeitas relacionadas à Rockbridge Network e à circulação de conteúdo favorável a Flávio Bolsonaro.

A legislação eleitoral brasileira proíbe partidos e candidatos de receber recursos ou doações provenientes de governos e entidades estrangeiras. A proibição cehga a benefícios econômicos e serviços estimáveis em dinheiro quando caracterizados como doações eleitorais, conforme a natureza da atividade e as circunstâncias em que forem prestados.

A rede de Cerimedo

A teia de influência é complexa. A organização à qual Cerimedo está ligado, a Numen Advisors, foi registrada em 24 de maio de 2023, em North Miami, na Flórida, estado do sudeste dos Estados Unidos. Em 4 de setembro de 2023, um memorando registrou um acordo entre a Numen Advisors e a Latin America Advisory Group, consultoria sediada em Miami e dirigida por Damián Merlo, lobista argentino-americano que atua nas relações políticas da extrema direita entre os Estados Unidos e a América Latina.

O contrato previa serviços relacionados à campanha presidencial de Javier Milei na Argentina. Entre as atividades estavam relações públicas, produção de artigos de opinião, contatos com integrantes do Congresso dos Estados Unidos, aproximação com centros de pesquisa e organização de uma visita a Washington, capital norte-americana. A contratação estabeleceu uma relação comercial entre a empresa de Cerimedo e a consultoria de Merlo, com serviços destinados a ampliar a presença internacional da candidatura de extrema direita na Argentina.

A produção de artigos de opinião buscava inserir as posições de Milei no debate público dos Estados Unidos. Os contatos com congressistas aproximavam o candidato argentino de representantes do Poder Legislativo federal norte-americano, enquanto as reuniões com centros de pesquisa ampliariam sua exposição entre especialistas e analistas de políticas públicas.

A visita de Milei a Washington fazia parte do programa de comunicação internacional previsto no acordo, que incluía uma entrevista a Tucker Carlson, apresentador e comentarista político de extrema direita. A atuação empresarial de Carlson se relaciona ao ambiente de investidores dos setores financeiro e tecnológico.

Tucker Carlson participou da articulação que deu origem à Rockbridge Network. Posteriormente, sua empresa de comunicação recebeu um investimento de US\$ 15 milhões da 1789 Capital, gestora de investimentos ligada à Rockbridge Network.

A consultoria de Cerimedo e Merlo também manteve relações profissionais relacionadas ao governo de Nayib Bukele, presidente de extrema direita de El Salvador. No ambiente político de Washington, um dos nomes relacionados a essa interlocução é María Elvira Salazar, deputada republicana pela Flórida e integrante da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Ela acompanha questões da política latino-americana, especialmente as relacionadas a Cuba, Venezuela e Nicarágua. Sua atuação parlamentar inclui interlocução com dirigentes políticos e representantes de extrema direita de diferentes países da região.

Esse circuito de relações políticas e empresariais tem em Miami um de seus principais pontos de articulação. A cidade reúne empresas de consultoria, veículos de comunicação em espanhol, organizações de imigrantes,

empresários com negócios na América Latina e representantes políticos norte-americanos da direita. Nesse ambiente circulam foragidos da justiça em seus países, consultores, dirigentes partidários, jornalistas e investidores que mantêm relações comerciais e políticas com diferentes países da região.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, é desse meio. Ele e María Elvira Salazar, além de outros representantes republicanos, atuam na formulação e na defesa de posições norte-americanas de extrema direita sobre a América Latina. Reuniões, mensagens e contatos com gabinetes parlamentares constituem formas de interlocução política entre representantes norte-americanos e atores estrangeiros da extrema direita.

Brad Parscale e a publicidade eleitoral digital

A conexão entre campanhas da extrema direita latino-americana e o sistema político de Trump também passa por empresas de tecnologia eleitoral e redes de comunicação digital. Nesse circuito aparece Brad Parscale, estrategista que dirigiu operações digitais das campanhas presidenciais de Trump em 2016 e 2020. Ele é proprietário do grupo de comunicação Right News Media, associado a veículos digitais como La Derecha Diario e UHN Plus.

Cerimedo declarou ao jornal The New York Times, em dezembro de 2025, que Parscale havia montado a infraestrutura tecnológica utilizada por ele. A relação entre os dois também envolveu a consultoria Numen e ferramentas como Campaign Nucleus, voltada à automação de comunicação e à segmentação de públicos, e EyesOver, destinada ao monitoramento digital.

É nesse ponto que entra Javier Negre, jornalista e empresário espanhol que construiu uma rede de veículos digitais voltada à militância de extrema direita de língua espanhola. Negre adquiriu 50% de La Derecha Diario, publicação argentina fundada por Cerimedo e posteriormente expandida para outros países. Após a detenção do consultor argentino na Bolívia, em agosto de 2026, Negre assumiu também a participação que pertencia ao antigo sócio e passou a controlar integralmente o portal. A relação empresarial o coloca no centro da estrutura de comunicação que Cerimedo ajudou a desenvolver para a extrema direita latino-americana.

Negre ampliou essa presença nos Estados Unidos por meio da UHN Plus, veículo digital sediado na Flórida, com grande alcance nas redes sociais e conteúdo político em espanhol. Ele figura entre os dirigentes da empresa e

também está à frente da Right News Media, estrutura empresarial associada à expansão de seus veículos. A UHN Plus integra, assim, o mesmo circuito de comunicação da extrema direita que conecta públicos latino-americanos, a comunidade hispânica nos Estados Unidos e os ambientes digitais alinhados ao trumpismo.

Negre também estabeleceu uma ligação profissional direta com o sistema midiático de Trump. Em 20 de novembro de 2025, participou de uma coletiva de imprensa na Casa Branca e recebeu a primeira pergunta da então secretária de imprensa Karoline Leavitt. Três dias depois, estreou The Right News Show, programa em espanhol voltado ao público hispânico, apresentado como um espaço ostensivamente anticomunista e fascista. Em 3 de dezembro, Negre foi nomeado responsável pela programação da RAV Español, o canal em língua espanhola da Real America's Voice, uma rede norte-americana de notícias e comentários políticos alinhada ao trumpismo.

A programação da Real America's Voice também é distribuída pela Truth+, serviço de transmissão de televisão pela internet pertencente à Trump Media & Technology Group, empresa responsável pela rede social Truth Social. A plataforma oferece canais ao vivo e conteúdos sob demanda, incluindo notícias, comentários políticos, entretenimento e programas de orientação religiosa. A distribuição de The Right News Show pela Truth+ amplia a circulação do conteúdo de Negre dentro do sistema de comunicação empresarial ligado a Trump.

Influência no Brasil

A relevância dessa rede para a política brasileira ganhou expressão concreta em setembro de 2026. Entre os dias 18 e 21 daquele mês, pelo menos onze contas estrangeiras publicaram no X conteúdo patrocinado sobre a alta de Flávio Bolsonaro nas cotações da plataforma de apostas Polymarket para a eleição presidencial brasileira. Entre elas estava a UHN Plus, veículo de comunicação em espanhol com cerca de 1,2 milhão de seguidores na plataforma.

As publicações associavam o nome do senador às probabilidades negociadas no mercado de previsões, no qual usuários compram e vendem posições relacionadas ao desfecho de acontecimentos futuros. A conta da UHN Plus apresentava-se no X como powered by Polymarket (impulsionada pela Polymarket). As publicações exibiam o rótulo de parceria paga, mas não

identificavam quem financiou os anúncios.

O caso de Negre, portanto, não é um episódio isolado nem uma simples questão de propriedade de veículos de comunicação. Sua participação em La Derecha Diario e na UHN Plus, somada à relação empresarial anterior entre Cerimedo e Parscale, ajuda a mapear os elos entre consultoria eleitoral, tecnologia de segmentação, produção de conteúdo e publicidade política. É essa rede, e não apenas a trajetória individual de seus integrantes, que permite compreender como mensagens favoráveis à extrema direita circulam entre diferentes países e chegam ao processo eleitoral brasileiro.

Redes na América Latina

No México, a presidente Claudia Sheinbaum denunciou as redes digitais que difundem informações falsas e simulam tendências de opinião por meio de contas automatizadas e publicações impulsionadas financeiramente. Em setembro de 2026, ela pediu ao Congresso que investigue a atuação de Cerimedo. No mês seguinte, o jornal El País publicou declarações de Nadia Beller, a ex-companheira de Cerimedo, dizendo que ele pretendia intervir nas próximas eleições mexicanas por meio de estratégias de guerra suja digital, com contratação de influenciadores, redes de robôs e ataques coordenados.

A guerra digital de Cerimedo recorre a referências a Cuba, Venezuela e Nicarágua para atacar lideranças de esquerda. Nas campanhas de Milei, na Argentina, de Nasry Asfura, em Honduras, e de Rodrigo Paz, na Bolívia, a relação entre os dois combinava as ferramentas digitais de Parscale com o conhecimento político local e a rede de comunicação de Cerimedo.

O marketing eleitoral digital reúne publicidade segmentada, produção audiovisual, análise de dados, monitoramento de redes sociais, contratação de influenciadores e distribuição de mensagens por diferentes plataformas. Empresas especializadas podem executar serviços específicos ou assumir várias etapas de uma campanha, conforme os contratos estabelecidos.

A atuação de Cerimedo também aparece em registros e reportagens sobre outros países latino-americanos. No Chile, ele e a estrutura de comunicação associada à Numen foram relacionados à campanha pelo Rechazo, que se opôs à proposta de nova Constituição submetida a plebiscito em 2022. No Peru, reportagens registraram contatos e encontros com pessoas ligadas a Keiko Fujimori, dirigente da Força Popular, além da presença de Cerimedo na

posse presidencial de julho de 2026.

Na Colômbia, publicações de setembro de 2026 relacionaram Cerimedo e Javier Negre a uma rede de comunicação digital em torno da campanha de Abelardo de la Espriella. As reportagens descrevem conexões e atividades de comunicação. Em Honduras, por sua vez, Cerimedo integrou a equipe de campanha de Nasry Asfura em 2025, em uma operação que também envolveu profissionais de comunicação e estratégia eleitoral ligados a sua rede.

Em El Salvador, a conexão passa sobretudo por Damián Merlo, o parceiro profissional de Cerimedo nos Estados Unidos, cuja consultoria manteve relações de trabalho relacionadas ao governo de extrema direita de Nayib Bukele. A existência dessa interlocução não comprova que Cerimedo tenha dirigido pessoalmente uma campanha eleitoral salvadorenha. No Uruguai, a ligação identificada envolve Andy Rivas, descrito por Cerimedo como sócio e amigo, que assumiu em 2025 uma representação do Adam Smith Center, ligado à Florida International University. A proposta de instalar um escritório em Montevidéu não chegou a se concretizar.

No Paraguai, a atuação de Cerimedo também aparece associada a Andy Rivas, consultor argentino com quem manteve relações profissionais em diferentes países latino-americanos. Reportagens apontaram a presença dos dois em articulações políticas e empresariais e mencionaram uma suposta reunião, em 2025, com Brad Parscale e executivos da empresa canadense Bitfarms para discutir negócios relacionados à mineração de criptomoedas e à infraestrutura computacional.

Os anúncios estrangeiros em favor de Flávio Bolsonaro

Os tentáculos da rede são extensos. Matt Gaetz, ex-deputado republicano pela Flórida e aliado de Trump, também aparece entre os perfis que divulgaram conteúdo pago favorável a Flávio Bolsonaro. Em uma publicação identificada pelo X como parceria paga, Gaetz escreveu: “Flávio pode salvar o Brasil. Este é o grande prêmio nas Américas”, associando a ascensão do candidato da extrema direita nas cotações da plataforma de apostas Polymarket ao cenário político continental.

O conteúdo integra uma série de anúncios publicados por perfis estrangeiros que apresentaram Flávio Bolsonaro de maneira favorável e repercutiram

suas chances na disputa presidencial brasileira. A presença de Gaetz, que foi deputado entre 2017 e 2024 e ocupou posição de destaque no movimento trumpista, evidencia a participação de figuras da extrema direita norte-americana nessa campanha de divulgação. A identificação das publicações como parcerias pagas levou o partido Missão a acionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), denunciando propaganda eleitoral irregular e interferência estrangeira.

George Behizy, influenciador digital alinhado ao movimento MAGA, também foi citado entre os perfis relacionados a esse ambiente. Donald Trump Jr., o filho do presidente, atuava como conselheiro da Polymarket e da Kalshi, outra empresa do setor de mercados de apostas. A gestora de investimentos 1789 Capital, associada a integrantes do universo da Rockbridge, investiu aproximadamente US\$ 500 milhões na Polymarket.

A Rockbridge Network também desenvolveu iniciativas voltadas ao financiamento de reportagens, à realização de pesquisas e à mobilização de eleitores. Entre elas está a Firebrand Action, organização registrada na Virgínia em 2022 e presidida pelo empresário Chris Buskirk, um dos fundadores da rede. A iniciativa foi apresentada como um instrumento de apoio à produção jornalística e a pesquisas de opinião, com recursos destinados a conteúdos publicados por veículos de comunicação alinhados às posições políticas do grupo.

Outro nome associado a esse ambiente é Joseph Humire, especialista em segurança hemisférica ligado ao Center for a Secure Free Society, organização dedicada a questões de defesa, segurança internacional e relações estratégicas nas Américas. Humire trabalhou com temas de segurança regional e foi identificado como responsável por assuntos de segurança das Américas no Departamento de Defesa dos Estados Unidos, órgão federal encarregado da política de defesa e da administração das Forças Armadas norte-americanas.

Uma declaração suplementar apresentada pela Latin America Advisory Group LLC, empresa de consultoria política vinculada a Damián Merlo, ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos em 30 de julho de 2026, no âmbito da legislação sobre registro de agentes estrangeiros, detalha reuniões realizadas em 13 de janeiro daquele ano por ele em representação da Presidência de El Salvador.

O documento relaciona encontros com integrantes do governo norte-americano: Christopher Landau, subsecretário de Estado; Ana Quintana, integrante da área de planejamento político do Departamento de Estado; e Viviana Bovo, assessora sênior para assuntos do Hemisfério Ocidental, ligada a Marco Rubio. Também registra uma reunião com Joseph Humire, especialista em segurança hemisférica que ocupava uma função ligada aos assuntos de segurança das Américas no Departamento de Defesa.

Ingerência no Brasil

Esses fatos ocorreram em meio ao agravamento das tensões relacionadas à atuação dos Estados Unidos no processo eleitoral brasileiro. Em julho de 2026, o governo brasileiro negou vistos a Riley Barnes, subsecretário de Estado para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, e Samuel Samson, subsecretário adjunto da mesma área. Eles pretendiam visitar o Brasil para tratar de “liberdade de expressão”.

A Rockbridge Network também desenvolveu iniciativas voltadas à mobilização política de comunidades religiosas de extrema direita. Uma delas, a Faithful in Action, foi apresentada como um programa destinado a incentivar a participação política de frequentadores de igrejas. Os materiais de divulgação mencionavam mais de 160 mil integrantes. A iniciativa faz parte das atividades da rede norte-americana de mobilização eleitoral e comunicação política pela extrema direita.

A máscara fascista do sionismo "cristão" bolsonarista

Por trás dos púlpitos, das peregrinações a Jerusalém e dos discursos em nome da fé, uma engrenagem internacional aproxima pastores, governos, parlamentares, partidos e organizações empenhadas em transformar proclamações religiosas em força política de extrema direita, o fascismo mascarado de religião. Israel é o centro dessa máquina. Seus desdobramentos alcançam a Casa Branca, atravessam a Europa, mobilizam a Argentina e penetram a política brasileira.

Congressos, viagens, campanhas, redes de influência e fluxos financeiros conectam atores que encontram na Bíblia não apenas uma profissão de fé, mas também uma linguagem de mobilização e poder. No Brasil, essa articulação ganhou projeção durante o governo do fascista Jair Bolsonaro e deixou marcas no debate parlamentar e na política externa.

Quem são os protagonistas dessa rede, quais interesses os aproximam e até onde chega sua influência sobre as decisões de Estado? Para responder a essas perguntas, é preciso seguir os fios que ligam organizações religiosas sediadas em Jerusalém aos corredores do poder em Washington, às articulações parlamentares europeias, à ascensão de Javier Milei na Argentina e à aproximação entre o governo Jair Bolsonaro e o governo de Benjamin Netanyahu.

Nesse percurso aparecem pastores com projeção internacional, entidades dedicadas à mobilização em defesa do Estado de Israel, parlamentares organizados em frentes supranacionais, encontros reservados ou públicos com autoridades e iniciativas que convertem afinidades teológicas em ação política de extrema direita.

O que emerge desse mapa não é uma estrutura homogênea, comandada por um único centro, mas uma rede de interesses convergentes, alianças específicas e formas distintas de atuação, cuja extensão só pode ser compreendida quando seus protagonistas são desmascarados.

O sionismo cristão reúne correntes teológicas que atribuem às profecias bíblicas um papel central na legitimação do sionismo político e no apoio à criação, à consolidação e à expansão do Estado de Israel, interpretadas como parte de um desígnio divino. O sionismo cristão fundamenta o apoio ao Estado de Israel em interpretações bíblicas.

Jerusalém como centro de mobilização religiosa

Um estudo publicado em 2025 na revista científica Caderno CRH, vinculada ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulado Israel e a extrema direita global - religião, intermediários e redes de poder, examina o sionismo cristão como ponte ideológica entre o Estado de Israel e setores das direitas radicais dos Estados Unidos e da América Latina, além da atuação de intermediários políticos, empresariais e diplomáticos na Europa e nas Américas.

Entre os nomes examinados estão David Hatchwell, empresário e dirigente comunitário espanhol envolvido em iniciativas de articulação política e institucional; Amichai Chikli, líder político israelense do Likud — partido de direita nacionalista fundado em 1973 e associado à oposição à criação de um Estado palestino soberano nos termos da solução de dois Estados — e ex-ministro dos Assuntos da Diáspora e do Combate ao Antissemitismo; Sheldon Adelson, magnata norte-americano do setor de cassinos e importante financiador de campanhas republicanas e de iniciativas políticas favoráveis ao Estado de Israel, morto em 2021; e Yossi Shelley, diplomata israelense que dirigiu o gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e foi embaixador do Estado de Israel no Brasil entre 2017 e 2021.

Essas trajetórias revelam diferentes formas de articulação entre interesses empresariais, representação diplomática e mobilização política em torno do Estado de Israel. A convergência entre esses campos também se manifesta na atuação de organizações religiosas que procuram transformar supostas convicções bíblicas em apoio público e mobilização internacional.

Uma delas é a Embaixada Cristã Internacional em Jerusalém, conhecida pela sigla ICEJ, correspondente ao nome em inglês International Christian Embassy Jerusalem. Inaugurada em 30 de setembro de 1980, a organização reuniu aproximadamente mil cristãos de 32 países na cerimônia de abertura, estabelecendo desde o início uma dimensão internacional para sua atuação.

A atuação internacional da ICEJ

A organização declara manter escritórios e representantes em mais de 90 países e contar com apoiadores em mais de 170. Esses números correspondem às informações divulgadas pela própria entidade. Sua missão declarada inclui apoiar o Estado de Israel, formar lideranças “cristãs” a partir de interpretações bíblicas sobre o Estado de Israel e promover relações entre comunidades religiosas, cristãos e árabes. Suas trajetórias permitem observar diferentes modalidades de interlocução entre interesses empresariais, representação diplomática, militância política e aproximação com correntes ideológicas que encontram no apoio ao Estado de Israel um ponto de convergência.

A ICEJ articula formação religiosa, contatos internacionais, mobilização presencial, apoio material e comunicação. Organiza conferências, estudos bíblicos, materiais de ensino e exposições sobre a interpretação profética da história do Estado de Israel. Mantém representantes nacionais, igrejas parceiras e redes de pastores. Promove peregrinações, celebrações em Jerusalém, encontros de oração e visitas a lugares considerados bíblicos. Também reúne doações, desenvolve projetos assistenciais e divulga vídeos, testemunhos, transmissões e campanhas dirigidas a comunidades cristãs de vários países.

A entidade apresenta sua atuação como uma forma de aproximar igrejas de todo o mundo do que considera a realização dos propósitos de Deus no Estado de Israel. Em fevereiro de 2026, sua conferência Envision, realizada em Jerusalém, reuniu mais de 70 pastores e dirigentes religiosos de 20 países.

A programação tratou das relações entre o Estado de Israel e as igrejas e incluiu estudiosos bíblicos, diplomatas e especialistas em segurança. O modelo combina ensino religioso, contato direto com a sociedade israelense e encontros com representantes de instituições do país. A experiência presencial ocorre dentro de uma interpretação teológica previamente

apresentada pela organização e pode repercutir depois nos sermões, nas redes sociais e nas atividades públicas das igrejas de origem.

Formação religiosa e redes europeias

Na Europa, a formação de lideranças também passa por redes que não se confundem integralmente com o sionismo cristão. Entre 8 e 11 de setembro de 2025, Paris recebeu a conferência europeia da Lausanne Consultation on Jewish Evangelism, que reuniu pastores, missionários e dirigentes religiosos sionistas e não sionistas.

A programação abordou a evangelização de comunidades não cristãs, a formação de lideranças e as dificuldades enfrentadas por comunidades religiosas diante do antissionismo e das denúncias sobre o genocídio do Estado de Israel em Gaza. A entidade considerou o encontro o maior de sua história regional. A evangelização de sionistas não equivale ao sionismo cristão, embora as redes se sobreponham parcialmente ao tratar da identidade sionista, da Bíblia e das relações entre cristãos e Estado de Israel.

A aproximação entre o governo israelense e segmentos do “cristianismo evangélico” de extrema direita também tem antecedentes políticos e turísticos. Em janeiro de 2002, foram registradas iniciativas destinadas a estreitar relações com evangélicos supremacistas norte-americanos, entre elas viagens à Terra Santa com despesas pagas e reuniões estratégicas com organizações extremistas. Os objetivos incluíam recuperar o turismo e ampliar o apoio popular a Estado de Israel nos Estados Unidos. A atenção recaía especialmente sobre os cristãos sionistas, cuja interpretação bíblica da terra do Estado de Israel poderia converter-se em pressão política sobre representantes eleitos.

Os recursos públicos empregados em iniciativas de aproximação, o dinheiro arrecadado por organizações evangélicas privadas e as doações particulares destinadas a projetos no Estado de Israel pertencem a circuitos distintos. A dimensão financeira aparece também na atuação de ministérios religiosos norte-americanos.

Em 2018, a Hagee Ministries, ministério religioso norte-americano liderado pelo pastor John Hagee, declarou ter destinado mais de US\$ 100 milhões a instituições do Estado de Israel e organizações sionistas desde a criação da campanha anual Night to Honor Israel (Noite em Honra a Israel). A iniciativa

mobiliza igrejas e apoiadores em torno de manifestações públicas de apoio ao Estado israelense e arrecada recursos para instituições beneficiárias. O montante divulgado pela própria organização dimensiona o alcance financeiro que o ministério atribuía à campanha.

Estados Unidos e a mobilização do apoio ao Estado de Israel

Nos Estados Unidos, a Christians United for Israel, conhecida pela sigla CUFI (organização de mobilização cristã em apoio ao Estado de Israel), exemplifica a conversão de convicções religiosas em mobilização política organizada. Fundada pelo pastor John Hagee, a entidade reúne igrejas, ministérios e fiéis em torno de questões relacionadas às relações entre os Estados Unidos e Estado de Israel.

Seu encontro anual em Washington combina conferências, formação política e visitas ao Congresso. Na edição realizada entre 29 de junho e 1º de julho de 2025, a programação convidou participantes a procurar representantes eleitos no Capitólio para defender posições favoráveis ao Estado de Israel. A organização também anunciou atividades de arrecadação e diferentes modalidades de participação.

A CUFI não é um partido e não apresenta candidatos próprios. Sua atuação procura mobilizar uma base religiosa para influenciar a opinião pública e as decisões de representantes eleitos, por meio de contatos com congressistas, campanhas de comunicação e eventos públicos. O movimento sionista cristão abriga correntes distintas, embora suas organizações politicamente mais mobilizadas frequentemente apresentem o apoio ao Estado de Israel como dever bíblico.

Lideranças evangélicas e governo norte-americano

Em fevereiro de 2025, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu reuniu-se com dirigentes evangélicos supremacistas nos Estados Unidos antes de encontrar o presidente Donald Trump. Entre os participantes e nomes associados à articulação estavam, além de John Hagee, Jentezen Franklin, Mike Huckabee e Tony Perkins.

A aproximação ocorreu em meio a discussões sobre o futuro dos territórios palestinos. Alguns desses dirigentes sustentam que a soberania israelense sobre territórios reivindicados pelos palestinos decorre de uma promessa divina.

A pastora Paula White-Cain ocupa outro ponto de contato entre o governo de Donald Trump e setores evangélicos supremacistas. Ela dirige o Escritório da Fé da Casa Branca, criado em fevereiro de 2025, e mantém uma relação de longa data com Trump. Em 2025, a Israel Allies Foundation (fundação internacional que articula grupos parlamentares de apoio ao Estado de Israel) incluiu White-Cain entre os principais aliados cristãos do Estado de Israel.

A fundação destacou sua atuação para a mobilização de igrejas para apoiar o Estado de Israel por meio de oração, contribuições e manifestações públicas. Sua posição combina acesso ao presidente Trump, capacidade de mobilização religiosa e presença institucional no Executivo. Essa interlocução abre um canal de comunicação entre segmentos evangélicos supremacistas e o governo.

Profecias bíblicas e mobilização política

John Hagee ocupa posição central na mobilização norte-americana por meio da organização Cristãos Unidos por Israel e divulga interpretações proféticas sobre o Estado de Israel. Em seu livro *Jerusalem Countdown* (Contagem regressiva para Jerusalém), publicado em 2006, relacionou um eventual ataque israelense ao Irã a acontecimentos associados ao Armagedom, conceito bíblico ligado à batalha final entre as forças do bem e do mal, descrita no livro do Apocalipse.

Na interpretação escatológica defendida por determinadas correntes, o Armagedom integra a sequência de acontecimentos que antecederia o desfecho da história humana e a intervenção definitiva de Deus. Jerusalém, Israel e os conflitos no Oriente Médio adquirem, nessa perspectiva, um significado que ultrapassa as disputas territoriais e os cálculos estratégicos: passam a ser interpretados como possíveis sinais do cumprimento das profecias bíblicas. Essa leitura ajuda a compreender por que determinados setores do sionismo cristão atribuem às decisões militares e diplomáticas envolvendo o Estado de Israel uma dimensão religiosa e escatológica.

Mike Johnson, presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, participou em dezembro de 2025 de uma conferência promovida pela Israel Allies Foundation, que reuniu centenas de líderes cristãos e parlamentares de mais de 30 países.

A programação incluiu reuniões com integrantes do governo e do Escritório da Fé da Casa Branca e terminou com uma homenagem a Trump por seu apoio ao Estado de Israel. O encontro reuniu parlamentares, dirigentes evangélicos e representantes israelenses em torno de uma agenda comum.

Organizações sionistas e articulação parlamentar

Mike Huckabee, pastor batista e político republicano escolhido por Trump para o cargo de embaixador dos Estados Unidos no Estado de Israel, exemplifica a sobreposição entre convicção religiosa, trajetória partidária e representação diplomática. Em fevereiro de 2026, declarações suas sobre um suposto direito bíblico israelense que se estenderia do Nilo ao Eufrates provocaram reações de governos árabes e muçulmanos. Seu caso evidencia a presença de interpretações teológicas no discurso de um representante oficial do Estado norte-americano.

Outra iniciativa, o Judeo-Christian Zionist Congress, identificado pela sigla JCZC (Congresso Sionista Cristão, iniciativa de articulação entre lideranças religiosas e políticas), procura ampliar a cooperação para além das igrejas individuais. Em novembro de 2025, uma reunião em Washington juntou dirigentes da American Christian Leaders for Israel (organização norte-americana de lideranças cristãs favoráveis ao Estado de Israel), uma delegação de autoridades municipais israelenses e representantes do Jerusalem Center for Security and Foreign Affairs (centro israelense de estudos sobre segurança e relações exteriores).

O primeiro congresso da nova organização ocorreu em Nashville, em fevereiro de 2026. Sua apresentação institucional associa a iniciativa à defesa do Estado de Israel ao combate ao antissionismo e à ideia de que valores sionista-cristãos constituem um fundamento da democracia ocidental. A organização anuncia encontros com lideranças religiosas, políticas, educacionais e midiáticas e inclui em sua agenda governo, políticas públicas, mídia, educação, esportes, entretenimento e comunidades religiosas.

Em fevereiro de 2025, a Associated Press relatou a reunião de Netanyahu com dirigentes evangélicos conservadores nos Estados Unidos, entre eles John Hagee, Jentezen Franklin, Mike Huckabee e Tony Perkins, antes do encontro do primeiro-ministro com Trump. A aproximação ocorreu no contexto das discussões sobre o futuro dos territórios palestinos e a influência política dos cristãos sionistas norte-americanos.

A Argentina e os Acordos de Isaac

Na Argentina sob a presidência de Javier Milei a presença do extremismo sionista também se intensificou, manifestada com a aproximação diplomática com Estado de Israel, combinando decisões de política externa, encontros parlamentares internacionais e iniciativas de diálogo com comunidades religiosas.

Em 29 de junho de 2026, Milei discursou na Conferência de Presidentes dos Caucus de Aliados do Estado de Israel da América Latina, organizada pela Israel Allies Foundation, entidade internacional que articula grupos parlamentares de diferentes países para promover o apoio político e diplomático ao Estado de Israel. Os caucuses são grupos de parlamentares constituídos para coordenar iniciativas, organizar encontros e defender determinadas pautas no âmbito legislativo.

O encontro reuniu legisladores, embaixadores e representantes religiosos favoráveis ao fortalecimento das relações políticas e religiosas com o Estado de Israel. Milei apresentou os Acordos de Isaac, iniciativa que propõe aproximar países latino-americanos do Estado israelense por meio de uma agenda de cooperação diplomática e articulação política, associada ao combate ao antissionismo, ao “terrorismo” e ao narcotráfico.

Peregrinações religiosas e financiamento

Outra iniciativa argentina ocorreu em 3 de março de 2026, quando mais de 400 pastores participaram do encontro Argentina ama Israel, realizado na comunidade Amijai, de Buenos Aires. A União Mundial Macabi promoveu a atividade por meio de seu departamento de educação, no âmbito do programa internacional Embaixadores da Verdade. O objetivo declarado era fortalecer o diálogo entre lideranças sionistas e evangélicas, combater o antissionismo e enfrentar as denúncias contra o Estado de Israel. Esse modelo de aproximação se distingue da conferência parlamentar porque se concentra nas relações entre organizações comunitárias sionistas e dirigentes religiosos evangélicos.

A Argentina também recebeu, em outubro de 2026, a turnê Out of Zion (Saindo de Sião), promovida pelo ministério SOLU Israel, organização religiosa israelense dedicada à música, à oração e à difusão de mensagens “cristãs” relacionadas ao Estado de Israel. A programação promoveu

encontros de louvor e testemunhos em Córdoba, Mendoza, Monte Grande, Rosário e Adrogué, combinando canções em hebraico e espanhol, apresentações de músicos locais e relatos pessoais de integrantes da equipe israelense.

Em Córdoba, o grupo participou da conferência Sinergia, realizada entre 8 e 10 de outubro no Centro de Convenções Córdoba. Além de divulgar suas atividades religiosas e estabelecer contato com comunidades “cristãs” argentinas, a turnê convidava o público a conhecer o ministério e contribuir financeiramente para a manutenção de seus projetos no Estado de Israel. A entidade informou que os recursos arrecadados se destinariam à manutenção de sua casa de oração, de uma escola de música e de outras atividades ministeriais.

Em Rosário, uma conferência acadêmica abordou outra dimensão do debate. Em 25 de junho de 2026, a Universidade Nacional de Rosário recebeu a filósofa e pesquisadora Silvana Rabinovich, vinculada à Universidade Nacional Autônoma do México, para uma discussão sobre interpretações contemporâneas da Bíblia relacionadas ao sionismo cristão e à ideia do chamado Terceiro Templo.

O encontro ocorreu na Faculdade de Humanidades e Artes, com participação de iniciativas acadêmicas e do grupo de trabalho Geopolítica, Palestina e Nossa América, ligado ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. A conferência examinou a apropriação política de narrativas bíblicas e suas implicações geopolíticas.

O sionismo cristão no Brasil

No Brasil, o sionismo cristão ganhou maior visibilidade política durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. Sua expressão nacional combina referências bíblicas, tradições pentecostais, redes políticas internas e atos diplomáticos. Sua atuação inclui a profecia que interpreta a criação e a existência do Estado de Israel à luz de passagens bíblicas, associada à prosperidade, que vincula o apoio ao Estado de Israel à expectativa de bênçãos divinas associadas à tradição sionista, um fundamento para apoiar o Estado de Israel.

A aproximação entre Bolsonaro e Benjamin Netanyahu tornou-se um marco dessa orientação. Em março de 2019, Bolsonaro visitou Estado de Israel e

anunciou a abertura de um escritório brasileiro de negócios em Jerusalém. O escritório foi inaugurado em dezembro daquele ano e apresentado como estrutura de promoção comercial, não como embaixada. Jerusalém é objeto de disputa diplomática e religiosa, e o reconhecimento da cidade como capital israelense tem significado particular para setores sionistas cristãos. Para esses grupos, a transferência de representações diplomáticas ou o reconhecimento da soberania israelense sobre Jerusalém pode ser interpretado como cumprimento de princípios bíblicos.

A Frente Parlamentar Evangélica, grupo suprapartidário de parlamentares brasileiros ligados a igrejas evangélicas fascistas, e os parlamentares que se identificam publicamente com o apoio ao Estado de Israel são espaços relevantes para compreender a passagem de convicções religiosas a posições políticas.

As denominações brasileiras e suas trajetórias

A difusão do sionismo cristão no Brasil permeou diferentes tradições protestantes. A Assembleia de Deus é uma das denominações mais bem documentadas nessa trajetória. A imprensa assembleiana, especialmente o jornal Mensageiro da Paz, difundiu associações entre Estado de Israel, as profecias bíblicas e o fim dos tempos.

A Casa Publicadora das Assembleias de Deus, conhecida como CPAD, editora ligada à denominação, publicou Israel, Gogue e o Anticristo, de Abrahão Almeida, em 1978, e Assim Vive Israel, em 1985. O pastor Elizeu Queiroz publicou Israel por Dentro, em 1987. Essas obras ajudaram a disseminar interpretações proféticas sobre o Estado de Israel entre leitores assembleianos.

As redes batistas também tiveram participação histórica. Em 1966, os missionários norte-americanos Thomas Larry e Linda Jean McCoy Gilmer chegaram a São Paulo e estimularam a formação do grupo Amigos do Sião. Em 1967, foi criada a Associação Internacional das Missões Israelitas (organização de divulgação religiosa e de apoio ao Estado de Israel), ligada à atuação do pastor Gilmer no Templo Batista de Indianópolis.

Em 1976, Gerson Rocha, pastor da Igreja Batista de Vitória da Conquista, publicou o livreto Sionismo não é racismo. Décadas depois, a Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte, promoveu viagens, celebrações e iniciativas

públicas de aproximação com Estado de Israel. A tradição batista, contudo, é heterogênea, e essas conexões não representam todas as igrejas da denominação.

A Igreja Universal do Reino de Deus, a IURD, seguiu percurso diferente. Em sua fase inicial, enfatizava a prosperidade, a libertação e a batalha espiritual, sem atribuir centralidade ao papel do Estado de Israel nas profecias sobre o fim dos tempos. A aproximação posterior apareceu na construção de uma réplica de uma área da antiga Jerusalém, na realização de viagens, na valorização de símbolos associados ao Estado de Israel e na associação entre a prosperidade israelense e a bênção divina.

A Igreja Batista da Lagoinha, sediada em Belo Horizonte, teve sua trajetória marcada pela liderança do pastor Márcio Valadão, que esteve à frente da instituição por décadas, ao lado da irmã, Ângela Valadão. Os filhos Ana Paula e André Valadão são os herdeiros da denominação. Ana Paula ganhou projeção nacional à frente do ministério musical Diante do Trono, enquanto André também se tornou pastor e cantor e sucedeu o pai na liderança da Lagoinha em 2022.

Lideranças religiosas e redes transnacionais

A atuação deles se insere em um universo evangélico mais amplo, no qual circulam ideias associadas à Nova Reforma Apostólica (NAR, sigla em inglês para New Apostolic Reformation). Esse movimento reúne redes de igrejas e dirigentes que atribuem aos apóstolos e profetas funções contemporâneas de liderança e orientação espiritual. Algumas de suas correntes também defendem a transformação da sociedade a partir de “princípios cristãos”, com repercussões na atuação pública e política.

O Ministério Internacional da Restauração possui uma ligação institucional identificada com redes internacionais de apoio ao Estado de Israel. René Terra Nova figura entre os dirigentes destacados nos estudos sobre o sionismo cristão brasileiro. Sua trajetória está associada à celebração das Festas dos Tabernáculos no Estado de Israel e a interpretações que relacionam o apoio ao Estado de Israel à bênção divina.

Em 2011, Terra Nova inaugurou em Manaus um braço da Embaixada Cristã Internacional em Jerusalém e passou a atuar como representante da entidade no Brasil. Sua rede religiosa também foi associada à Nova Reforma

Apostólica, movimento que reúne lideranças autodenominadas apóstolos e profetas e redes de igrejas que enfatizam a formação de discípulos, a expansão da influência religiosa e a atuação desses dirigentes na orientação das comunidades.

Outra característica dessa trajetória é a adoção do modelo de multiplicação de igrejas conhecido como M12, ou Visão Celular no Modelo dos 12. Inspirado na organização dos 12 discípulos de Jesus, o sistema estrutura o trabalho religioso em pequenos grupos, chamados células, e na formação de líderes encarregados de conquistar novos fiéis, acompanhá-los, prepará-los e enviá-los para formar outros grupos.

Valnice Milhomens, ligada à Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, identificada pela sigla INSEJEC, é outra liderança associada ao ativismo sionista cristão contemporâneo. Sua trajetória inclui viagens a Estado de Israel desde 1985, organização de caravanas e realização de congressos proféticos em território israelense. Ela também aparece ligada à Nova Reforma Apostólica e a redes internacionais de formação e oração.

Silas Malafaia, conhecido extremista e bolsonarista, pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, também é adepto do sionismo. Ele faz manifestações públicas de apoio ao Estado de Israel, de defesa de sua aliança com setores evangélicos e da participação em mobilizações políticas favoráveis ao fascismo.

O Destino Manifesto do falso cristianismo

O Destino Manifesto, por mais simplista e racista que possa parecer, é abertamente proclamado nos Estados Unidos, uma “teoria” que surgiu e se difundiu em meados do século XIX, segundo a qual os norte-americanos nasceram para ser o melhor povo do mundo. É muito forte a influência da religião nessa “teoria”, um destino que teria sido profetizado pela “providência divina”.

O uso do termo Destino Manifesto começa em 1845, quando o jornalista John Louis O’Sullivan empregou a expressão para defender a anexação do Texas. Em artigo publicado na revista *United States Magazine and Democratic Review*, O’Sullivan apresentou a expansão territorial como um destino atribuído pela Providência aos norte-americanos. A formulação articula nacionalismo, convicções religiosas protestantes e a ideia de que a expansão dos Estados Unidos representa uma missão histórica.

O conceito ganhou força durante a conquista de territórios a oeste, a guerra contra o México e a incorporação de extensas áreas do continente. Sua dimensão racial manifestava-se na crença, difundida entre setores da sociedade norte-americana, de que os colonos anglo-americanos estariam destinados a ocupar e governar territórios habitados por outros povos.

Esse “nacionalismo cristão” que associa identidade nacional e providência divina também aparece na história política e simbólica dos Estados Unidos. A expressão *In God We Trust* (Em Deus nós confiamos) foi adotada como lema oficial do país em 1956, no auge do anticomunismo da Guerra Fria, e já figurava em moedas desde o século XIX.

A contestação constitucional a esse recurso de associar cristianismo a fascismo decorre da distinção entre proteger a liberdade religiosa e conferir

ao Estado a prerrogativa de promover práticas confessionais. A Primeira Emenda, ratificada em 1791, proíbe o Congresso de estabelecer uma religião oficial e impede restrições ao livre exercício religioso.

No século XX — particularmente na sua segunda metade — essa ideia “cristã”, traduzida em anticomunismo sem escrúpulo, permeou a propaganda do regime norte-americano. E isso explica a visão dominante no país de que o restante do planeta — sobretudo o chamado Terceiro Mundo — é cultura e economicamente subdesenvolvido.

Essa propaganda ganhou, evidentemente, novos contornos desde a queda do muro de Berlim, mas sua essência permanece a mesma e consiste, basicamente, em levar a “democracia” aos países que recusam a cartilha de Washington e em “ensinar” os “segredos” da boa gestão econômica.

Foi assim com o golpe militar pró-Estados Unidos de 1964 no Brasil. E com os movimentos congêneres que se alastraram pela região nos anos 1950-1960-1970. e assim por diante. A política externa do regime de Washington segue a lógica de que a economia norte-americana depende das imensas riquezas da América Latina. Logo, seus destinos políticos devem ser controlados pelos interesses econômicos dos Estados Unidos.

Declaração de Independência e expansão continental

A política norte-americana sempre foi expansionista e agressiva com a América Latina. A própria constituição dos Estados Unidos como nação encerra uma contradição entre o que foi proclamado dia 4 de julho de 1776, quando o povo norte-americano aprovou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, e a política exterior da jovem pátria. As premissas do expansionismo continental norte-americano foram criadas com as guerras contra a população indígena e as reivindicações dos latifundiários do Sul do país de ampliar o território avançando pelas fronteiras de seus vizinhos.

William Foster, estudioso da história política do continente americano, diz que o próprio nome do país — Estados Unidos da América — expressa suas pretensões panamericanas. Já no começo do século XIX, a contradição entre os princípios humanitários e democráticos proclamados pela Declaração de Independência e a política exterior do jovem Estado levou à renúncia das suas tradições libertárias. A doutrina do direito natural de todos os povos decidirem seu próprio destino — um dos fundamentos da Declaração de

Independência — passou a ser interpretada de modo a justificar como “natural” o expansionismo norte-americano.

Para os dirigentes dos Estados Unidos, essa doutrina dava ao país o direito de encarar o continente como sua área de influência direta. Com esse argumento, a princípio os presidentes Thomas Jefferson e John Adams “compraram” a Luisiana — que pertencia à França — e ocuparam a Flórida — que pertencia à Espanha. Depois, no dia 2 de dezembro de 1823, com a mensagem do presidente James Monroe ao Congresso, foi proclamada a famosa Doutrina Monroe — que expressa sem ambiguidades as pretensões norte-americanas à hegemonia em todo o hemisfério ocidental.

Monroe não foi efetivamente o pai da criança — antes dele, todos os presidentes haviam trabalhado para moldar aquela ordem. A mensagem do presidente foi a consequência de um movimento na Europa — envolvendo Inglaterra, França e Espanha — que pretendia “pacificar” as colônias sublevadas na América do Sul. A França enviou o seu exército à Espanha para repor no trono Fernando VII, monarca espanhol deposto por uma onda revolucionária, e despertou a reação da Inglaterra.

As colônias sul-americanas sublevadas estavam dentro do círculo comercial inglês e a França havia prometido devolvê-las à Espanha. O êxito francês significaria a automática conquista do direito de comércio na região. A Inglaterra, então, propôs aos Estados Unidos uma união para travar as pretensões francesas e sugeriu que o acordo fosse selado por uma declaração conjunta baseada no poderio marítimo dos dois países anglo-saxônicos.

Diplomacia britânica e mensagem de Monroe

Quando Monroe tomou conhecimento da proposta inglesa, imediatamente consultou os ex-presidentes Thomas Jefferson e Jacobo Madison — e recebeu o conselho de aceitar o plano da Inglaterra, mas com uma modificação. Jefferson disse que o assunto era da mesma magnitude da Ata da Independência dos Estados Unidos. “Aquele nos fez uma nação, esta fixa na nossa bússola a rota a seguir através do oceano do tempo que se abre perante nós”, disse ele. “A América, tanto no Norte como no Sul, tem um conjunto de interesses diferentes dos da Europa e que lhe são muito próprios.”

A proposta da Inglaterra foi aceita, mas a declaração conjunta, recusada. Assim, no dia 2 de dezembro de 1823 o mundo conheceu a mensagem de Monroe e soube que os Estados Unidos haviam deixado a Inglaterra de lado e tomado a decisão de determinar os destinos dos povos da América. Em vez de dar a mão para a Inglaterra, os Estados Unidos deram um pontapé na Europa. De mãos livres, se apoderaram dos territórios que estavam em seus planos — como Cuba e Porto Rico —, iniciaram a monopolização do comércio na região e começaram a exportação maciça de seus capitais para os países que se tornaram independentes.

Desde então, a propaganda expansionista invocou esses princípios para justificar as ações políticas e militares extraterritoriais dos Estados Unidos. Para os meios de comunicação fortemente vinculados ao poder econômico, os norte-americanos têm o dever natural e sagrado de levar as suas tradições “liberais” e “democráticas” aos povos “incultos” do resto do mundo.

Por qualquer ângulo que se olhe para o regime dos Estados Unidos é impossível não ver criminosos de amplo espectro. A atual ofensiva sobre a América Latina, que combina pressão comercial, sanções, operações militares, organização de quintas-colunas, articulação política e influência sobre processos eleitorais, traz à tona antigos métodos para se apossar de recursos estratégicos.

A América Latina concentra uma parcela extraordinária das riquezas naturais do planeta. A região abriga cerca de metade da biodiversidade mundial, mais de 30% da água doce e uma parcela decisiva das florestas tropicais do mundo. Detém quase 20% das reservas mundiais de petróleo e pelo menos 25% das reservas de alguns metais estratégicos. A Amazônia, por sua vez, contém o maior sistema fluvial do mundo e responde por quase 20% do fluxo dos rios superficiais globais. A região também reúne extensas áreas de terras agricultáveis e condições excepcionais para a produção de alimentos.

É esse patrimônio natural, associado a mercados consumidores, fontes de energia, minerais críticos, biodiversidade, água e terras produtivas, que confere à América Latina importância geopolítica crescente. A intensificação da intervenção dos Estados Unidos na região transforma esses ativos em alvos de rapina que ultrapassa o comércio convencional e alcança infraestrutura, tecnologia, energia, mineração, logística e segurança.

É precisamente nessa articulação entre riqueza material e poder político que se manifesta a lógica imperialista que tudo transforma, deforma e canaliza para suas próprias versões e para seu proveito, convertendo recursos, mercados e relações de dependência em instrumentos de poder. A velha lógica da apropriação econômica reaparece com as mesmas formas, associada à pressão diplomática, ao poder financeiro, às sanções, às tarifas, à ação militar, comprando palavras ou silêncio e tentando calar as forças progressistas, tudo para seu proveito, para a multiplicação do seu dólar.

Déficits, poder militar e hegemonia

A Doutrina Monroe é um punhal cravado nas entranhas dos povos latino-americanos. De George Washington até Trump, os 47 presidentes que passaram pela Casa Branca não mudaram a essência expansionista da política externa dos Estados Unidos. Hoje, com o agravamento da crise estrutural da economia norte-americana decorrente dos seus monumentais déficits comercial e orçamentário, recrudescer a lógica da Doutrina Monroe.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 30 trilhões em valores nominais anuais, os Estados Unidos ocupam uma posição central na produção mundial, no comércio internacional e nas finanças globais. Essa dimensão, entretanto, não elimina os desequilíbrios que condicionam sua trajetória: em 2025, o déficit comercial de bens e serviços alcançou US\$ 901,5 bilhões, enquanto o déficit do orçamento federal chegou a aproximadamente US\$ 1,8 trilhão.

A essa dimensão econômica soma-se uma disparidade militar de alcance mundial. Em 2025, os gastos militares norte-americanos foram estimados em US\$ 954 bilhões, aproximadamente um terço do total global, segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI). Essa superioridade não se limita aos recursos orçamentários: compreende uma rede de bases no exterior, alianças estratégicas, capacidade de deslocamento de tropas, poder naval e aéreo e um arsenal nuclear.

Ascensão da burocracia militar norte-americana

A ascensão da burocracia militar nos Estados Unidos, analisada pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills em *A elite do poder*, publicado em 1956, expressa uma transformação estrutural do Estado norte-americano no pós-guerra. A instituição militar deixou de ocupar uma

posição relativamente circunscrita na administração pública para se converter em um dos centros mais poderosos do governo.

À medida que a Guerra Fria reorganizava as prioridades nacionais, os altos comandos ampliavam sua influência sobre as decisões políticas, a alocação de recursos públicos e a formulação das estratégias econômicas. Os representantes da diplomacia, com seus protocolos de negociação e entendimento, cediam espaço à presença ostensiva de uma burocracia vinculada à máquina de guerra, enquanto a interpretação militar dos conflitos internacionais adquiria ascendência.

Charles Wright Mills afirma que o fenômeno não se explica pelo poder isolado dos generais, mas pela articulação entre dirigentes militares, autoridades políticas e grandes interesses econômicos, cujas relações estreitas contribuíam para concentrar decisões fundamentais nas mãos de uma elite restrita.

O “realismo militar” dos chefes militares instalados no poderoso Estado-Maior Conjunto transformou-se no guia mais inspirado do governo daquele país. Desde os anos da Segunda Guerra Mundial, essa força ampliou seu campo de ação em assuntos relativos à política exterior e doméstica e atualmente pode-se dizer que a ordem militar do Estado-Maior Conjunto está solidamente instalada no Estado.

Existem dois governos nos Estados Unidos. O primeiro é o que o mundo se informa na internet, no rádio, na televisão e nos jornais, e as crianças nos livros escolares. O segundo é invisível e conduz a espionagem e a rede de informações, um aparato maciço que emprega centenas de milhares de pessoas secretamente e conduz a política externa do país. Esse governo invisível emergiu das imposições dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial.

Criação do aparato de inteligência

A formação desse aparato tem marcos institucionais precisos. Em 1947, a Lei de Segurança Nacional reorganizou a estrutura de defesa e inteligência dos Estados Unidos, criou a Agência Central de Inteligência (CIA) e estabeleceu o Conselho de Segurança Nacional, órgão destinado a assessorar o presidente na articulação das políticas de defesa e relações exteriores.

Em 1952, o governo de Harry Truman criou a Agência de Segurança Nacional (NSA), encarregada da inteligência de sinais e incorporada à estrutura do Departamento de Defesa. A expansão dessas instituições acompanhou a intensificação da anticomunista Guerra Fria e a ampliação das operações de inteligência, vigilância e ação encoberta no exterior.

A dimensão clandestina desse sistema tornou-se publicamente documentada em 1975, quando o Senado dos Estados Unidos instituiu o Comitê Church para investigar as atividades dos órgãos de inteligência. A comissão revelou operações de vigilância doméstica, programas secretos de interceptação de comunicações e ações do Federal Bureau of Investigation (FBI) destinadas a desarticular movimentos pelos direitos civis e contrários à Guerra do Vietnã.

O relatório final, publicado em 1976, concluiu que os abusos identificados não resultavam apenas de decisões isoladas, mas haviam se acumulado ao longo de diferentes governos, no contexto da transformação dos Estados Unidos em uma superpotência durante a Guerra Fria. A investigação também impulsionou a criação de mecanismos permanentes de supervisão parlamentar das atividades de inteligência.

Formação da nova ordem econômica mundial

Os demais países capitalistas centrais, exauridos pela guerra, viram-se compelidos a aceitar essa nova configuração de poder em meio à necessidade urgente de recursos para a reconstrução. Os Estados Unidos deixaram, assim, de figurar como apenas mais um concorrente na disputa internacional por territórios, mercados e zonas de influência para assumir a posição dominante numa ordem hierarquizada, cujos principais mecanismos de funcionamento ajudaram a estabelecer.

As regras desse sistema foram impostas num momento excepcionalmente favorável à potência norte-americana, cuja supremacia industrial, financeira e militar contrastava com a devastação que atingira boa parte da Europa e da Ásia.

Em julho de 1944, antes mesmo da derrota definitiva do Eixo nazifascista (Alemanha, Itália e Japão), representantes de 44 países reuniram-se em Bretton Woods, Estados Unidos, para estabelecer as bases da nova ordem monetária e financeira internacional. A conferência instituiu o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e

o Desenvolvimento, lançando os alicerces de um sistema no qual o dólar ocuparia posição central.

A dependência europeia em relação aos recursos norte-americanos aprofundou-se com o Programa de Recuperação Europeia, conhecido como Plano Marshall, anunciado em junho de 1947 e implementado a partir do ano seguinte.

Os aproximadamente 13,3 bilhões de dólares destinados à recuperação da Europa Ocidental financiaram a aquisição de alimentos, matérias-primas, equipamentos e outros bens indispensáveis à retomada da produção. A assistência contribuiu para reconstruir economias devastadas, ao mesmo tempo que estreitou os vínculos comerciais e políticos com os Estados Unidos e integrou a recuperação europeia à estratégia de bloqueio à União Soviética.

A nova arquitetura internacional não excluiu formalmente todos os países periféricos das negociações, mas estabeleceu mecanismos decisórios profundamente assimétricos. O sistema de cotas do FMI e a distribuição do poder de voto no Banco Mundial institucionalizaram parte dessa hierarquia.

Reconstrução europeia e japonesa

A Europa, destruída e ensanguentada por duas grandes guerras num curto espaço de tempo, não estava em condições de se opor à grande capacidade de produção norte-americana proporcionada pela Segunda Revolução Industrial — que dotou o país de uma poderosa e inovadora indústria. Na Ásia, o Japão, destruído pela guerra, foi ocupado pelos Estados Unidos, que ditaram o rumo da sua reconstrução.

Esse processo do pós-Segunda Guerra Mundial que desencadeou a dominação norte-americana no chamado mundo ocidental, portanto, levou o capitalismo a uma transformação profunda. No final dos anos 1940, somente os Estados Unidos estavam em condições de exportar capital em grande escala. E o país usou essa condição privilegiada para manter sob o seu controle as rédeas num mundo que buscava alternativas ao seu modelo político e econômico.

A dimensão financeira dessa assimetria aparece nos registros do Departamento de Estado norte-americano sobre o balanço de pagamentos do pós-guerra. Entre julho de 1945 e junho de 1949, as exportações

norte-americanas de bens e serviços somaram 67,4 bilhões de dólares, enquanto as importações alcançaram 35,3 bilhões.

A diferença de 32,1 bilhões de dólares precisou ser financiada por outras fontes, entre elas a assistência governamental ao exterior, que cobriu mais de 70% desse saldo. Os números revelam a posição singular dos Estados Unidos como fornecedor de mercadorias, recursos financeiros e ajuda econômica num período em que outros países precisavam importar bens essenciais à sua reconstrução.

No Japão, a ocupação pelos Estados Unidos entre 1945 e 1952 alcançou as estruturas políticas, sociais e econômicas do país. As reformas incluíram a dissolução das Forças Armadas imperiais, a reforma agrária, a reorganização das relações de trabalho e a tentativa inicial de desarticular os grandes conglomerados empresariais conhecidos como zaibatsu.

A partir de 1947, diante do agravamento da crise econômica e da intensificação do anticomunismo na Ásia, a política de ocupação deslocou sua ênfase para a recuperação produtiva. A Guerra da Coreia, iniciada em 1950 – igualmente anticomunista –, transformou o território japonês numa importante base de abastecimento e estimulou a atividade industrial. A reconstrução japonesa ocorreu, assim, sob uma estrutura de ocupação que vinculou a recuperação econômica do país aos interesses estratégicos norte-americanos.

Esses processos ajudam a compreender a transformação do capitalismo no pós-guerra. A capacidade de financiar a reconstrução, fornecer equipamentos e matérias-primas, ampliar mercados e sustentar compromissos militares conferiu aos Estados Unidos instrumentos de influência que ultrapassavam a esfera comercial. A assistência econômica articulou-se ao bloqueio à União Soviética, à formação de alianças ocidentais e à consolidação de instituições internacionais nas quais os Estados Unidos exerciam influência decisiva.

Na Europa, o projeto social-democrata procurou adaptar a economia planejada à tradição “comercial liberal” do velho continente. No Japão, o Estado se reforçava para desempenhar um papel de destaque no planejamento econômico. E cerca de um terço da população mundial rompeu com esses paradigmas e se juntou à União Soviética para reforçar o sistema de economia totalmente planificada, socialista. Desde então, os Estados

Unidos intervieram em vários países e promoveram uma feroz cruzada anticomunista em todo o mundo.

Religião e poder na Casa Branca

O presidente Donald Trump, por exemplo, aprofundou a aproximação entre a Presidência e setores religiosos fascistas. Em 7 de fevereiro, ele assinou a Ordem Executiva que criou o Escritório da Fé da Casa Branca, subordinado ao Conselho de Política Doméstica. O órgão recebeu a atribuição de articular o governo federal com organizações religiosas, comunidades locais e instituições de culto, além de identificar oportunidades para que essas entidades concorressem a subvenções, contratos e outros recursos federais.

Para dirigir a estrutura, Trump nomeou a pastora e televangelista Paula White-Cain, sua conselheira religiosa desde o primeiro mandato e figura influente nos círculos evangélicos que apoiam o presidente. Trump assinou uma ordem executiva que criou uma força-tarefa destinada a identificar o que seu governo classificou como práticas discriminatórias contra cristãos em órgãos federais.

Trump disse que governos anteriores haviam prejudicado organizações confessionais por suas posições sobre aborto, sexualidade e identidade de gênero. A política recebeu apoio de setores evangélicos de coloração fascista e de organizações religiosas alinhadas ao presidente, que veem na ampliação do acesso a programas públicos uma oportunidade para fortalecer serviços comunitários e garantir maior proteção jurídica às suas instituições.

A reação contrária veio de organizações que defendem a separação entre religião e Estado. Em 7 de fevereiro de 2025, Rachel Laser, presidente da Americans United for Separation of Church and State, disse que a nomeação de Paula White-Cain era “inadequada para servir na Casa Branca”.

Laser denunciou que a pastora atua como uma influente articuladora do nacionalismo cristão (fascismo) e promove políticas que prejudicariam mulheres, pessoas LGBTQ+ e minorias religiosas. Também advertiu que a nomeação poderia permitir o uso do Escritório da Fé para promover ou impor práticas religiosas em desacordo com a Constituição.

Em 13 de fevereiro, a Freedom From Religion Foundation também contestou as novas estruturas, argumentando que a combinação entre o Escritório da Fé e a força-tarefa contra o suposto preconceito anticristão poderia privilegiar

o cristianismo conservador no âmbito federal. A entidade advertiu que a promoção de organizações religiosas e sua influência sobre políticas públicas não deveriam se confundir com a proteção constitucional da liberdade de crença.

Em 26 de fevereiro de 2025, a primeira reunião ministerial do segundo mandato de Trump foi aberta com uma oração “cristã” conduzida por Scott Turner, secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano, que invocou Jesus Cristo diante do presidente e dos integrantes do gabinete reunidos na Casa Branca. O episódio conferiu expressão pública à presença da linguagem religiosa no ambiente oficial do governo e à aproximação entre a administração republicana e setores do cristianismo supremacista.

Em 19 de março de 2025, Trump recebeu líderes religiosos no Salão Oval da Casa Branca para uma sessão coletiva de oração, registrada em fotografias oficiais da Presidência. O encontro reuniu representantes do meio evangélico em torno do presidente e tornou visível a proximidade entre o governo e setores do cristianismo supremacista.

Menos de um mês depois, em 16 de abril, Trump participou de um serviço religioso e jantar de Páscoa na Sala Azul da residência presidencial, com a presença de figuras como a pastora Paula White-Cain e o reverendo Franklin Graham. Os episódios ocorreram no contexto da criação do Escritório da Fé da Casa Branca.

O presidente norte-americano certamente não é refém da fé e pode-se dizer que a rigor, ele toma o nome de Deus em vão. Por trás de sua política estão os interesses econômicos de seu expansionismo. A ideologia do Destino Manifesto age como um poderoso elemento mobilizador da energia do país para a conquista de novos territórios. Ao longo da história, ela foi um verdadeiro elixir do expansionismo e do intervencionismo norte-americano.

Doutrina Donroe e segurança hemisférica

A atual versão dessa tradição expansionista reaparece na chamada Doutrina Donroe, denominação que combina o nome de Donald Trump com a Doutrina Monroe e expressa a pretensão de reafirmar a primazia norte-americana no Hemisfério Ocidental. Sob o argumento da segurança regional, do combate ao narcotráfico e da contenção de potências rivais, Washington procura articular governos aliados em torno de uma arquitetura de cooperação militar

e policial cuja assimetria de poder favorece os interesses estratégicos norte-americanos.

O Escudo das Américas, lançado em março de 2026, insere-se nesse movimento ao propor o compartilhamento de informações de inteligência e a coordenação de supostas operações contra organizações criminosas transnacionais. A iniciativa pode ser examinada, portanto, não apenas pelo objetivo declarado de enfrentar o crime organizado, mas também pelas implicações de subordinar a segurança regional a uma estratégia concebida sob a liderança de uma potência que reivindica para si uma posição privilegiada no continente.

O Escudo das Américas pode ser interpretado, metaforicamente, como uma espécie de Ministério dos Territórios Ocupados das Américas, evocando o órgão criado pela Alemanha nazista em 1941 para administrar os territórios conquistados da União Soviética.

Não se trata de equiparar regimes, instituições ou métodos de dominação, mas de reconhecer, em contextos históricos distintos, o princípio político que aproxima essas estruturas: a pretensão de uma potência de organizar espaços geográficos submetidos à sua influência segundo os próprios interesses estratégicos, condicionando as escolhas políticas dos povos que neles vivem.

Sob essa perspectiva, a metáfora remete à transformação da soberania formal em autonomia limitada, quando a segurança, a ordem e a estabilidade de uma região passam a ser definidas prioritariamente pela potência que detém os meios econômicos, diplomáticos e militares para impor sua vontade. A expressão de Fidel Castro, líder da Revolução Cubana, que definiu a Organização dos Estados Americanos (OEA) como um “ministério ianque das colônias”, pertence à mesma lógica.

Em conjunto, essas referências permitem interpretar o Escudo das Américas como expressão contemporânea de uma concepção tutelar do continente, na qual Washington reivindica para si a prerrogativa de definir as ameaças, estabelecer as prioridades e coordenar as respostas, convertendo a cooperação regional em instrumento potencial de reafirmação da hegemonia norte-americana.

Remete também ao macarthismo, o anticomunismo que prevaleceu nos Estados Unidos nos anos 1950 com as campanhas conduzidas pelo senador Joseph McCarthy e por outros setores fascistas para promover perseguições no Estado, nas universidades, nos sindicatos, na indústria cultural e nos meios de comunicação. Investigações, interrogatórios e processos de exclusão profissional atingiram pessoas acusadas de vínculos com o “comunismo”.

No plano interno, o anticomunismo funcionou como mecanismo de intimidação e conformidade ideológica; no plano externo, ofereceu justificativa para enquadrar movimentos patrióticos, reformas sociais e experiências políticas soberanas como ameaças à segurança norte-americana. A mesma lógica de enquadramento reapareceria, em diferentes circunstâncias da Guerra Fria, na América Latina, onde governos e movimentos que defendiam a democracia e a soberania nacional foram tratados como extensões de uma ameaça externa. E agora ressurgiu como Escudo das Américas.

O evangelismo anticomunista da CIA contra o catolicismo progressista

Um documento secreto do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, datado de 12 de julho de 1969, tratou de uma questão apresentada como de natureza religiosa, mas que envolvia implicações políticas e estratégicas de alcance muito mais amplo. O memorando determinava a elaboração de um estudo sobre a Igreja Católica na América Latina, país por país, abrangendo sua estrutura, seu papel na sociedade, suas tendências e principais lideranças, além da atuação de clérigos estrangeiros, grupos não católicos e missionários.

O documento era dirigido ao secretário de Estado, ao diretor da Central Intelligence Agency (CIA) e ao presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior. A ordem decorreria de uma reunião do National Security Council (NSC), realizada três dias antes. O presidente Richard Nixon determinou que a CIA preparasse o relatório.

A documentação desclassificada da própria CIA estabelece um princípio fundamental para compreender essa arquitetura. Em documentos internos sobre operações clandestinas, a agência descreveu como seus agentes trabalharam sob a cobertura de outras funções institucionais. Organizações de ajuda externa, estruturas militares, empresas privadas e entidades de propaganda aparecem nesse repertório como formas de cobertura para atividades de inteligência.

A determinação de Nixon não surgiu num vazio. Desde o início da década de 1960, Washington acompanhava a transformação política e social da América Latina por meio de uma arquitetura que combinava diplomacia, assistência econômica, treinamento policial, cooperação militar, propaganda e inteligência. A United States Agency for International Development (USAID), criada em 1961, tornou-se uma das principais faces ostensivas

desse sistema.

Seus programas abrangiam educação, agricultura, saúde, habitação, infraestrutura, pesquisa científica, formação de mercados e segurança pública. No Brasil, essa presença foi particularmente extensa. O programa de segurança pública administrado pela agência treinou milhares de policiais brasileiros e constituiu uma das dimensões menos conhecidas da política norte-americana no país.

Rockefeller diante de uma Igreja diferente

Foi nesse ambiente de expansão da presença norte-americana no Brasil que Nelson Aldrich Rockefeller consolidou sua relação com a América Latina. Membro de uma das famílias mais poderosas dos Estados Unidos, Rockefeller já reunia experiência empresarial, administrativa e diplomática na região quando Nixon o incumbiu, em 1969, de uma missão especial pelos países latino-americanos. Naquele momento, ele exercia o cargo de governador de Nova York, para o qual fora eleito em 1958 e que ocuparia até 1973.

Sua aproximação com a América Latina, contudo, remontava aos anos 1930, quando passou a atuar nos negócios da família na Venezuela e realizou viagens pela região para estudar suas condições econômicas, sociais e políticas. Em 1940, o presidente Franklin Delano Roosevelt o nomeou coordenador do Office of Inter-American Affairs, órgão encarregado de ampliar a cooperação dos Estados Unidos com os países latino-americanos durante a Segunda Guerra Mundial.

Depois da guerra, Rockefeller continuou a atuar no continente por meio de organizações privadas. Em 1946, os irmãos Rockefeller criaram a American International Association for Economic and Social Development (AIA), destinada a financiar projetos nas áreas de saúde, educação, agricultura e desenvolvimento social em países latino-americanos. Nelson presidiu a organização em diferentes períodos.

No ano seguinte, criou também a International Basic Economy Corporation (IBEC), empresa voltada à implantação de empreendimentos econômicos no exterior, inicialmente com forte concentração na América Latina. Essa combinação de filantropia, desenvolvimento econômico, relações governamentais e interesses empresariais tornou Rockefeller uma figura

particularmente familiar aos governos e às elites econômicas da região.

A ligação de Rockefeller com Nixon ganhou uma dimensão diretamente política em janeiro de 1969, logo depois da posse do presidente. Sua missão consistia em avaliar as relações dos Estados Unidos com a América Latina e formular indicações para a política hemisférica norte-americana.

Em fevereiro, Nixon anunciou oficialmente a missão, que percorreu diversos países e resultou em um relatório posteriormente utilizado nas discussões do Conselho de Segurança Nacional. Documentos oficiais do governo norte-americano mostram que Nixon acompanhou pessoalmente o trabalho de Rockefeller e incorporou parte de suas recomendações à formulação de sua política latino-americana.

A escolha de Rockefeller não foi casual. Sua trajetória reunia três dimensões de particular interesse para Washington: a experiência governamental, o conhecimento acumulado sobre a América Latina e uma extensa rede de relações econômicas e institucionais construída ao longo de décadas.

Durante a missão de 1969, ele não se limitou a questões de desenvolvimento econômico. O próprio Nixon determinou que a missão examinasse o papel das igrejas e o avanço de correntes consideradas radicais na América Latina, enquanto o governo norte-americano discutia simultaneamente questões de segurança, assistência militar, desenvolvimento e estabilidade política no continente.

A missão ocorreu em um momento em que a Igreja Católica deixava de ocupar, em vários países latino-americanos, a posição tradicional de sustentáculo da ordem estabelecida. Bispos, padres, religiosos e organizações católicas atuavam em questões sociais, reforma agrária, direitos trabalhistas, combate à pobreza e defesa dos setores socialmente excluídos.

A transformação desses setores do catolicismo latino-americano tinha raízes no Concílio Vaticano II, realizado em quatro sessões entre 1962 e 1965 e convocado pelo papa João XXIII como esforço de atualização da Igreja Católica no século XX. O pontífice pretendia promover uma renovação pastoral capaz de aproximar a instituição das transformações sociais e culturais de seu tempo e de restabelecer o vínculo com setores da sociedade que se haviam afastado da Igreja.

A orientação já aparecia nas encíclicas *Mater et magistra*, de 1961, e *Pacem in terris*, de 1963, nas quais João XXIII, sob o primado da Doutrina Social da Igreja, assumiu a “socialização” como um fenômeno característico da época, associado à ampliação das relações sociais e à crescente presença do Estado na organização da vida econômica e social, posição que exerceu enorme impacto no laicato católico brasileiro.

O Concílio aprofundou essa inflexão. Suas decisões estimularam uma Igreja mais atenta às condições concretas da população, às desigualdades sociais e às transformações políticas do mundo. Na América Latina, essas orientações encontraram um terreno marcado pela pobreza, pela concentração da propriedade, pela dependência econômica e por ditaduras brutais que se intensificavam sob a égide da Guerra Fria.

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, em 1968, deu expressão regional a esse processo. Setores do episcopado e do clero passaram a defender mudanças sociais mais profundas e a aproximar sua atuação pastoral das demandas de trabalhadores, camponeses e comunidades pobres.

Essa transformação adquiriu significado político para o governo Nixon. Uma Igreja que assumia posições mais incisivas diante da pobreza e das desigualdades podia estabelecer relações com movimentos patrióticos, populares e revolucionários.

O memorando de 12 de julho de 1969 inseria-se nessa concepção anticomunista da política norte-americana para a América Latina. Em 3 de fevereiro daquele ano, Nixon havia determinado a elaboração do National Security Study Memorandum 15, destinado a uma revisão abrangente da política dos Estados Unidos para a região.

O documento foi encaminhado aos secretários de Estado, Defesa e Tesouro, ao diretor da CIA e ao administrador da Agency for International Development (AID). A sigla designava, naquele período, a agência que desde 1961 se chamava oficialmente United States Agency for International Development (USAID).

A USAID surgiu de uma ampla reorganização da assistência externa promovida pelo governo John Kennedy. Em 4 de setembro de 1961, o então presidente sancionou o Foreign Assistance Act of 1961, lei aprovada pelo

Congresso que reorganizou os programas de ajuda externa dos Estados Unidos, separou a assistência econômica da militar e determinou a criação de uma agência encarregada de centralizar os programas de desenvolvimento econômico e assistência técnica.

A nova estrutura substituiu órgãos que anteriormente exerciam essas funções, sobretudo a International Cooperation Administration (ICA) e o Development Loan Fund (DLF). O Foreign Assistance Act of 1961 determinou a transferência de suas atribuições para a USAID, criada formalmente no âmbito do Departamento de Estado pelo Executive Order 10973, de 3 de novembro de 1961.

A reorganização conferiu à política externa dos Estados Unidos um vínculo mais consistente entre operações secretas, militarização e ajuda econômica utilizada como instrumento de apoio a organizações políticas anticomunistas. Nesse sistema, a Alliance for Progress — Aliança para o Progresso — ocupava posição central.

Lançada por John Kennedy em 1961, a iniciativa destinava recursos norte-americanos a programas de desenvolvimento econômico e social na América Latina, ao mesmo tempo que procurava conter a influência da Revolução Cubana e impedir que a insatisfação produzida pela pobreza, pela desigualdade e pela concentração de riqueza se convertesse em apoio a movimentos revolucionários.

A USAID tornou-se um dos principais instrumentos civis dessa política, administrando programas de assistência econômica e técnica articulados aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos na América Latina. O próprio National Security Study Memorandum 15 incluía a administração da AID no exame da política para a região, abrangendo a estratégia de assistência ao desenvolvimento, o futuro da Alliance for Progress e os interesses norte-americanos no continente.

A Aliança, portanto, não se limitava à transferência de recursos para programas de desenvolvimento. Integrava a política latino-americana de Washington durante a Guerra Fria e vinculava assistência econômica e social à repressão política. Crédito, cooperação técnica, desenvolvimento rural, educação e programas sociais funcionavam como instrumentos de cobertura à repressão anticomunista.

Essa dimensão alcançava também a área de segurança pública. Os programas de assistência administrados pelos Estados Unidos mantinham ligação com o Office of Public Safety (OPS), estrutura voltada à cooperação policial e à formação de forças da repressão.

No Brasil, policiais receberam treinamento em patrulhamento, controle de distúrbios, interrogatório (torturas), comunicações, investigação criminal e outras técnicas. A assistência policial colocava recursos, métodos e conhecimentos norte-americanos a serviço das forças de segurança, inserindo a formação policial na política anticomunista dos Estados Unidos no país.

A formação dessa estrutura policial tinha uma dimensão continental. A Academia Interamericana de Polícia foi criada em 1962 no Panamá, dentro da Zona do Canal, em instalações militares norte-americanas. Os cursos incluíam controle de distúrbios, contrainteligência, contrainsurgência, repressão ao comunismo internacional, investigação, controle de fronteiras, tiro, manejo de explosivos e outras disciplinas.

A concepção estratégica era explícita: a polícia deveria funcionar como primeira linha de repressão aos movimentos revolucionários, permitindo que as Forças Armadas fossem empregadas contra insurreições de maior escala.

A USAID financiou inclusive o filme *The First Line of Defense*, produzido para os treinamentos de técnicas de repressão. A película apresentava um país fictício ameaçado por greves e guerrilheiros cubanos e terminava com a derrota da “ameaça revolucionária” pela ação coordenada das polícias e das Forças Armadas. Os produtores evitaram símbolos que identificassem diretamente os Estados Unidos, preservando a aparência de um produto institucional latino-americano.

O programa alcançava, assim, muito mais do que a simples transmissão de técnicas administrativas. Formava policiais dentro de uma concepção política de segurança interna, na qual greve, mobilização popular, guerrilha e comunismo eram incorporados ao mesmo campo que deveria ser brutalmente reprimido.

A CIA entrou pela porta da segurança

Estudos sobre as relações entre Estados Unidos e Brasil registram que o OPS servia à CIA para infiltrar agentes nas polícias locais e recrutar

colaboradores. Policiais estrangeiros eram enviados a centros de treinamento nos Estados Unidos apresentados como instituições de segurança pública.

Um desses centros funcionava sob a fachada da International Police Services Inc., enquanto os cursos eram apresentados como parte dos programas associados à USAID. O treinamento abrangia vigilância, uso de informantes e outras técnicas de atividade policial repressiva.

A estrutura financeira também podia ser utilizada para produzir dependência. A pesquisa registra métodos de recrutamento pelos quais dificuldades orçamentárias de departamentos policiais eram exploradas para estabelecer vínculos financeiros com agentes locais. Recursos destinados a determinadas atividades eram ampliados e utilizados para estabelecer relações pessoais e institucionais que posteriormente podiam ser aproveitadas pela inteligência norte-americana.

O primeiro diretor do OPS foi Byron Engle, funcionário da CIA desde sua criação. O programa policial constituía, nesse sentido, uma interface entre a assistência oficial e a atuação da inteligência. Agentes da CIA utilizavam missões do OPS como cobertura, enquanto informações obtidas por agentes infiltrados na USAID eram transmitidas à agência. A Academia Interamericana de Polícia, financiada pela USAID e instalada na Zona do Canal do Panamá, integrava essa estrutura.

O Brasil tornou-se laboratório policial

O Brasil foi o principal destinatário dessa política da USAID. Documento da própria CIA registra que, até 1972, o país havia recebido quase US\$ 8 milhões em recursos do OPS, mais do que qualquer outro país latino-americano naquele período.

Antes de 1964, os programas já estabeleciam vínculos com as polícias brasileiras. Dan Mitrione chegou ao Brasil em 1960 como funcionário do programa de assistência norte-americano e trabalhou como assessor da polícia de Minas Gerais. Posteriormente, tornou-se uma das figuras mais conhecidas da política norte-americana de repressão política na América Latina. No Uruguai, onde atuava como assessor de segurança, foi sequestrado e morto pelos guerrilheiros Tupamaros em 1970.

A documentação comprova sua atuação como funcionário do programa de repressão anticomunista. Seu vínculo operacional com a CIA faz parte da

documentação e da historiografia sobre a repressão norte-americana na região. A importância histórica de seu caso está na demonstração de como uma função oficialmente definida como assistência policial coexistia com redes da repressão.

A assistência formou quadros brasileiros

O treinamento não se limitava a policiais enviados ao exterior. Os conhecimentos adquiridos nos Estados Unidos e no Panamá eram posteriormente incorporados às instituições brasileiras. O OPS forneceu à direção do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI) uma relação de funcionários do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) que haviam recebido treinamento na Academia Interamericana de Polícia e nos Estados Unidos.

Esses agentes passaram a compor a nova estrutura brasileira da repressão. O OPS também participou da organização do Departamento Federal de Segurança Pública, do Instituto Nacional de Identificação (INI) e do SNI. Essas três estruturas seriam fundamentais para a constituição do sistema de segurança e informação da ditadura.

O fundo documental do SNI, preservado pelo Arquivo Nacional, demonstra a dimensão alcançada por essa estrutura. Os documentos tratam de organizações de esquerda, partidos políticos, sindicatos, movimentos populares, Igreja, universidades, movimento estudantil, guerrilhas, relações internacionais, cassações de mandatos e direitos políticos.

A ação norte-americana também alcançou essa etapa. Documentação da Comissão Nacional da Verdade registra que oficiais enviados pelo governo brasileiro passaram seis meses nos Estados Unidos recebendo instrução na CIA e no Federal Bureau of Investigation (FBI). A experiência contribuiu para a organização da formação de agentes da repressão.

A repressão ganhou dimensão internacional

O sistema brasileiro ultrapassou as fronteiras nacionais. O Centro de Informações do Exterior (Ciex), instalado no Ministério das Relações Exteriores, atuou em coordenação com o SNI para monitorar brasileiros no exterior. Na década de 1970, essa estrutura convergiu com os serviços de inteligência das demais ditaduras do Cone Sul na Operação Condor.

O sistema criou uma rede secreta de intercâmbio de informações e cooperação repressiva entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e abarcou compartilhamento de dados de inteligência e operações extraterritoriais contra opositores políticos, incluindo sequestros, torturas, execuções e desaparecimentos forçados. O Arquivo Nacional documenta essa articulação como parte da internacionalização do aparato repressivo das ditaduras sul-americanas.

O treinamento e as estruturas construídas durante a década anterior forneceram parte da base institucional para essa expansão. O aparelho brasileiro de inteligência já possuía uma rede nacional de coleta, processamento e circulação de informações quando passou a coordenar repressiva internacional.

A polícia tornou-se primeira linha

O conceito de “primeira linha de defesa”, utilizado nos programas da USAID, sintetizava essa concepção. A polícia deveria antecipar a ameaça, identificar organizações, vigiar seus integrantes, controlar manifestações e impedir que conflitos sociais evoluíssem para insurreições. As Forças Armadas entrariam em cena diante de movimentos de maior escala.

O treinamento recebido pelos policiais brasileiros incluía exatamente os instrumentos necessários para essa tarefa: investigação, vigilância, interrogatório, controle de multidões, contrainteligência e contrainsurgência.

Em 1969, o OPS participou do Primeiro Seminário de Segurança Interna realizado em Brasília, associado à criação da Operação Bandeirantes (Oban), estrutura de repressão que reuniu militares e civis para o serviço da repressão anticomunista. A participação do programa norte-americano nesse ambiente demonstra a continuidade entre o treinamento policial iniciado antes do golpe e a montagem do aparato repressivo depois de 1964.

Quando o Ato Institucional nº 5 inaugurou a fase mais autoritária da ditadura, em 1968, os Estados Unidos suspenderam parte da assistência econômica ao Brasil, mas mantiveram os programas de assistência policial. No ano seguinte, o número de policiais brasileiros enviados para treinamento nos Estados Unidos aumentou.

A assistência também alcançou a religião

Quando Nixon ordenou, em 1969, que a CIA investigasse a Igreja na América Latina, portanto, o governo norte-americano já dispunha de décadas de experiência na utilização de redes de assistência, segurança, informação e influência no continente. A investigação sobre a Igreja foi inserida nessa estrutura mais ampla.

As mudanças na orientação pastoral de setores da Igreja, com maior atenção à pobreza, às desigualdades sociais e às estruturas econômicas e políticas, alteravam também sua relação com os embates que agitavam a América Latina.

Para o governo Nixon, que examinava a região sob os parâmetros da Guerra Fria, essa mudança tinha implicações políticas. Uma Igreja voltada para reformas sociais podia estabelecer relações com movimentos de caráter patriótico, popular ou revolucionário.

O crescimento das igrejas protestantes e evangélicas na América Latina possuía uma história anterior à Guerra Fria. Missionários norte-americanos atuavam no continente desde o século XIX, e denominações protestantes construíram escolas, hospitais, editoras, seminários e organizações de assistência muito antes da criação da USAID.

Essa estrutura oferecia uma rede social e institucional já instalada, com acesso a comunidades, formação de lideranças e circulação de publicações e recursos. O anticomunismo encontrou nas igrejas evangélicas uma seara particularmente útil porque podia ser apresentado em linguagem religiosa, associando a defesa da fé, da propriedade privada e da ordem social anticomunista. Era um terreno bem fértil para semear o evangelismo fascista, que logo começaria a frutificar.

CAPÍTULO 10

Por que o fascismo venceu no primeiro turno

A leitura do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2026 exige que os números sejam retirados da aparência e analisados pelo movimento político que o produziu. O ponto de partida é a interpretação dialética, entendida como método de apreensão da realidade em movimento, a compreensão dos fenômenos como episódios interdependentes para se estabelecer entre eles relações de determinação, contradição e transformação.

A principal interferência no processo eleitoral se deu pela usurpação da soberania popular com terrorismos ideológicos, políticos e religiosos, estruturados no esgoto das redes sociais a partir de manipulações criminosas da mídia. A regência da decisão coletiva pelo poder do dinheiro concentrado nos grandes detentores do capital, que organizam seu poder por meio da venalidade de grupos a seu serviço, transforma a democracia em mecanismo de coação e tangência de grande parte do eleitorado para as urnas com a decisão de legitimar a imposição de seus interesses.

A alienação sustenta a dominação

Em outras palavras: impõem ao povo a condição de mero produtor de valor por eles apropriados, utilizando-se do controle ideológico absoluto, alienando o trabalhador de sua condição social, uma anomalia da democracia, a negação dos direitos humanos fundamentais. Na campanha eleitoral, quando o povo é convocado a exercer a sua soberania, essa consciência de classe está embotada pelos mecanismos de coerção ideológica e alienação política.

Nessa campanha do primeiro turno não foram poucos os episódios de interferência brutal no exercício de tomada de consciência do povo, entre eles as infâmias contra Fábio Luis, filho do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, acintosamente batizado de “Lulinha”, e a blitz de caráter fascista para executar a sentença da mídia contra o ministro Alexandre de Moraes, com a nítida intenção de subjugar o Supremo Tribunal Federal e pôr o Estado de Direito de joelhos.

A intenção da mídia, expressão do mundo financeiro, era atingir o presidente Lula e arrastá-lo para a lama na qual vive o candidato da extrema direita Flávio Bolsonaro. O método utilizado é a repetição da técnica de Joseph Goebbels, o marqueteiro de Adolf Hitler, de transformar mentiras em verdade à força da repetição e espalhar grandes invectivas dizendo supostas pequenas verdades.

A soberania popular usurpada

Considerar esse fenômeno permite que se tenha a compreensão das forças em movimento, os elos estabelecidos para formar um processo evolutivo e qualitativo. A evolução traz novos elementos e novas questões e assim surgem os ambientes políticos nos quais o povo é inserido. Quer dizer: o resultado da eleição não fala por si mesmo. A votação em Flávio Bolsonaro não traduz uma consciência política.

Compreender o problema por esse ponto de vista permite tirar lições, ensinamentos e olhar para os desafios com uma visão mais correta dos acontecimentos. O grande desafio é estabelecer contato com o povo a partir de sua realidade, condição hoje exercida pelas forças do fascismo, um fenômeno de massas. Essa compreensão é uma grande aquisição da teoria socialista.

Ela mostra como a direita entra nessa seara e faz o papel de estabelecer contato direto com o povo, se utilizando das mazelas criadas pelo capitalismo. Isso só é possível, evidentemente, à base de um sistema que corrompe valores, finalidades públicas e promove a exclusão do debate de ideias.

As formulações teóricas que tocam na essência do problema, que indicam exatamente qual é a natureza das mazelas e tragédias sociais, são banidas do conhecimento público. Portanto, não se trata simplesmente de vontades. Existe uma correlação de forças, um jogo político efetivo, estabelecido pelas realidades do sistema capitalista.

É necessário investigar as condições que antecederam o processo eleitoral, os interesses que nele se expressaram, os mecanismos pelos quais determinadas ideias alcançaram setores da sociedade e as circunstâncias que permitiram a uma força política converter descontentamentos dispersos em comportamento eleitoral. A realidade, portanto, não é uma sucessão de fatos justapostos, mas um processo no qual cada acontecimento modifica o terreno sobre o qual se desenvolvem os seguintes.

Por isso, a análise do resultado da eleição precisa ultrapassar a fotografia da apuração. Os votos são a manifestação quantitativa de uma relação de forças que possui dimensões econômicas, sociais, culturais, ideológicas e institucionais. É nesse ponto que a caracterização da extrema direita adquire sua verdadeira dimensão.

O fascismo conquista as massas

O fascismo, na formulação desenvolvida por Georgi Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, não é compreendido como uma aberração exterior à sociedade, mas como uma forma política que se desenvolve em determinadas condições da crise do capitalismo.

Dimitrov chamou atenção para a capacidade fascista de interagir com as massas descontentes, apropriar-se de suas frustrações e apresentar-se como alternativa diante de uma ordem que perdeu capacidade de oferecer respostas. A questão decisiva, nessa formulação, não está apenas na existência de organizações fascistas, mas na relação que elas estabelecem com uma sociedade marcada por inseguranças.

Sua formulação vinha da experiência de operário tipógrafo, que entrou muito jovem na atividade sindical e política, participou da organização do movimento comunista búlgaro e, depois, integrou a direção da Internacional Comunista.

Sua trajetória ganhou dimensão internacional em 1933, quando foi preso pelo regime nazista na Alemanha e acusado de participar do incêndio do Reichstag, o parlamento alemão. No julgamento de Leipzig, transformou a própria condição de acusado em instrumento de denúncia do nazismo. Dois anos depois, em 1935, assumiria a Secretaria-Geral do Comitê Executivo da Internacional Comunista.

A Internacional Comunista, conhecida como Comintern, havia sido fundada em Moscou, em 1919, depois da Revolução Russa, com o objetivo de articular internacionalmente os partidos comunistas e coordenar a luta política do movimento operário em diferentes países. Não era simplesmente uma organização destinada à propaganda do socialismo. Funcionava como centro de elaboração estratégica de um movimento da luta de classes internacional e procurava formular respostas comuns diante das transformações do capitalismo, das guerras e das crises políticas.

O VII Congresso, realizado em Moscou entre julho e agosto de 1935, ocorreu em meio à crise econômica iniciada com a quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos em 1929, mergulhando o mundo na sinistra Grande Depressão, produzindo desemprego em massa, empobrecimento e instabilidade social em vários países.

Ao mesmo tempo, o fascismo havia deixado de ser um fenômeno marginal. Benito Mussolini consolidara sua ditadura na Itália; Adolf Hitler chegara ao poder na Alemanha em 1933; o regime nazista destruíra organizações operárias, perseguia comunistas e socialistas e ampliava sua política de repressão, nacionalismo extremo e preparação militar. A própria Alemanha já caminhava para a guerra que eclodiria em 1939.

Foi nesse ambiente que a formulação de Dimitrov ganhou importância. Seu ponto de partida não era a ideia de que o fascismo surgira simplesmente porque existiam grupos violentos ou movimentos políticos extremistas. A questão, para ele, era compreender por que esses movimentos conseguiam conquistar parcelas significativas da sociedade justamente em períodos de crise.

No relatório apresentado ao VII Congresso, Dimitrov retomou uma definição que havia sido formulada anteriormente pela direção da Internacional Comunista: o fascismo no poder seria uma “ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”.

A expressão “capital financeiro” refere-se ao desenvolvimento do capitalismo com o entrelaçamento profundo dos grandes capitais industriais e bancários, concentrando poder econômico e político em poucos grupos de grandes capitalistas, formulação sistematizada primeiro por Rudolf Hilferding, economista marxista alemão, e desenvolvida por Vladimir Lênin, o líder da

Revolução Russa,

Dimitrov identificou, na estrutura capitalista, os setores que poderiam recorrer a formas extraordinárias de dominação política quando as instituições convencionais encontrassem dificuldades para preservar a ordem social existente. Ele salientou que o fascismo não poderia conquistar o poder apenas pela força dos setores econômicos que o apoiavam. Precisava construir uma base de massas.

A crise econômica havia atingido fortemente a pequena burguesia, os pequenos proprietários, setores médios e trabalhadores. O fascismo atuava nesse terreno apresentando-se como alternativa àquilo que essas parcelas da sociedade identificavam como fracasso das instituições tradicionais. Sua força política estava justamente na capacidade de transformar descontentamentos reais em uma opção política.

A demagogia captura o descontentamento

Em vez de explicar a crise por suas determinações econômicas e sociais, procurava identificar inimigos, culpados e ameaças: comunistas, imigrantes, minorias, organizações operárias, instituições democráticas ou outros grupos definidos como responsáveis pela decadência nacional.

Dimitrov identificou, portanto, que a demagogia fascista não funcionava simplesmente porque as massas eram enganadas. Ela funcionava porque encontrava problemas concretos sobre os quais construiu sua intervenção política. Essa é uma das partes mais sofisticadas de sua formulação.

O fascismo, nessa perspectiva, não cria necessariamente do nada o descontentamento social de que se alimenta. Ele se apropria de contradições existentes, organiza-as politicamente e elabora uma explicação própria. A pequena burguesia arruinada, por exemplo, podia ser mobilizada contra o movimento operário; trabalhadores atingidos pelo desemprego podiam ser conduzidos contra outros trabalhadores ou contra grupos apresentados como inimigos da nação. A indignação contra a crise podia ser convertida em ressentimento político.

É por isso que Dimitrov dedicou uma parte importante de seu relatório à pergunta: "Que proporciona às massas o fascismo vitorioso?" A questão explica como a existência dos aparelhos fascistas atua na sociedade, utilizando-se de uma linguagem capaz de atingir pessoas que não

compartilham necessariamente de sua ideologia original.

Há, então, uma questão central na teoria de Dimitrov: o fascismo possui uma determinada função de classe, mas precisa construir uma política de massas para desempenhá-la. Essas duas dimensões não são contraditórias. São complementares.

É justamente essa combinação que torna insuficiente definir fascismo apenas como autoritarismo, violência, nacionalismo ou extremismo. Esses elementos podem aparecer em diferentes regimes e movimentos. Na formulação de Dimitrov, o fascismo precisa ser compreendido pela articulação entre crise capitalista, luta de classes, interesses dos setores dominantes, mobilização de massas, demagogia social, nacionalismo exacerbado, destruição das organizações populares e concentração autoritária do poder.

A política do ressentimento

Outro aspecto importante é que Dimitrov não tratava a ascensão fascista como um processo inevitável. Para ele, a própria vitória do fascismo revelava simultaneamente uma crise das classes dominantes e uma insuficiência de forças populares para construir uma resposta ampla e efetiva à crise. A análise se desdobrava, por isso, na defesa da unidade de ação entre organizações operárias e na formação de uma frente popular antifascista.

Para Dimitrov, dizer que o fascismo é brutal, autoritário ou antidemocrático descreve suas características, mas não explica como ele se torna uma força histórica capaz de conquistar massas e chegar ao controle do Estado. A explicação exige investigar simultaneamente a crise que abre o espaço político, os interesses sociais que sustentam sua ascensão e os mecanismos pelos quais uma organização política transforma insatisfações dispersas em adesão coletiva.

Essa interpretação permite compreender por que o descontentamento social não conduz automaticamente à esquerda. A insatisfação é uma matéria política aberta à disputa. Pode ser organizada por projetos antagônicos, dependendo de correlações de forças políticas que conferem sentido às experiências concretas vividas pela população.

A religião entra na disputa

Na contemporaneidade, um fator determinante para essa correlação de forças tendente ao fascismo é a ascensão vertiginosa do evangelicalismo anticomunista, um fenômeno típico das mazelas do capitalismo, que atingem, por diferentes aspectos, toda a sociedade, fenômeno formulado por Karl Marx como expressão de uma realidade social concreta.

Em sua crítica à filosofia do direito de Hegel, Marx afirmou que “o homem faz a religião, a religião não faz o homem”. E definiu a religião como “o ópio do povo”, uma forma de consciência que transforma o sofrimento real em consolação espiritual e pode deslocar para uma esfera transcendente a busca por respostas para contradições produzidas na vida material.

A religião aparece, assim, simultaneamente como expressão da dor dos oprimidos e como possibilidade de acomodação diante dela: o sofrimento terreno encontra compensação numa promessa de redenção, enquanto as causas sociais desse sofrimento permanecem ocultas.

Nessa perspectiva, a ideia de religião como instrumento de opressão social não nega a experiência espiritual, mas conduz à crítica das condições materiais que tornam necessária essa forma de mitigação das causas das mazelas sociais. Para Marx, compreender a religião exige deslocar a análise do plano exclusivamente espiritual para as relações sociais concretas que a produzem e nas quais ela pode adquirir também uma função de legitimação, conformismo e alienação.

O evangelicalismo anticomunista da CIA

Esse conceito fica explícito quando essa condição religiosa é utilizada para finalidades políticas. Na América Latina esse recurso é abertamente proclamado e amplamente utilizado. Ele assumiu contornos definidos durante a Guerra Fria. As transformações no catolicismo, sobretudo após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, aproximaram setores da Igreja de questões sociais como a pobreza, a reforma agrária, a democracia e os direitos trabalhistas.

A presença crescente de religiosos de diferentes matizes – sobretudo de organizações católicas ligadas à Teologia da Libertação e à Doutrina Social da Igreja – nesse terreno despertou a atenção do regime dos Estados Unidos. Em 12 de julho de 1969, um documento secreto do Conselho de Segurança Nacional determinou a realização de um estudo sobre a Igreja

Católica na América Latina, país por país, abrangendo sua estrutura, seu papel social, suas tendências e principais lideranças, além da atuação de clérigos estrangeiros, grupos não católicos e missionários.

A determinação resultara de uma reunião do National Security Council (NSC), realizada três dias antes, na qual o presidente Richard Nixon ordenara à Central Intelligence Agency (CIA) a elaboração de um relatório sobre o assunto. A iniciativa inseria-se numa avaliação mais ampla das transformações políticas e sociais latino-americanas e do lugar ocupado pelas instituições religiosas.

A atenção dedicada à religião correspondia a uma estrutura de acompanhamento da América Latina que Washington vinha ampliando desde o início dos anos 1960, mediante diplomacia, assistência econômica, treinamento policial, cooperação militar, propaganda e inteligência. A United States Agency for International Development (USAID), criada em 1961, constituía a face ostensiva desse aparato, com programas nas áreas de educação, agricultura, saúde, habitação, infraestrutura, pesquisa científica, formação de mercados e segurança pública.

O governo norte-americano já possuía uma estrutura internacional para acompanhar instituições, formar quadros, financiar programas, estabelecer vínculos e produzir informação. Com base nela, Nixon designou Nelson Rockefeller, então governador de Nova Iorque, para examinar o papel político da Igreja durante sua missão pela América Latina em 1969.

O Relatório Rockefeller identificou a Igreja Católica como uma força emergente de transformação social e política, enquanto a CIA relatou que setores progressistas atuavam em organizações de esquerda. Paralelamente, o protestantismo já experimentava forte expansão e possuía redes missionárias norte-americanas articuladas em diferentes países da região, semeando a relação entre religião e política de extrema direita.

A direita ocupa o terreno popular

A técnica consiste em transformar supostos valores religiosos em instrumentos de mobilização política, utilizando temas associados à família, aos costumes, à sexualidade, à educação e à autoridade moral, criando uma linguagem que estabelece contato imediato com parcelas significativas da população.

O fenômeno não decorre da religião em si, nem permite generalizar o comportamento de comunidades religiosas. Trata-se da utilização política de determinados códigos religiosos por organizações, lideranças e grupos que procuram conferir caráter moral a conflitos que possuem dimensões econômicas e sociais. Ou seja: a utilização de conceitos fascistas mascarados de religiosos.

Essa técnica se utiliza da carga secular do anticomunismo para fomentar fundamentalismo político com proclamações supostamente religiosas. O ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, é, atualmente, o símbolo mais evidente desse comportamento.

A política deixa de aparecer como gestão de projetos sociais para ser apresentada como combate entre o bem e o mal, entre a pureza e a corrupção, entre os que supostamente defendem a família e os que seriam responsáveis por sua destruição. É um golpe sujo, desumano, movido por interesses escusos e destinado a manter o povo como rebanho de currais eleitorais.

US\$ 1 milhão para uma campanha contra o STF

O governo de Donald Trump destinou US\$ 1 milhão a um projeto denominado Countering Lawfare and Censorship in Brazil, voltado ao financiamento de organizações da sociedade civil que se opõem ao que o programa classifica como excesso judicial e censura do Supremo Tribunal Federal (STF). A informação foi revelada pelo jornal britânico The Guardian em reportagem publicada em 30 de setembro de 2026.

O recurso integra um conjunto de 43 concessões que somam US\$ 176,9 milhões, retiradas do Human Rights and Democracy Fund (HRDF), fundo do Departamento de Estado dos Estados Unidos destinado originalmente a programas de direitos humanos, defensores da democracia e vítimas de violações. Segundo o jornal, os novos projetos abrangem causas conservadoras e de direita em diferentes países.

No caso brasileiro, o documento analisado pelo The Guardian identifica especificamente o financiamento de grupos que contestam decisões do STF e a atuação da Corte. A reportagem também registra que o governo Trump havia sancionado o ministro Alexandre de Moraes no ano anterior, depois de uma campanha de pressão conduzida pelo deputado Eduardo Bolsonaro.

A liberação dos recursos ocorreu nas últimas horas do ano fiscal americano, em meio a objeções no Congresso dos Estados Unidos. Segundo fontes ouvidas pelo jornal, o secretário de Estado Marco Rubio assinou um memorando para desconsiderar bloqueios parlamentares que incidiam sobre parte das verbas. O Departamento de Estado, por sua vez, afirmou que os programas estavam sob deliberação e passariam pelos procedimentos de avaliação e controle previstos para concessões federais.

Ministro André Mendonça se candidata a Napoleão cristão

Uma frase dita em um culto religioso, aparentemente destinada apenas aos fiéis, ganhou outro significado quando partiu de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). André Mendonça contou publicamente que um pregador teria anunciado que Deus o colocaria em uma posição elevada e que, por intermédio de sua vida, leis seriam modificadas no Brasil e no mundo — uma espécie de imperador da fé cristã.

A grandiloquência do ministro ultrapassa a sua função institucional. A ideia de um homem escolhido por Deus para ocupar uma posição elevada e, por meio de sua atuação, modificar leis no Brasil e no mundo, aproxima-se, no plano político, da lógica do napoleonismo e do bonapartismo: a concentração de uma missão histórica excepcional em uma única autoridade.

O episódio ocorreu em 9 de abril de 2022, quatro meses depois de sua posse no STF, durante um culto da Congregação Cristã no Brasil (CCB), no templo central da denominação, no bairro do Brás, em São Paulo. Mendonça não fez uma simples saudação protocolar. Ele pediu orações para o exercício de suas funções e vinculou sua função pública à manifestação religiosa. Recentemente, Mendonça esteve em outro templo da CCB, no bairro Água Rasa, também em São Paulo, fato que gerou imagens com forte propagação nas redes sociais.

No culto do Brás, destinado a jovens e menores, Mendonça falou sobre sua família, sua trajetória religiosa e sua proximidade com a denominação. Sua esposa possui ligação com a CCB, e ele próprio já havia relatado publicamente essa relação familiar. Foi então que Mendonça relatou o episódio de sua predestinação religiosa mundial, ocorrido por volta do ano 2000, quando ainda estudava Teologia e frequentava a Congregação Cristã de Vila Casoni, em Londrina, Paraná.

As regras da Congregação

Ocorre que o Estatuto da própria CCB estabelece quem é membro, quais condições devem ser cumpridas para essa condição e em que circunstâncias o membro pode se manifestar durante o culto. A denominação estabelece em seus documentos uma disciplina específica para a relação entre a igreja e a política.

O Estatuto define a CCB como uma comunidade religiosa “apolítica, sem fins lucrativos”, e estabelece que sua finalidade é propagar o Evangelho de Jesus Cristo, tendo como cabeça somente Jesus Cristo e como guia o Espírito Santo. O mesmo documento afirma que a CCB não depende de outras instituições nem mantém vínculo com elas, no Brasil ou no exterior, embora conserve comunhão espiritual com comunidades religiosas que professam a mesma fé e doutrina.

A Circular nº 172, divulgada em 2023, reproduz o artigo 11 do Estatuto segundo o qual a participação e a manifestação individual dos membros, nos serviços religiosos, fazem parte do culto e dependem do juízo de quem o preside. O mesmo documento estabelece que a condição de membro decorre da aceitação da doutrina da denominação e do santo batismo segundo sua fé e doutrina apostólica. Mendonça não é batizado na CCB, portanto não é membro da denominação e, pelas normas estatutárias, não deveria ter usado o púlpito.

As restrições políticas internas

A regra não se limita à instituição. A CCB declara expressamente que não mantém vínculo com partidos ou ideologias políticas e determina que os ocupantes de cargos espirituais ou administrativos se abstenham de aceitar cargos ou encargos políticos. O exercício simultâneo de uma função espiritual ou administrativa na igreja e de um cargo ou encargo político é considerado incompatível pelas normas da denominação. Aos membros, cabe cumprir os deveres cívicos previstos pelas leis do país.

Há uma proibição ainda mais específica. Membros, integrantes do Ministério – o colegiado de líderes da denominação – e pessoas que exerçam funções na Administração não podem utilizar o nome da CCB para fins políticos, eleitorais ou ideológicos. A norma alcança tanto os espaços internos quanto as manifestações públicas. Não se trata, portanto, de uma recomendação

dirigida apenas aos dirigentes: a orientação institucional é apresentada como regra para todos, tenham ou não Ministério ou cargo na igreja.

As orientações para eleições

A própria CCB já publicou esclarecimento específico sobre eleições. Em documento divulgado em 2018, afirmou que, por ser uma entidade apolítica, não autoriza nenhum de seus membros, com ou sem Ministério ou cargo, a falar em seu nome durante os cultos ou fora deles para orientar o voto dos fiéis ou se manifestar institucionalmente em favor ou contra partido ou candidato.

No mesmo esclarecimento, o Ministério declarou que a Congregação não se envolve em favor de políticos ou partidos e orientou os membros a cumprir seu dever legal sem transformar a participação eleitoral em questão de disputa ideológica e de poder.

A Circular de 2023 insere essa disciplina política no conjunto mais amplo das normas que regulam a manifestação dos fiéis durante os serviços religiosos. Intitulada “Doutrina cristã e disciplina — manifestação nos serviços divinos”, a circular reproduz o artigo 1º do Estatuto e, na reprodução do artigo 11, enfatiza que a participação e a manifestação individual dos membros nos serviços religiosos fazem parte do culto e dependem do juízo de quem o preside, sob a guia de Deus. Não era o caso de Mendonça, por não ser membro da CCB.

Não está em causa, portanto, sua liberdade religiosa nem sua liberdade de expressão, ambas constitucionalmente protegidas. O ponto é a conformidade da própria instituição com seu regime normativo interno: qual dispositivo estatutário ou circular autorizava a equiparação excepcional de um não membro a membro para efeito de manifestação no culto? Havia motivação política nessa autorização?

A Circular sobre eleições

A evidência disponível também registra que, em 2022, a CCB passou a ser publicamente associada a orientações eleitorais contrárias a partidos de esquerda. Em 11 de agosto de 2022, a denominação publicou a Circular nº 136, intitulada “Eleições 2022”.

O documento orientou a irmandade a não votar em candidatos ou partidos cujos programas fossem considerados contrários aos “valores e princípios cristãos” ou que propusessem a “desconstrução das famílias” segundo o modelo definido pela própria CCB. Essa formulação abre margem a interpretações relacionadas a conceitos como homofobia e misoginia.

Há, no caso de Mendonça, uma distinção política, institucional e ideológica a ser considerada: sua trajetória pública o situa no campo que se contrapõe ao atual governo da República. Esse campo integra, no processo de sucessão presidencial em curso, a disputa política com o governo atualmente constituído, configurando uma divisão definida entre posições políticas, institucionais e ideológicas.

A posição da institucionalidade democrática exige a liturgia de quem ocupa cargo público. Não se deve fazer proselitismo religioso, seja ele qual for, quando se trata de autoridades investidas de poderes da República, para favorecer direta ou indiretamente um campo político ou outro.

A desfaçatez nada santa de André Mendonça

Nossa Senhora Aparecida entrou na campanha presidencial de 2026 pelas redes sociais e, em poucos dias, alcançou os dois mais altos tribunais do país. A imagem da santa, venerada por milhões de brasileiros e convertida em símbolo nacional pela legislação, passou a integrar uma manobra eleitoreira vergonhosa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, também ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e vice-presidente da Corte.

Foi nessa condição de ministro do TSE que Mendonça determinou a retirada de uma publicação do humorista Antonio Tabet no X com uma fotografia de Nossa Senhora Aparecida acompanhada da frase: “A família miliciana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida.”

O texto não mencionava Flávio Bolsonaro nem identificava nominalmente qualquer integrante de sua família. A campanha do candidato da extrema-direita sustentou perante a Justiça Eleitoral que a publicação fazia referência direta a ele e integrava o conjunto de mensagens que espalhavam a informação.

A decisão de Mendonça alcançou também conteúdos semelhantes. O alcance do conteúdo foi expressivo. Segundo os elementos apresentados pela campanha da extrema-direita ao TSE, a publicação havia ultrapassado 195 mil visualizações, acumulado mais de 2 mil compartilhamentos e recebido cerca de 11 mil curtidas.

A dimensão adquirida pela circulação digital foi incorporada ao pedido judicial, apresentado em meio à campanha presidencial e à multiplicação de mensagens sobre a retirada do título atribuído à santa.

A ordem não ficou restrita à publicação individual. Mendonça determinou que empresas como X, Facebook, Instagram, TikTok e YouTube adotassem medidas para impedir a circulação de conteúdos que associassem Flávio Bolsonaro ou integrantes de sua família à retirada do título de Padroeira do Brasil. A decisão alcançou 1.125 publicações.

Atitude tresloucada de Mendonça

A atitude tresloucada de Mendonça ignorou um elemento concreto: havia existido no Congresso Nacional um projeto com esse objetivo, apresentado em 2007 pelo então deputado federal Professor Victório Galli, então do PMDB de Mato Grosso.

O Projeto de Lei nº 2.623/2007 pretendia alterar a legislação que reconhece 12 de outubro como feriado nacional e substituir a denominação “Padroeira do Brasil” por “Padroeira dos brasileiros católicos apostólicos romanos”. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e acabou arquivado em 2008.

A denúncia de associação entre o candidato da extrema-direita e aquele projeto antigo ganhou novo impulso durante a campanha depois que declarações de Flávio Bolsonaro sobre o caráter “cristão” que pretendia imprimir ao Estado brasileiro passaram a circular juntamente com referências à santa.

O caminho até o Supremo

A ordem de Mendonça produziu outro movimento judicial. Antonio Tabet recorreu ao STF para recuperar a publicação retirada do ar. O pedido chegou às mãos de Flávio Dino, que examinou a decisão tomada no TSE e o conteúdo específico que havia provocado a remoção.

Dino restituiu a publicação, revertendo a canetada ilegal de Mendonça. Na decisão, observou que a mensagem de Tabet não trazia o nome de Flávio Bolsonaro nem de qualquer integrante de sua família.

Para considerar que a expressão “família miliciana” se referia necessariamente ao candidato, seria preciso estabelecer essa correspondência como premissa. O ministro entendeu que essa operação não poderia ser tomada como fato inequívoco para produzir, sem instrução processual adequada, uma restrição severa à liberdade de expressão.

O ministro do STF também estendeu sua decisão às demais publicações que haviam sido removidas pelo mesmo fundamento. Determinou às plataformas o restabelecimento do material e afastou a ordem que impedia novas publicações semelhantes. Dino afirmou que não identificava na mensagem o grau de certeza de ilicitude necessário para produzir consequências tão intensas sobre a liberdade de expressão e, em última análise, sobre a liberdade religiosa.

A decisão de Dino segue o preceito de que a Constituição brasileira assegura a liberdade religiosa e protege tanto a profissão de uma fé quanto o direito de não professá-la. E impede que União, estados e municípios estabeleçam cultos, subvençionem igrejas, embarquem seu funcionamento ou mantenham com elas relações de dependência ou aliança.

A santa que virou questão eleitoral

A desfaçatez de Mendonça e a restituição da legalidade constitucional por Dino se deram sobre uma referência religiosa cuja presença na legislação brasileira remonta ao início da década de 1980. A Lei nº 6.802, de 30 de junho de 1980, declarou 12 de outubro feriado nacional em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. O reconhecimento legal veio da devoção católica construída ao longo de séculos e consolidada em torno da imagem encontrada no rio Paraíba do Sul, no século XVIII.

O projeto de 2007 consistia em alterar a forma como a santa era designada na legislação, restringindo a expressão “Padroeira do Brasil” aos brasileiros católicos apostólicos romanos. A iniciativa permaneceu no Congresso durante pouco mais de um ano. Rejeitada na comissão competente, foi arquivada em agosto de 2008.

A desfaçatez de Mendonça adquire outra dimensão porque Flávio Bolsonaro se diz “evangélico” e porque sua campanha vinha explorando referências religiosas. O candidato havia afirmado anteriormente que, caso eleito, adotaria medidas destinadas a afirmar o caráter “cristão” do país. A circulação de mensagens sobre Nossa Senhora Aparecida juntou essas declarações, a existência do antigo projeto parlamentar e a suposta identidade religiosa do candidato extremista.

O ministro e os pastores

A presença de Mendonça nesse episódio acrescentou à discussão uma trajetória religiosa que já era conhecida antes de sua chegada ao STF. Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, Mendonça foi indicado por Jair Bolsonaro ao Supremo em 2021, durante um processo de escolha que mobilizou dirigentes de diferentes denominações evangélicas. Seria o ministro "terrivelmente evangélico" prometido pelo então presidente de extrema-direita.

A indicação encontrou resistência no Senado por conta dessa exploração inconstitucional da fé e permaneceu durante meses sem votação. Nesse período, Mendonça percorreu igrejas e manteve contatos com lideranças religiosas que defendiam sua aprovação.

Em São Paulo, esteve no templo da Assembleia de Deus Ministério de Madureira, no Brás, onde recebeu a bênção do bispo Samuel Ferreira. Em Brasília, participou de encontro com Jair Bolsonaro e dirigentes evangélicos de projeção nacional, como Estevam Hernandes, fundador da Igreja Renascer em Cristo, e Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ambos alvo de investigações e denúncias relacionadas a suspeitas de crimes financeiros. A mobilização de pastores em torno de sua indicação tornou-se parte pública do processo que terminou com a aprovação de seu nome pelo Senado.

Mendonça assumiu o cargo de ministro do STF em dezembro de 2021. Em 2024, passou a integrar o TSE como ministro efetivo e, em maio de 2026, tomou posse na vice-presidência da Corte. Para as eleições de 2026, foi designado pelo TSE para exercer funções de juiz auxiliar da propaganda eleitoral.

A passagem pelo púlpito

A relação de Mendonça com outra denominação evangélica, a Congregação Cristã no Brasil (CCB), também ganhou registro público. Em 9 de abril de 2022, quatro meses depois de tomar posse no STF, o ministro esteve na congregação central da CCB, no Brás, em São Paulo, violando a Constituição e a própria regra da denominação.

Apresentado pelo atendente designado como ancião, Mendonça subiu ao púlpito durante um culto destinado a jovens e menores. Falou sobre sua família, sua trajetória religiosa e sua proximidade com a denominação. Sua

esposa possui ligação com a CCB, e ele próprio já havia relatado publicamente essa relação familiar.

Mendonça contou um episódio que situou por volta do ano 2000, quando ainda estudava Teologia e frequentava a Congregação Cristã de Vila Casoni, em Londrina, Paraná. Segundo seu próprio relato, um pregador teria dito que Deus o colocaria em uma posição elevada e que, por intermédio de sua vida, leis seriam modificadas no Brasil e no mundo. Ele afirmou que guardou aquela experiência durante anos e que só a contou à esposa depois da aprovação de sua indicação ao Supremo pelo Senado.

No encerramento de sua manifestação, pediu que a congregação orasse por ele e por sua família. A gravação do episódio permaneceu disponível na internet e transformou aquela participação religiosa em um registro público da trajetória do ministro fora dos espaços institucionais do Judiciário, violando normas legais e as próprias regras da CCB.

O púlpito e a estrutura da CCB

A CCB estabelece em seus documentos uma disciplina específica para a relação entre a igreja e a política. O Estatuto define a instituição como uma comunidade religiosa “apolítica, sem fins lucrativos”, e estabelece que sua finalidade é propagar o Evangelho de Jesus Cristo, tendo como cabeça somente Jesus Cristo e como guia o Espírito Santo.

O mesmo documento afirma que a CCB não depende nem mantém vínculo com outras instituições, no Brasil ou no exterior, embora conserve comunhão espiritual com comunidades religiosas que professam a mesma fé e doutrina.

A Circular nº 172, divulgada em 2023, reproduz o artigo 11 do Estatuto segundo o qual a participação e a manifestação individual dos membros, nos serviços religiosos, fazem parte do culto e dependem do juízo de quem o preside.

O mesmo documento estabelece que a condição de membro decorre da aceitação da doutrina da denominação e do santo batismo segundo sua fé e doutrina apostólica. Mendonça não é batizado na CCB, portanto não é membro da denominação e, pelas normas estatutárias, não deveria ter usado o púlpito.

A regra não se limita à instituição. A CCB declara expressamente que não mantém vínculo com partidos ou ideologias políticas e determina que os ocupantes de cargos espirituais ou administrativos se abstenham de aceitar cargos ou encargos políticos. O exercício simultâneo de uma função espiritual ou administrativa na igreja e de um cargo ou encargo político é considerado incompatível pelas normas da denominação. Aos membros, a orientação é cumprir os deveres cívicos previstos pelas leis do país.

Há uma proibição ainda mais específica. Membros, integrantes do Ministério - o colegiado de líderes da denominação - e pessoas que exerçam funções na Administração não podem utilizar o nome da CCB para fins políticos, eleitorais ou ideológicos. A norma alcança tanto os espaços internos quanto as manifestações públicas. Não se trata, portanto, de uma recomendação dirigida apenas aos dirigentes: a orientação institucional é apresentada como regra para todos os membros, tenham ou não Ministério ou cargo na igreja.

A própria CCB já publicou esclarecimento específico sobre eleições. Em documento divulgado em 2018, afirmou que, por ser uma entidade apolítica, não autoriza nenhum de seus membros, com ou sem Ministério ou cargo, a falar em seu nome durante os cultos ou fora deles para orientar o voto dos fiéis ou se manifestar institucionalmente em favor ou contra partido ou candidato. No mesmo esclarecimento, o Ministério declarou que a Congregação não se envolve em favor de políticos ou partidos e orientou os membros a cumprir seu dever legal sem transformar a participação eleitoral em questão de disputa ideológica e de poder.

A Circular de 2023 insere essa disciplina política no conjunto mais amplo das normas que regulam a manifestação dos fiéis durante os serviços religiosos. Intitulada “Doutrina cristã e disciplina — manifestação nos serviços divinos”, a circular reproduz o artigo 1º do Estatuto e, no âmbito da recuperação do artigo 11, enfatiza que a participação e a manifestação individual dos membros nos serviços religiosos fazem parte do culto e dependem do juízo de quem o preside, sob a guia de Deus. Não era o caso de Mendonça, por não ser membro da CCB.

As violações de Mendonça

Essa estrutura ajuda a compreender a posição ocupada por Mendonça quando subiu ao púlpito da CCB. Ele não era membro da denominação, não integrava seu Ministério e não poderia falar como ente político, violando, além

do regramento da CCB, a institucionalidade do país. A fala ilegal ocorreu, portanto, dentro de um serviço que deveria estar submetido às regras da própria CCB e à Constituição.

A CCB é diferente da Igreja Presbiteriana do Brasil, denominação à qual Mendonça pertence, que se define como apartidária e admite a participação de seus membros na vida pública, sem vinculação institucional a partidos. Ou seja: a regra de uma não vale na outra e ambas estão submetidas à Constituição.

Essa diferença ganha relevo quando se observa a trajetória de Mendonça. Sua aproximação com lideranças religiosas durante a indicação ao STF ocorreu em ambiente político claramente identificado. Sua participação na CCB ocorreu depois de sua posse no Supremo e dentro de um culto.

A resposta que veio de Aparecida

A chicana de Mendonça no caso da santa ocorreu quando outra medida arbitrária era tomada contra uma instituição que não se amoldou ao figurino da extrema-direita - a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A entidade entrou diretamente no episódio depois de uma declaração pública e falsa de Flávio Bolsonaro, feita em um ato de campanha em Goiás, na qual o candidato afirmou que pessoas ligadas à instituição teriam participado da disseminação da informação sobre Nossa Senhora Aparecida.

Flávio afirmou que integrantes da CNBB teriam ajudado o Partido dos Trabalhadores (PT) a fazer circular a narrativa de que ele pretendia retirar da santa o título de Padroeira do Brasil. A CNBB respondeu no mesmo dia, por meio de sua Assessoria de Comunicação.

A entidade afirmou que não produziu, não autorizou e não participou da elaboração ou divulgação de informações falsas relacionadas ao processo eleitoral. Declarou também que repudia a produção e a utilização de informações falsas independentemente de sua origem ou de quem possa ser beneficiado ou prejudicado.

A CNBB informou que não integra estruturas político-partidárias, partidos ou candidaturas e situou suas manifestações eleitorais no âmbito de sua missão pastoral e de princípios que defende publicamente, entre eles dignidade humana, bem comum, democracia e liberdade de consciência.

A nota tratou também da atribuição de responsabilidade à entidade. A CNBB afirmou que associá-la à produção ou disseminação de desinformação sem fatos e provas atingiria a instituição e não contribuiria para a responsabilidade que deve acompanhar o processo eleitoral. A manifestação terminou com uma frase que passou a marcar a resposta da entidade: “A mentira não se combate com outra mentira.”

A CNBB já vinha se manifestando legitimamente sobre o processo eleitoral antes de seu nome aparecer nessa falsidade de Mendonça e Flávio. Em mensagem divulgada em setembro, a Presidência da entidade havia defendido o exercício consciente do voto.

Rockbridge: dinheiro pesado, religião e corrupção na campanha de Flávio Bolsonaro

Em 2019, numa pequena cidade rural de Ohio com cerca de cem habitantes, chamada Rockbridge, um grupo restrito de empresários, investidores e estrategistas políticos alugou uma pousada para discutir uma questão maior do que a própria eleição de Donald Trump. Peter Thiel, James David Vance, conhecido como J. D. Vance, Rebekah Mercer, Tucker Carlson, Oren Cass e outros representantes da nova direita norte-americana discutiram como transformar uma vitória eleitoral circunstancial em uma estrutura política capaz de sobreviver ao próprio Trump.

Entre os participantes estava um empresário do Arizona ainda pouco conhecido fora daquele círculo. Seu nome era Christopher Buskirk, conhecido como Chris Buskirk. Quem estava naquela sala ajuda a dimensionar o que estava sendo discutido. Peter Thiel era o bilionário do setor tecnológico que havia investido na trajetória empresarial e política de J. D. Vance e se tornaria uma das figuras financeiras mais importantes do novo conservadorismo norte-americano.

J. D. Vance, então escritor e investidor, havia se tornado conhecido nacionalmente pelo livro *Hillbilly Elegy* — um relato autobiográfico sobre sua infância numa família operária originária dos Apalaches, a região montanhosa do leste dos Estados Unidos, as dificuldades econômicas e familiares de sua comunidade e sua trajetória de ascensão social — e trabalhava no universo empresarial ligado a Thiel. Anos depois, chegaria ao Senado e à vice-presidência dos Estados Unidos.

Rebekah Mercer levava àquele círculo a experiência de uma das famílias que haviam se tornado grandes financiadoras da direita americana. Filha do

bilionário Robert Mercer, ela participou do financiamento de organizações políticas, grupos de comunicação e instituições conservadoras e integrou conselhos de entidades importantes desse campo.

Tucker Carlson representava outra dimensão da rede: a comunicação de massa. Jornalista e apresentador, tornou-se uma das figuras mais conhecidas da mídia conservadora dos Estados Unidos. Oren Cass, economista e então uma das vozes intelectuais da nova direita, posteriormente fundaria o American Compass, organização dedicada à formulação de ideias econômicas para esse campo. Chris Buskirk reunia outra característica: empresário, escritor e articulador político, seria um dos principais responsáveis por transformar aquele círculo de relações numa estrutura organizada.

A composição não terminava ali. Marc Andreessen, um dos nomes mais importantes do capital de risco do setor tecnológico, apareceria associado ao ecossistema financeiro que cercava a Rockbridge. Tyler e Cameron Winklevoss, empresários e investidores bilionários ligados ao setor de criptomoedas, também fariam parte do círculo mais amplo de grandes financiadores da direita tecnológica. A presença desses nomes ajuda a compreender que a Rockbridge não nasceu apenas como uma iniciativa eleitoral, mas no encontro entre grandes fortunas, tecnologia, comunicação e organização política.

Capital de risco político

Anos depois, a cena seria muito diferente. Em Palm Beach, cidade litorânea da Flórida conhecida por concentrar grandes fortunas e residências de milionários e bilionários norte-americanos, diante de mais de cem potenciais investidores, J. D. Vance e Chris Buskirk apareceram sentados frente a frente, em poltronas, numa apresentação reservada a doadores.

A pequena reunião da zona rural de Ohio havia dado lugar a uma organização com dezenas de milhões de dólares e uma rede de entidades voltadas a dados, mídia, mobilização eleitoral e comunidades religiosas. A Rockbridge já não era uma conversa entre poucos investidores. Tornara-se uma infraestrutura política.

O material apresentado aos integrantes da Rockbridge descrevia a organização como uma espécie de fundo de capital de risco político. O

conceito consiste em aplicar recursos privados em iniciativas políticas e institucionais capazes de produzir efeitos prolongados. O modelo desloca o centro da atividade do financiamento direto de candidatos para a construção das estruturas que produzem lideranças, mobilizam eleitores, difundem mensagens, formam quadros e ampliam a influência institucional.

Uma arquitetura descentralizada

A Rockbridge não concentra suas atividades numa única entidade. Sua estrutura reúne organizações especializadas. Better Tomorrow e Over the Horizon Action atuam na mobilização eleitoral. Firebrand Action trabalha com comunicação e mídia. The Faithful in Action atua com pessoas vinculadas a comunidades religiosas. Turnout for America participa da ação política. Outras entidades desenvolvem pesquisa, formação e relacionamento institucional. A Rockbridge Network funciona como núcleo de articulação desse conjunto.

A descentralização permite distribuir funções entre entidades juridicamente distintas. Uma organização pode trabalhar com eleitores, outra com comunicação, outra com religião e outra com financiamento político, enquanto pessoas e recursos circulam entre elas. O resultado é uma infraestrutura que não depende de uma única instituição visível. A conexão entre capital, dados, relacionamentos, comunicação e conhecimento especializado sustenta o conjunto.

Dinheiro encontra tecnologia

A tecnologia ocupa posição central nessa arquitetura. A Rockbridge reuniu pesquisadores, especialistas em dados, publicitários digitais e operadores eleitorais para identificar grupos de eleitores, conhecer suas características, selecionar mensagens e definir públicos para ações específicas. O trabalho com dados transforma a campanha eleitoral em uma operação contínua de identificação e relacionamento.

Chris Buskirk desempenha papel central nesse modelo. Sua atuação combina relacionamento com grandes doadores, criação de organizações e articulação entre empresários e operadores políticos. Esse percurso também o levou ao universo da 1789 Capital, cujo nome evoca o ano em que a Constituição dos Estados Unidos entrou em vigor, empresa que surgiu em 2022 no mesmo ambiente da Rockbridge.

A empresa passou a operar segundo a ideia de “capitalismo patriótico”, direcionando investimentos para negócios considerados compatíveis com valores do movimento conservador. Donald Trump Jr., filho de Donald Trump, posteriormente ingressou na estrutura. A 1789 Capital ampliou a dimensão econômica do ecossistema, investindo em setores como inteligência artificial, defesa, tecnologia e criptomoedas.

Em 2025, a agência de notícias Reuters informou que a 1789 Capital havia ultrapassado US\$ 1 bilhão em ativos. A empresa não se confunde juridicamente com a Rockbridge, mas sua origem e seus dirigentes revelam a proximidade entre capital de investimento, tecnologia e a rede política construída em torno de Buskirk e Vance.

A mídia como infraestrutura

A comunicação constitui outro eixo. Firebrand Action foi criada para atuar na produção e disseminação de mensagens políticas, envolvendo publicidade, pesquisas, produção audiovisual, influenciadores e iniciativas de mídia. A Rockbridge passou a investir em estruturas capazes de produzir conteúdo político fora dos canais tradicionais do Partido Republicano, conhecido nos Estados Unidos como Grand Old Party, ou Grande Partido Antigo, apelido tradicional do partido.

Pesquisas identificam públicos, dados permitem segmentá-los, veículos e influenciadores produzem mensagens e estruturas de mobilização transformam exposição em participação. A comunicação deixa de ser uma etapa final da campanha e passa a integrar a formação antecipada do ambiente político.

A Rockbridge trabalha com a identificação de pessoas antes do período eleitoral. Comunidades, associações, grupos profissionais, atividades sociais e organizações religiosas são pontos de entrada. A política aparece depois do relacionamento inicial. O método transforma vínculos sociais preexistentes em canais de mobilização.

Um frequentador de igreja pode ser identificado por sua comunidade religiosa. Um empresário pode ser localizado por uma associação profissional. Um eleitor pode ser alcançado por publicidade relacionada a seus interesses. Essas informações podem orientar mensagens, eventos e ações específicas. O modelo combina relacionamento pessoal e tecnologia

de dados.

A religião entra diretamente

The Faithful in Action constitui o componente religioso mais direto da arquitetura Rockbridge. Não é uma igreja nem uma denominação religiosa. É uma organização cívica criada para trabalhar com pessoas pertencentes a diferentes comunidades religiosas e estimular sua participação política. A Reuters identificou a entidade como parte da estrutura vinculada à Rockbridge e registrou sua função de mobilização de frequentadores de igrejas.

A entidade aparece em documentos administrativos e fiscais como organização de participação cívica. Sua função é trabalhar com pessoas que já possuem vínculos religiosos, utilizando essas comunidades como ambientes de relacionamento e mobilização. O método não exige que uma igreja seja formalmente incorporada à estrutura política. A atuação pode ocorrer diretamente sobre os indivíduos que pertencem a essas comunidades.

A estratégia religiosa ganha importância porque as igrejas possuem redes sociais próprias, lideranças reconhecidas e atividades regulares. Para uma organização política, esses vínculos formam ambientes previamente organizados de relacionamento. The Faithful in Action foi criada para trabalhar nesse espaço.

A Rockbridge atribuiu à Faithful in Action mais de 160 mil integrantes. A Reuters não conseguiu confirmar esse número nem estabelecer sua dimensão atual. O dado representa, portanto, a dimensão apresentada pela própria rede. A existência da organização e sua finalidade de mobilização religiosa estão documentadas.

Buskirk e o universo cristão

A dimensão religiosa ultrapassa a Faithful in Action. Chris Buskirk também circula por uma rede intelectual cristã. Ele aparece ligado à American Reformer, organização e publicação dedicada ao cristianismo reformado, à teologia pública, à cultura e à relação entre religião e sociedade. A American Reformer não pertence à Rockbridge e não funciona como seu braço formal. A conexão está na participação de Buskirk e na circulação de pessoas entre ambientes políticos, empresariais e religiosos.

A *American Reformer* discute a presença pública do cristianismo, governo, cultura, ordem social e papel das instituições religiosas. Seus debates reúnem pastores, intelectuais e operadores políticos. A participação de Buskirk nesse ambiente acrescenta à infraestrutura da Rockbridge uma dimensão intelectual que não aparece na simples mobilização eleitoral.

A *New Founding* acrescenta outro elemento. A organização trabalha com formação de lideranças, empreendedorismo e criação de instituições a partir de uma perspectiva cristã conservadora. J. D. Vance manteve contato com esse ambiente antes de chegar à vice-presidência, e integrantes da *New Founding* circulam por organizações do novo conservadorismo norte-americano.

A conexão é relevante porque a formação de quadros também está entre as prioridades da Rockbridge. O objetivo não se limita a mobilizar eleitores existentes. A rede procura formar pessoas capazes de atuar em empresas, organizações sociais, meios de comunicação, instituições públicas e governos. A formação passa a ser uma etapa anterior à ocupação institucional.

O círculo dos TheoBros

Nesse ambiente aparece a expressão “TheoBros”, utilizada para identificar uma rede informal de jovens intelectuais e ativistas “cristãos” ligados ao protestantismo reformado e a correntes que se autodenominam pós-liberais e nacional-conservadoras. O termo não designa igreja ou organização jurídica. Descreve um ambiente de relações pessoais, intelectuais e políticas. A *American Reformer* dedicou um programa específico ao fenômeno, com participação do pastor Douglas Wilson.

O circuito mostra como religião e política se aproximam sem que uma única organização controle as demais. Pastores, escritores, empresários, estudantes, investidores e operadores políticos participam de instituições diferentes e, ao mesmo tempo, compartilham eventos, publicações, relações pessoais e debates. A conexão ocorre pela circulação entre organizações independentes.

Douglas Wilson é pastor reformado norte-americano e fundador da Christ Church, comunidade religiosa localizada em Moscow, Idaho. Está também ligado à Canon Press e à New Saint Andrews College, instituições voltadas

respectivamente à publicação e à formação educacional. Wilson não é dirigente da Rockbridge, e suas instituições não fazem parte formal da rede.

A conexão está no ambiente intelectual compartilhado. Wilson participa de debates da American Reformer sobre cristianismo público, formação comunitária e organização social. Pessoas que circulam por esse universo também aparecem na New Founding e no nacional-conservadorismo. O vínculo, portanto, é de rede e circulação, não de relação institucional.

A New Saint Andrews College acrescenta a dimensão educacional. Ligada ao círculo de Wilson, a instituição oferece formação intelectual de orientação cristã clássica. Esse tipo de estrutura permite transmitir ideias e formar pessoas antes de sua entrada na política profissional. Educação e formação intelectual tornam-se instrumentos de construção institucional de longo prazo.

Essa característica coincide com a lógica da Rockbridge. A organização trabalha com formação de jovens e preparação de pessoas para posições estratégicas. As funções permanecem diferentes: a faculdade educa; a American Reformer produz debate intelectual; a New Founding trabalha com formação institucional; a Rockbridge concentra capital e coordenação política; e as organizações eleitorais transformam redes sociais em mobilização.

O nacional conservadorismo

O movimento National Conservatism, conhecido como NatCon, acrescenta outro elemento. Trata-se de uma corrente política e intelectual que enfatiza nação, família, cultura e instituições nacionais. Chris Buskirk e Peter Thiel aparecem associados a esse ambiente, assim como pessoas vinculadas à New Founding e a outras organizações do novo conservadorismo.

O NatCon também não é uma organização religiosa. Sua importância está na circulação de ideias e pessoas. Integrantes do ambiente cristão reformado participam de debates do nacional-conservadorismo, aproximando temas religiosos, culturais, nacionais e econômicos. A Rockbridge participa desse ecossistema sem controlar formalmente as organizações que o compõem.

A estratégia também alcança o campo jurídico. O projeto Lawfare & Strategic Litigation prevê o emprego de instrumentos judiciais em disputas políticas. O termo “lawfare” é utilizado nesse ambiente para designar o uso estratégico do direito como instrumento de conflito institucional. A proposta inclui identificar

pontos de pressão e utilizar ações judiciais como parte da disputa política.

A Rockbridge também desenvolveu um projeto de transição governamental destinado a preparar pessoas e programas para uma futura administração republicana. Em vez de esperar uma eleição para selecionar quadros, a estrutura procura preparar previamente especialistas, nomes e propostas.

O mecanismo aproxima organização política e governo. Pessoas que participam de redes privadas de financiamento, pesquisa, comunicação ou formação podem posteriormente ocupar posições administrativas. A preparação antecipada reduz o intervalo entre vitória eleitoral e montagem de uma equipe de governo.

Brasil entra na mira

A Rockbridge passou a buscar presença fora dos Estados Unidos. A Coreia do Sul tornou-se um dos principais pontos dessa expansão, com a criação da Rockbridge Korea, estrutura voltada a pesquisa e debate público que aproximou empresários, especialistas e antigos integrantes do governo sul-coreano. O projeto internacional também passou a considerar Taiwan, Índia, Europa e Brasil.

No Brasil, a Rockbridge iniciou em 2026 uma tentativa de formar uma estrutura própria. Documentos obtidos pelo jornal Folha de S. Paulo mostram que representantes da organização procuraram empresários e líderes políticos brasileiros. O projeto foi interrompido durante o período eleitoral, mas deixou documentação sobre sua arquitetura.

A estrutura foi organizada em torno da Rockbridge Brazil. A expressão LLC corresponde a Limited Liability Company, modalidade empresarial norte-americana semelhante, em alguns aspectos, a uma sociedade de responsabilidade limitada. Chris Applegate, assessor ligado a J. D. Vance, aparece no registro como organizador da estrutura. O contato utilizado estava associado ao advogado Stephen Wade Angus, do escritório Jones Day, com atuação em São Paulo.

Um fundo político brasileiro

A proposta brasileira apresenta a Rockbridge Brazil como fundo de capital de risco político. O material prevê duas categorias de adesão, com contribuições anuais de US\$ 500 mil e US\$ 1 milhão, além de reuniões fechadas e

participação na definição das prioridades da estrutura. O modelo reproduz a lógica de concentração de recursos privados utilizada nos Estados Unidos.

As três áreas previstas são mídia, formação de jovens e atividade legislativa. A mídia produz e distribui mensagens. A formação cria quadros. A atividade legislativa aproxima a estrutura de parlamentares e do processo de elaboração de projetos. O conjunto define uma organização de atuação política e institucional, e não uma empresa convencional.

O projeto brasileiro prevê ainda um Technology Council, ou Conselho de Tecnologia, com 23 integrantes. Quatro brasileiros aparecem relacionados ao conselho: Talles Gomes, empresário de tecnologia; Mario Araripe, empresário e investidor; David Peixoto; e Pedro Sang. O documento estima potencial de impacto econômico superior a US\$ 100 bilhões em dez anos.

A iniciativa teve contato com nomes importantes do empresariado brasileiro. Segundo a Folha de S. Paulo, representantes da Rockbridge tiveram contato com Joesley Batista, empresário ligado ao grupo J&F, e André Esteves, banqueiro e presidente do banco BTG Pactual, um barão das finanças da chamada faria Lima. Flávio Bolsonaro e Romeu Zema também se reuniram com integrantes da rede. Esses contatos mostram a aproximação com empresários, banqueiros, investidores, políticos e especialistas em tecnologia.

A tentativa de implantação ganhou dimensão eleitoral depois que Renan Santos, candidato à Presidência da República pelo partido Missão, acusou a Rockbridge de apoiar a campanha de Flávio Bolsonaro. As declarações passaram a integrar pedidos de investigação apresentados ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre eventual financiamento ou interferência estrangeira na eleição brasileira.

Em setembro, foram protocoladas representações para apurar se houve entrada direta ou indireta de recursos estrangeiros na campanha e se estruturas externas poderiam ter atuado no processo eleitoral. As denúncias são objeto de apuração.

O sentido estratégico da relação do PCdoB com Lula

O primeiro grande capítulo da histórica relação entre Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi em 1989, quando o país recém-saído da ditadura se preparava para eleger pelo voto direto o presidente da República e a esquerda procurava transformar a abertura democrática numa nova correlação de forças. Amazonas e Renato, os principais dirigentes do Partido, estavam no centro desse importante momento da história da esquerda brasileira, quando o PCdoB integrou, com o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Frente Brasil Popular que lançou Lula à primeira eleição presidencial direta desde 1960.

A aproximação entre o dirigente sindical que emergira das greves do ABC e a organização comunista que atravessara décadas de clandestinidade, perseguição e resistência não nasceu de uma circunstância eleitoral passageira. Desde então, o PCdoB acompanharia Lula em todas as campanhas presidenciais, enfrentando derrotas, vitórias, governos, crises e rupturas institucionais. A aliança sobreviveria a conjunturas que transformaram profundamente o Brasil e modificaria também a forma como os comunistas compreendiam sua atuação na disputa pelo poder nacional.

A campanha de 1989 condensou uma mudança profunda na vida brasileira. A Constituição de 1988 havia restabelecido direitos políticos, ampliado as instituições democráticas e encerrado formalmente o ciclo iniciado com o golpe de 1964. O movimento sindical recuperava força, os movimentos sociais ocupavam as ruas e os partidos de esquerda procuravam converter a energia acumulada durante a resistência à ditadura em força eleitoral.

Lula aparecia como expressão nova desse processo. Vinha das grandes greves metalúrgicas do ABC, havia participado da fundação do PT e

carregava uma experiência política distinta daquela dos dirigentes comunistas formados na tradição do PCdoB. A aproximação entre essas duas trajetórias tinha, por isso, uma dimensão histórica. O PCdoB trazia a experiência de uma organização fundada em 1922, reorganizada em 1962, perseguida pela ditadura e reconstruída na legalidade. Lula trazia a força social de um novo movimento operário. A Frente Brasil Popular colocou essas duas experiências em um mesmo processo político.

Dentro do PCdoB, a escolha de Lula resultou de uma discussão que envolveu a própria possibilidade de candidatura de Amazonas. Os dirigentes Haroldo Lima e Renato Rabelo chegaram a cogitar o lançamento do seu nome. Amazonas não aceitou. A direção passou então a examinar qual liderança poderia reunir as forças populares numa eleição que prometia ser de enorme intensidade.

Lula surgiu como a alternativa capaz de articular o movimento sindical, os partidos de esquerda e setores sociais que haviam se projetado durante a redemocratização. Em julho de 1989, uma convenção nacional do PCdoB confirmou a aliança. Renato abriu o ato no Anhembi e chamou Lula ao palco como uma liderança popular de dimensão nacional.

A campanha de 1989 aproxima Lula e os comunistas

Aquele momento estabeleceu uma relação que permaneceria nas décadas seguintes. O PCdoB não estava simplesmente aderindo a uma candidatura. Entrava numa frente política na qual enxergava a possibilidade de levar ao centro da disputa nacional as forças populares que haviam ganhado expressão durante a redemocratização.

A campanha teve também uma dimensão pessoal. Em determinado momento, diante das dificuldades eleitorais, Lula procurou Amazonas e Renato. A conversa passou pela necessidade de concentrar a campanha na classe trabalhadora organizada e nos setores populares mais mobilizados. Lula recordaria posteriormente que aquele encontro lhe mostrou a possibilidade concreta de chegar ao segundo turno e disputar a Presidência em condições reais de vitória.

O candidato da direita, Fernando Collor de Mello, venceu com 53,03% dos votos válidos, enquanto Lula alcançou 46,97%. Para o PCdoB, a campanha demonstrou a existência de uma força social capaz de vencer futuras

eleições para a Presidência da República. A questão seria ampliar essa força.

Amazonas havia formulado uma preocupação que acompanharia o Partido durante toda a década seguinte. Uma candidatura sustentada apenas pelas organizações de esquerda encontraria obstáculos para conquistar a maioria nacional. A sociedade brasileira possuía uma estrutura social complexa, interesses econômicos poderosos e uma classe dominante com grande capacidade de organização política. A esquerda precisaria reunir forças mais amplas, preservando em seu interior um núcleo democrático e popular. A experiência de 1989 reforçou essa concepção.

O PCdoB passou a olhar as eleições presidenciais não apenas como confronto entre candidatos, mas como momentos de reorganização das forças sociais. Lula tornou-se o principal ponto de convergência dessa política. A cada eleição, a aliança ganhava novas dimensões. O que havia começado como uma frente eleitoral passou a integrar uma política permanente de unidade.

A experiência eleitoral amplia a política de unidade

Os anos 1990 aprofundaram essa relação. O governo Collor abriu espaço para a ofensiva neoliberal e, depois de sua queda, Fernando Henrique Cardoso consolidou uma política econômica baseada no controle monetário fiscalista – centralizado no sistema financeiro –, privatizações, abertura comercial e redução do papel do Estado em diversos setores.

O PCdoB defendia como questões centrais a defesa da soberania nacional, do desenvolvimento e da democracia. O objetivo era criar uma alternativa nacional ao projeto neoliberal então dominante. A frente incorporava outras forças e procurava ampliar sua presença social.

Em 1998, o PCdoB participou das articulações que aproximaram Leonel Brizola e Lula e contribuíram para a formação da frente que reuniu PT, Partido Democrático Trabalhista (PDT), PSB, PCdoB e PCB, com Brizola como candidato a vice-presidente de Lula. O PCdoB já trabalhava com a compreensão de que uma mudança de governo exigiria mais que uma campanha eleitoral. Seria necessário formar uma base política capaz de governar.

A experiência de 1989 estava presente nessa elaboração. A derrota havia mostrado a força da candidatura de Lula e os limites de uma frente ainda insuficientemente ampla. A década seguinte seria marcada pela tentativa de superar essa limitação. A vitória de 2002 nasceria desse esforço.

Os anos 1990 aprofundam a frente política

Quando Renato Rabelo assumiu a presidência do PCdoB, no X Congresso realizado no Rio de Janeiro de 9 a 12 de dezembro de 2001, a possibilidade de vitória de Lula já era considerada real. O Congresso aprovou uma plataforma de “reconstrução nacional”. O país acumulava oito anos de política neoliberal e a oposição chegava à eleição com uma responsabilidade maior do que nas disputas anteriores.

A vitória de Lula exigiria uma frente ampla, nucleada pelas forças de esquerda e apoiada por um movimento social extenso. Lula precisava chegar à Presidência acompanhado de uma base política suficientemente larga para governar. Essa concepção apareceu na chapa Lula–José Alencar. O empresário representava uma abertura para setores que não pertenciam ao campo tradicional da esquerda. Para o PCdoB, essa composição ampliava a capacidade da candidatura sem modificar seu núcleo político.

Um encontro entre Lula e Amazonas na sede do PCdoB, em São Paulo, guarda um valor simbólico particular. Amazonas recebeu Lula quando a campanha ainda estava em preparação e conheceu pessoalmente José Alencar como candidato a vice.

O PCdoB tinha diante de si a tarefa de transformar a experiência acumulada numa estratégia de conquista do governo. Amazonas morreria em maio daquele ano, sem assistir à vitória. A campanha prosseguiu sob a direção de Renato. Em outubro, Lula venceu a eleição. Pela primeira vez, os comunistas ocupariam ministérios e participariam diretamente da administração da República.

A vitória de 2002 leva o PCdoB ao governo

Renato conduziu a elaboração dessa orientação. A política de unidade e luta ganhou corpo diante das decisões econômicas do ministro da Fazenda Antônio Palocci. O PCdoB chegou ao governo com a expectativa de mudança, mas a política econômica que mantinha juros elevados, metas fiscais rígidas e forte contração orçamentária comandada pelos interesses do

sistema financeiro era um problema.

O Partido considerava necessário deslocar o eixo da política econômica para o crescimento, o investimento, a indústria e o fortalecimento do Estado. Renato passou a enfrentar esse debate dentro da coalizão partidária de apoio a Lula. Estar no governo significava assumir parte de suas responsabilidades.

A reforma da Previdência, de conteúdo neoliberal e fortemente prejudicial aos trabalhadores, colocou essa concepção diante de uma questão concreta. O projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional provocou forte resistência popular. O PCdoB apresentou propostas de alteração e procurou modificar alguns pontos. A posição partidária combinava crítica à reforma com compromisso político com o governo.

A reforma da Previdência expõe as diferenças

O debate envolvia a estrutura do mercado de trabalho, a informalidade, a arrecadação e o modelo de financiamento da seguridade social. A experiência deixou uma marca na política do Partido: divergência sobre uma medida concreta não significava ruptura com o projeto político mais amplo que havia levado Lula ao Planalto.

A política econômica continuou no centro da polêmica. Renato procurou Lula para discutir os juros, o superávit primário e a necessidade de criar condições para o investimento. A direção comunista enxergava no Estado um instrumento essencial para recuperar a capacidade produtiva brasileira. A “estabilidade monetária” não poderia ocupar todo o espaço da política econômica.

O desenvolvimento exigia indústria, infraestrutura, crédito, investimento público e planejamento. Essa visão estava baseada no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, o Programa do PCdoB. A experiência do primeiro governo Lula deu ao PCdoB o terreno concreto para amadurecer essa elaboração.

A coordenação política e presença comunista

Em 2004, Lula ampliou a composição política de seu governo e convidou Aldo Rebelo, então deputado federal pelo PCdoB e ex-líder do governo na Câmara, para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, com a missão de ampliar a articulação política do Executivo

com o Congresso. A presença comunista alcançou então um ponto novo.

Renato acompanhou esse processo como principal dirigente partidário. O PCdoB deixava de ocupar apenas uma posição ministerial e entrava no núcleo da coordenação política. A confiança entre Lula e os comunistas ganhava uma expressão institucional. O Partido passou a participar das engrenagens centrais do Estado. A experiência de governo começava a produzir uma nova geração de quadros com conhecimento direto do funcionamento das instituições federais.

A crise de 2005 leva à disputa pela Câmara

Em 2005, na primeira grande ofensiva golpista contra o governo Lula com o movimento que viria a ser conhecido como “mensalão”, o PCdoB foi decisivo. Na avaliação de Renato, a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já havia revelado a dimensão do impasse político enfrentado pelo governo e a necessidade de recompor sua base parlamentar.

A situação se agravou nos meses seguintes, até que Severino Cavalcanti renunciou, em 21 de setembro de 2005, depois de acusações de corrupção. Em seu lugar, assumiu interinamente o primeiro vice-presidente da Casa, José Thomaz Nonô, deputado do Partido da Frente Liberal (PFL) de Alagoas, que passou a conduzir a Câmara até a eleição extraordinária marcada para 28 de setembro.

Para Renato, porém, a sucessão de Severino não era apenas uma disputa pelo comando da Câmara. A oposição conservadora havia se mobilizado para derrubar Severino e, ao mesmo tempo, já trabalhava para colocar Nonô em seu lugar. Os partidos de direita, liderados por Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e PFL, concentraram forças nessa operação, articulando suas bancadas e mobilizando governadores e prefeitos para garantir apoio ao candidato direitista.

Na avaliação de Renato, o objetivo era conquistar a Presidência da Câmara e transformá-la em instrumento de pressão sobre o governo Lula. O presidente da Casa tinha a prerrogativa de decidir sobre o curso dos pedidos de impeachment do presidente da República. Uma vitória da oposição, portanto, poderia colocar o governo sob forte pressão e abrir caminho para uma ofensiva golpista contra o mandato de Lula.

Foi nesse cenário que o PCdoB atuou para recompor a base governista e unificar as forças de esquerda em torno de uma candidatura capaz de enfrentar a ofensiva golpista. A escolha recaiu sobre Aldo Rebelo, cuja candidatura foi articulada politicamente por Renato, com participação importante do líder do PCdoB na Câmara, Renildo Calheiros.

Primeiro, buscou-se recompor a coesão da esquerda; depois, ampliar a base governista. O PT aderiu à escolha de Aldo, e o apoio do Partido Liberal (PL) ainda no primeiro turno ampliou as possibilidades de vitória. No segundo turno, a base do governo conseguiu reunir apoio mais amplo. Aldo venceu Nonô por 258 votos a 243. Para Renato, aquela vitória interrompeu a ofensiva da oposição e representou uma inflexão no curso da crise.

O XI Congresso do PCdoB, naquele mesmo ano, recebeu Lula como convidado. Sua presença carregava um significado político que ultrapassava a cerimônia. A relação já possuía uma história própria. A palavra usada por Renato para descrevê-la — amizade — vinha acompanhada de uma longa convivência política.

A reeleição de Lula consolida a aliança política

A reeleição de Lula em 2006 consolidou essa experiência. Na coligação A força do povo, formada por PT, PCdoB e Partido Republicano Brasileiro (PRB), com Lula e José Alencar como candidatos a presidente e vice, o presidente manteve canais diretos com Renato. A segunda vitória presidencial abriu uma nova etapa. O Partido passou a considerar que os primeiros anos do governo haviam demonstrado a possibilidade de combinar estabilidade institucional com retomada do desenvolvimento e políticas sociais.

O PCdoB enxergava uma mudança na estrutura do país. A expansão do investimento público, o crescimento do emprego, a valorização do salário mínimo, a política externa mais autônoma e os programas sociais formavam, na leitura comunista, um conjunto de elementos que diferenciava aquele período da década neoliberal.

Renato liderou a atualização do Programa Socialista para o Brasil, que vinculou a estratégia partidária à construção de um caminho brasileiro ao socialismo. O desenvolvimento nacional apareceu como etapa concreta dessa trajetória. Lula, nessa arquitetura, representava uma liderança capaz

de abrir espaço para mudanças estruturais.

Dilma dá continuidade ao ciclo iniciado por Lula

A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, levou essa concepção para uma nova etapa. Lula deixava a Presidência depois de dois mandatos, mas a política desenvolvida desde 2003 permanecia no centro da estratégia comunista. O PCdoB apoiou Dilma como continuidade do ciclo iniciado com Lula. A política de desenvolvimento, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 2007 para ampliar os investimentos públicos em infraestrutura, estimular o investimento privado e acelerar o crescimento econômico, a expansão da infraestrutura, a política industrial e o fortalecimento do Estado, ocupavam lugar importante na elaboração do Partido.

Dilma carregava uma trajetória própria, mas chegava ao Planalto apoiada por uma coalizão que havia se consolidado durante os governos Lula. A relação pessoal e política entre Lula e Renato continuou durante o governo Dilma. Lula permanecia presente nas articulações partidárias e na definição das linhas gerais da frente.

A confiança adquirida durante os dois mandatos presidenciais anteriores se projetava sobre o novo governo. O Partido formulara propostas de reformas estruturais. Comunicação, sistema político, desenvolvimento tecnológico, soberania energética e fortalecimento do Estado ocupavam espaço crescente na elaboração comunista. A política de alianças havia alcançado uma dimensão mais larga. A experiência mostrara que o governo nacional exigia uma composição extensa.

O impeachment e a experiência de governo

A crise de 2015 e 2016 interrompeu essa experiência. O PCdoB permaneceu ao lado de Dilma durante o processo do golpe do impeachment fraudulento de 2016. Renato havia deixado a presidência partidária em 2015. Luciana Santos assumiu a presidência do PCdoB, enquanto Renato passou a presidir a Fundação Maurício Grabois, instituição vinculada ao Partido dedicada à pesquisa, à formação política e à elaboração de estudos sobre a realidade brasileira e o socialismo.

A resistência comunista ao golpe contra Dilma passou a integrar o balanço histórico do Partido. O golpe foi considerado pelo PCdoB como ruptura do

ciclo iniciado em 2003, além da ruptura institucional com o impeachment fraudulento. Lula voltou a ocupar posição central na reorganização da frente democrática.

Manuela representa a autonomia do PCdoB

Em 2018, Manuela d'Ávila apareceu como a expressão eleitoral própria do PCdoB. A candidatura presidencial comunista recuperava uma tradição de autonomia eleitoral que coexistia com a política de frentes. O Programa de Manuela procurava apresentar uma alternativa nacional de desenvolvimento, democracia e direitos sociais.

Lula, porém, permanecia no centro dos ataques da direita. Sua prisão arbitrária por uma organização que atuava como Estado de exceção dentro do Estado Democrático de Direito, a Operação Lava Jato, comandada pelo obscuro juiz de primeira instância Sérgio Moro, e a impossibilidade de disputar a eleição produziram uma situação nova.

À frente do PCdoB, Luciana Santos teve papel importante nesse processo. Ela conduziu a atuação comunista na defesa do direito de Lula ser candidato e na busca pela unidade das forças progressistas. O PCdoB lançou Manuela d'Ávila como candidata à Presidência porque sua candidatura expressava a autonomia eleitoral do Partido e se apresentava como uma referência de combate à extrema-direita, ao mesmo tempo em que mantinha aberta a política de frentes e a busca pela unidade da esquerda. Diante da impossibilidade de Lula disputar a eleição pela ação arbitrária e ilegal de Moro, ela integrou, como vice, a chapa liderada por Fernando Haddad, do PT.

Renato passou a atuar pela unidade das forças progressistas e pela formação de um pacto eleitoral amplo. Em fevereiro daquele ano, as fundações Maurício Grabois, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT); Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); e Lauro Campos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), lançaram o manifesto Unidade para reconstruir o Brasil. A iniciativa reunia cinco partidos de esquerda, por meio de suas fundações, em torno de uma formulação comum diante do cenário aberto depois de 2016.

A prisão de Lula, segundo o PCdoB, ultrapassava a disputa eleitoral. Renato escreveu, em abril de 2018, que a ausência física de Lula ampliava sua presença simbólica. A defesa de sua liberdade aparecia associada, na formulação comunista, à defesa da democracia e do direito de participação política. O PCdoB mobilizou sua militância em torno da campanha Lula livre.

A vitória do candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, em 2018, aprofundou a elaboração dos comunistas sobre a frente ampla. O PCdoB passou a trabalhar com a necessidade de reunir forças sociais e políticas mais extensas. A experiência da campanha havia demonstrado a força eleitoral do campo democrático, mas também sua fragmentação.

A resistência ao governo Bolsonaro exigiria mais amplitude da frente democrática. Tornara-se uma forma de enfrentar uma mudança na estrutura política brasileira. O PCdoB passou a tratar essa unidade como uma tarefa de longo alcance.

A eleição de 2022 devolve o PCdoB ao governo

A eleição de 2022 levou essa fórmula a uma nova dimensão. PT, PCdoB e PV constituíram a Federação Brasil da Esperança. Lula voltou à disputa presidencial com Geraldo Alckmin como candidato a vice pelo PSB.

O núcleo histórico da esquerda permanecia, mas a aliança alcançava setores políticos que anteriormente não faziam parte do campo tradicional das campanhas de Lula. A vitória devolveu ao PCdoB uma presença direta no governo federal. Luciana Santos assumiu o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A participação comunista retornava ao Executivo sob novas condições históricas.

A ciência e a tecnologia adquiriram uma dimensão central na agenda comunista. A pasta ocupada por Luciana Santos reunia temas diretamente ligados à soberania nacional: tecnologia, inovação, pesquisa, indústria de defesa, transição energética e capacidade científica. O PCdoB via nessa área um instrumento para recuperar a capacidade produtiva do país e fortalecer o Estado.

A aliança chega à eleição de 2026

Renato teve lugar central nessa histórica aliança, que consolidou um forte núcleo de esquerda, que transcende as organizações partidárias,

abrangendo centrais sindicais e um amplo leque de outros movimentos sociais. A dimensão dessa história aparece em episódios que não cabem na descrição dos momentos eleitorais.

Lula participou de congressos do PCdoB. Recebeu Renato no Palácio do Planalto e no Alvorada. Recorreu aos comunistas em momentos de dificuldade parlamentar. Renato levou ao presidente posições do Partido sobre política econômica, desenvolvimento e composição governamental. Aldo Rebelo tornou-se interlocutor do governo no Congresso. Haroldo Lima assumiu a direção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, onde passou a atuar em uma área estratégica para a soberania energética do país. Luciana Santos chegaria ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A relação criou laços de confiança acumulada ao longo do tempo. O PCdoB reconhece essa proximidade sem apagar as diferenças. A experiência de governo tornou-se uma escola comum. Lula conheceu profundamente a cultura política comunista; os comunistas passaram a conhecer por dentro as exigências de uma coalizão presidencial.

Na perspectiva do PCdoB, essa história tem uma direção definida. A democracia é o terreno político da disputa; a soberania nacional é um princípio; o desenvolvimento é uma necessidade histórica; a frente ampla é o instrumento para reunir forças; o governo é um espaço de realização e disputa; e o socialismo permanece como horizonte estratégico.

Agora, diante da eleição de 2026, o PCdoB apresenta a disputa como mais um capítulo dessa longa travessia. Em seu manifesto eleitoral, o Partido associa a candidatura de Lula à continuidade de um projeto de soberania, desenvolvimento e valorização do trabalho e situa a eleição no confronto entre diferentes projetos para o país.

A força simbólica dessa passagem está justamente na distância entre as duas pontas da história. Em 1989, Lula subia ao palanque ao lado de Amazonas e Renato para tentar romper a barreira que separava a esquerda do Palácio do Planalto. Em 2026, a mesma relação chega a uma eleição na qual o passado pesa sobre o presente: as derrotas, a vitória, os governos, as crises, a prisão, a volta ao poder e quatro décadas de política brasileira fazem parte da memória que acompanha essa campanha.

Para o PCdoB, Lula deixou de ser, há muito tempo, apenas o candidato apoiado em uma eleição. Tornou-se a principal liderança de uma frente política que atravessou diferentes períodos da democracia brasileira. E o PCdoB, por sua vez, participou de governos, ocupou espaços decisivos no Estado, formulou políticas, assumiu responsabilidades e preservou sua própria concepção de Brasil e do socialismo.

Crimes de Dallagnol e Moro expostos na Câmara dos Deputados

A trajetória de Deltan Dallagnol, um dos principais personagens da Operação Lava Jato, foi alvo de uma série de questionamentos públicos formulados pelo deputado Glauber Braga (PSOL-RJ). Em pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados em maio de 2023, Braga apresentou uma lista de perguntas dirigidas diretamente ao então deputado Dallagnol, envolvendo patrimônio imobiliário, utilização de verbas públicas, palestras remuneradas e decisões tomadas quando ele coordenava a força-tarefa da Lava Jato.

As manifestações de Glauber não ficaram apenas no discurso político. Poucos dias depois, advogados ligados ao Prerrogativas, grupo formado por advogados, juristas e defensores públicos, encaminharam à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma petição solicitando investigação sobre fatos apresentados pelo deputado. O documento pediu, entre outras providências, informações da Receita Federal, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e de órgãos federais sobre imóveis e operações atribuídas a Dallagnol e familiares.

Um dos pontos levantados por Glauber dizia respeito a dois apartamentos no condomínio Plymouth Hills, em Curitiba. Segundo a exposição feita pelo deputado, um deles teria sido adquirido por Dallagnol por aproximadamente R\$ 1,8 milhão. O segundo foi comprado em leilão judicial em nome de sua esposa, por cerca de R\$ 2 milhões.

Relação com Paolicchi, de Maringá

O segundo imóvel estabelece uma ligação direta com um dos principais episódios de corrupção da história recente de Maringá. O apartamento arrematado pela esposa de Dallagnol havia pertencido a Luiz Antônio Paolicchi, ex-secretário da Fazenda de Maringá, condenado por crimes

relacionados ao desvio de recursos públicos. O imóvel foi levado a leilão judicial para fazer frente a dívidas do espólio de Paolicchi. Segundo reportagem publicada à época, o apartamento foi arrematado por pouco mais de R\$ 2 milhões.

Paolicchi foi uma das figuras centrais do escândalo que atingiu a Prefeitura de Maringá no final dos anos 1990. Em 2010, a Justiça de Maringá condenou Paolicchi, o ex-prefeito Jairo Gianoto e outros envolvidos a ressarcir valores decorrentes de desvios de recursos públicos. A decisão determinou a perda de bens e o ressarcimento dos valores considerados desviados.

O assassinato de Paolicchi

A história de Paolicchi terminou de forma violenta. Em 27 de outubro de 2011, ele foi encontrado morto dentro do porta-malas de seu próprio carro, no distrito de Floriano, em Maringá. Segundo a Polícia Civil, havia marcas de tiros no corpo. Naquele momento, a investigação considerava, entre outras possibilidades, ameaças e dívidas que Paolicchi havia relatado anteriormente às autoridades.

Quatro pessoas foram posteriormente presas e indiciadas por homicídio qualificado. Segundo a investigação policial divulgada à época, Vagner Eizing Ferreira Pio, então companheiro de Paolicchi, teria planejado o crime, enquanto Éder Ribeiro da Costa teria efetuado os disparos. Pio confessou a participação e afirmou que a motivação estava relacionada à relação entre os dois e a questões patrimoniais. Essas foram as versões apresentadas pelos envolvidos e pela polícia durante a investigação.

Há ainda uma conexão histórica relevante: Alberto Youssef aparece nos processos relacionados ao esquema de Maringá. Em depoimentos, Paolicchi mencionou operações envolvendo o doleiro. Décadas depois, Youssef se tornaria um dos principais personagens da Operação Lava Jato conduzida pela força-tarefa coordenada por Dallagnol.

Sergio Moro, Paolicchi e Youssef

No caso de Maringá também aparece Sergio Moro. Antes de ingressar na magistratura federal, Moro trabalhou no escritório do advogado Irivaldo Joaquim de Souza até 1996. Em 1998, o escritório de Irivaldo foi contratado pela Prefeitura de Maringá para atuar em uma ação revisional relacionada a um contrato do município com a Caixa Econômica Federal.

A contratação foi posteriormente questionada em uma ação civil pública por ter ocorrido sem licitação, processo que acabou julgado improcedente. Moro prestou depoimento como testemunha nessa ação e havia firmado declaração sobre a qualificação profissional de Irivaldo. A relação descrita nos autos, portanto, é com o escritório de advocacia, contratado pela Prefeitura de Maringá em 1998, dois anos depois da saída de Moro do escritório.

Há ainda a relação de Alberto Youssef com os processos ligados ao esquema de Maringá. Em depoimentos, Paolicchi mencionou operações envolvendo o doleiro. A Justiça Federal condenou Paolicchi por crimes relacionados aos desvios, e a participação de Youssef aparece nos registros do caso.

A ligação entre Sergio Moro e Alberto Youssef não começou na Operação Lava Jato. Ela remonta ao caso Banestado, quando Moro, então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, participou do processo de colaboração premiada firmado pelo doleiro em 2003. Segundo o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), Moro tomou o depoimento de Youssef durante a fase de colaboração e participou da produção da prova. Em 2020, a Segunda Turma do STF reconheceu quebra da imparcialidade do magistrado naquele processo.

Youssef voltaria a ocupar posição central na atuação de Moro durante a Lava Jato. Preso em março de 2014, o doleiro firmou naquele ano novo acordo de colaboração, desta vez com a Procuradoria-Geral da República (PGR), homologado pelo STF. Sua delação teve papel decisivo na abertura e no desenvolvimento de diversos processos da operação.

Foi nesse período que ocorreu um dos episódios envolvendo Youssef: a instalação de uma escuta clandestina em sua cela na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba. Uma investigação posterior da própria PF confirmou que o equipamento funcionava e havia captado ilegalmente conversas do doleiro e de outros presos da Lava Jato.

A questão ganhou nova dimensão quando se descobriu que o material da escuta permanecera guardado na 13ª Vara Federal de Curitiba. Parte das gravações havia sido apagada, e o conteúdo só chegou ao conhecimento da defesa muitos anos depois.

A defesa de Youssef posteriormente questionou a atuação de Moro nesse episódio e sustentou que o então juiz havia acolhido a versão de que o equipamento estava inoperante. Perícia posterior confirmou o funcionamento do equipamento e a captação ilegal das conversas.

O conjunto desses episódios levou a novas decisões do STF. Em 2025, o ministro Dias Toffoli declarou a nulidade absoluta dos atos praticados contra Youssef no âmbito dos procedimentos vinculados às fraudes da Lava Jato.

Assim, a relação entre Moro e Youssef atravessa três momentos juridicamente relevantes: a colaboração do Banestado, na qual o STF posteriormente reconheceu quebra da imparcialidade de Moro; a colaboração de 2014, que se tornou um dos pilares da Lava Jato; e os procedimentos posteriores envolvendo Youssef, parte dos quais acabou atingida por decisões do Supremo que reconheceram nulidades.

Os imóveis do Minha Casa, Minha Vida

Outro dos questionamentos de Glauber Braga foi ainda mais direto. O deputado perguntou se Dallagnol havia adquirido dois apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida, em Ponta Grossa, por aproximadamente R\$ 76 mil e R\$ 80 mil, respectivamente, e se posteriormente um deles teria sido vendido por valor superior.

Glauber questionou se a utilização daqueles imóveis teria caracterizado especulação com um programa habitacional destinado a famílias de baixa renda. Em discurso posterior, em 30 de maio de 2023, voltou ao tema e afirmou que já havia feito a pergunta diversas vezes sem obter, segundo ele, uma resposta de Dallagnol.

Diárias da Lava Jato

Outro questionamento apresentado por Glauber Braga ganhou uma confirmação institucional importante. O deputado perguntou se Dallagnol havia autorizado pagamentos de diárias e passagens considerados irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e se havia sido responsabilizado pela devolução dos valores.

Nesse ponto, existe decisão formal do TCU. A corte de contas condenou os responsáveis pela força-tarefa da Lava Jato a ressarcirem R\$ 2,8 milhões, em valores atualizados, referentes a gastos considerados indevidos com

diárias e passagens. Dallagnol foi responsabilizado solidariamente, juntamente com o então procurador-geral da República Rodrigo Janot e o procurador-chefe da Procuradoria da República no Paraná João Vicente Beraldo Romão. Cada um também recebeu multa individual de R\$ 200 mil.

Em 2025, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a possibilidade de prosseguimento da tomada de contas especial contra Dallagnol. O processo apura o recebimento considerado indevido de aproximadamente R\$ 2,8 milhões em diárias e passagens durante sua atuação na força-tarefa.

O fundo de R\$ 2,5 bilhões

Glauber também retomou uma das iniciativas da Lava Jato: o acordo que previa a criação de uma fundação privada para administrar parte dos recursos decorrentes de um acordo envolvendo a Petrobras e autoridades dos Estados Unidos. O valor envolvido era de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

O STF suspendeu o acordo em 2019. A própria Corte registrou que o projeto previa a constituição de um fundo patrimonial administrado por uma fundação de direito privado e apontou questionamentos constitucionais sobre a atribuição ao Ministério Público de administrar recursos dessa dimensão.

Na decisão que suspendeu o acordo, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que, em princípio, havia ocorrido desvirtuamento da execução do acordo e que a destinação de receita pública não poderia ser definida dessa maneira pelo Ministério Público.

Glauber apresentou esse episódio como parte de sua crítica à atuação de Dallagnol à frente da Lava Jato.

As palestras e a atividade privada

Outro bloco das perguntas dizia respeito às palestras e aulas remuneradas dadas por Dallagnol durante o período em que atuava no Ministério Público Federal (MPF). Glauber questionou se o ex-procurador havia obtido cerca de R\$ 1 milhão com palestras durante o período da Lava Jato e mencionou mensagens nas quais Dallagnol teria indicado que as atividades já contratadas em determinado ano poderiam proporcionar lucro de R\$ 232 mil.

O ponto levantado pelo deputado era essencialmente sobre a compatibilidade entre a atividade privada remunerada e a posição ocupada

por um procurador que havia adquirido enorme projeção pública justamente em razão de sua atuação institucional.

As lojas e o patrimônio

Glauber também questionou a compra de quatro lojas da Hering em shopping centers de Curitiba, supostamente registradas em nome de familiares. No discurso de 30 de maio, voltou a perguntar se as operações teriam sido conduzidas pessoalmente por Dallagnol.

A existência dessas perguntas foi registrada oficialmente pela Câmara. O grupo Prerrogativas, ao pedir investigação à PGR, solicitou justamente que órgãos públicos verificassem informações patrimoniais e financeiras que permitissem confirmar ou afastar as suspeitas.